

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**  
**FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE - FEAC**  
**COORDENAÇÃO DE ECONOMIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

**FABRÍCIO RIOS NASCIMENTO SANTOS**

**O MICROCRÉDITO E A POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA: A EXPERIÊNCIA DO  
BANCO DO CIDADÃO**

**MACEIÓ**  
**2012**

FABRÍCIO RIOS NASCIMENTO SANTOS

O MICROCRÉDITO E A POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA: A EXPERIÊNCIA DO  
BANCO DO CIDADÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – FEAC, da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências.

Área de concentração: Economia Aplicada.

Orientador: Prof. Dr. Dilson Jose de Sena Pereira

Coorientador: Prof. Dr. André Maia Gomes Lages

MACEIÓ

2012

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**  
**Divisão de Tratamento Técnico**  
**Bibliotecária Responsável: Fabiana Camargo dos Santos**

S237m Santos, Fabrício Rio Nascimento.  
O microcrédito e a população de baixa renda : a experiência do Banco do Cidadão / Fabrício Rio Nascimento Santos. – 2012.  
103 f. ; il., graf., tab.

Orientador: Dilson José de Sena Pereira.  
Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Alagoas.  
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Maceió, 2012.

Bibliografia: f. 90-103.

1. Microcrédito. 2. Empréstimo – Focalização. 3. Sustentabilidade financeira.  
4. Método dos mínimos quadrados ponderados. 5. Banco do Cidadão. I. Título.

CDU: 336.773

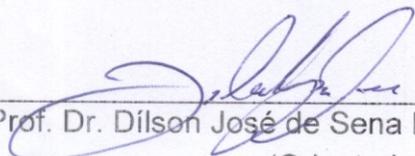
Universidade Federal de Alagoas  
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade  
Programa de Pós-Graduação em Economia

“O Microcrédito e a População de Baixa Renda: A Experiência do Banco do Cidadão”

FABRÍCIO RIOS NASCIMENTO SANTOS

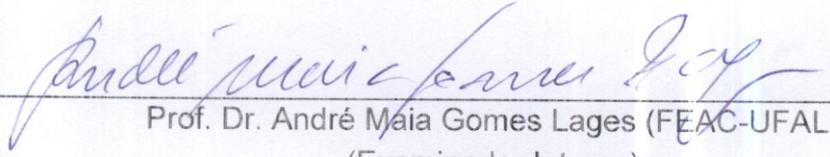
Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 07 de dezembro de 2012.

Banca Examinadora:



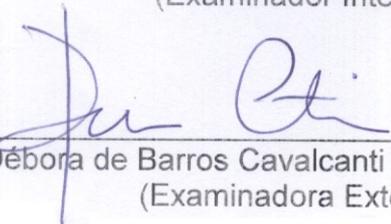
---

Prof. Dr. Dilson José de Sena Pereira (FEAC-UFAL)  
(Orientador)



---

Prof. Dr. André Maia Gomes Lages (FEAC-UFAL)  
(Examinador Interno)



---

Profa. Dra. Débora de Barros Cavalcanti Fonseca (CESMAC/FEJAL)  
(Examinadora Externa)

À minha família, em especial aos meus pais, Alberico e Regina;

A Meu irmão, Emanuel

A Jaciara Goes de Matos (*In Memoriam*);

Ao meu amor, AMINIE;

**DEDICO.**

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, A DEUS, pelo rico dom da vida que me presenteaste.

Ao Banco do Cidadão pelas informações disponibilizadas, que foram imprescindíveis à realização da presente pesquisa. Em especial ao senhor Pedro Verdino de Lima e a senhora Josecylla Farias Queiroz Santos, Presidente e Diretora Executiva, respectivamente.

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, que contribuíram para elaboração desta dissertação.

Em especial, aos Professores Doutores André Maia Gomes Lages e Dilson Jose de Sena Pereira pelo incentivo, disponibilidade e valiosa orientação sem as quais seria difícil a realização desse trabalho.

Ao Professor Dr. Cícero Péricles de Oliveira Carvalho pelas ricas sugestões no exame de qualificação.

A Professora *Ph. D.* Débora de Barros Cavalcanti Fonseca por ter aceitado gentilmente participar da minha banca, pela leitura cuidadosa e sugestões que contribuíram para o aperfeiçoamento desse trabalho.

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas – FAPEAL, pelo incentivo financeiro.

Aos amigos pelo apoio, carinho e auxílio.

Aos colegas que de forma direta ou indiretamente cooperaram comigo nessa trajetória.

*“As frustrações, a hostilidade e a raiva geradas pela pobreza não podem garantir a paz”.*

**(Muhammad Yunus)**

## RESUMO

O Brasil é um país com muitos pobres e a solução para tal fenômeno encontra-se alicerçado numa distribuição de renda mais equitativa, sendo assim, uma das maneiras eficientes de aliviar a situação daqueles que se encontram na base da pirâmide é dar-lhes condições de acesso ao crédito e capacitá-los no uso do recurso, estimulando sua capacidade empreendedora de forma a fazê-los emergir da situação de pobreza. Portanto, é inerente ao microcrédito a democratização do crédito aos excluídos, de maneira a possibilitar a geração de trabalho e renda para as famílias de baixa renda. Com base nesse contexto, a dissertação investigou a atuação do Banco do Cidadão frente às famílias pobres do estado de Alagoas no período de 2006 a 2009 para verificar se sua maior concessão de crédito estava realmente voltada às regiões com piores condições socioeconômicas. Para tanto, utilizou-se do modelo Log-linear, o qual foi estimado pelo método dos Mínimos Quadrados Ponderados (MQP). Ficou evidenciado que o Banco teve uma atuação mais incisiva nas regiões com maior dinâmica. Entretanto, apesar da sua maior concessão de crédito ter sido em regiões com melhores condições, o mesmo tem contribuído sobremaneira para a mitigação das disparidades socioeconômicas do estado, através da geração de trabalho e renda. Pois, no período analisado concedeu mais de 10.000 empréstimos a pessoas pobres, perfazendo um volume de recursos liberado de aproximadamente 13,4 milhões. Sua atuação poderá ser estendida a outros municípios e por sua vez a um maior número de famílias pobres a partir do momento que os governantes compreenderem que o Banco do Cidadão deve ser tratado como uma política de estado e não de governo. E por fim, cabe ressaltar que a pobreza é um fenômeno multidimensional e como tal deve ser combatida e não apenas com o microcrédito.

**Palavras-chave:** Microcrédito. Focalização. Sustentabilidade Financeira. Banco do Cidadão.

## ABSTRACT

Brazil is a country with many poor people and the solution for this phenomenon is rooted in a more equitable income distribution, so one of the efficient ways to alleviate the situation of those who are at the base of the pyramid is to give them access conditions credit and empower them in resource use, encouraging their entrepreneurial skills in order to make them emerge from poverty. Therefore, it is inherent in the democratization of microcredit to the excluded, in order to enable the generation of employment and income for low-income families. Based on this context, the study investigated the role of Citizen's Bank in the face of poor families in the state of Alagoas in the period 2006 to 2009 to verify its largest lending was actually directed to regions with low socioeconomic status. Therefore, we used the log-linear model, which was estimated by the method of Weighted Least Squares (WLS). It was evident that the Bank had a more incisive role in regions with higher dynamic. However, despite their higher lending have been in regions with better conditions, it has contributed significantly to the mitigation of socioeconomic disparities in the state, through the generation of jobs and income. For the period analyzed granted more than 10,000 loans to poor people, making a flush volume of resources of approximately 13.4 million. Its performance can be extended to other municipalities and in turn to a greater number of poor families from the time that the rulers understand that the Citizen's Bank should be treated as a state policy, not government. Finally, it is worth noting that poverty is a multidimensional phenomenon and as such should be fought not just with microcredit.

**Keywords:** Microcredit. Targeting. Financial Sustainability. Citizen's Bank.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Renda <i>per capita</i> domiciliar de Alagoas e Nordeste.....	26
Gráfico 2 – Taxa de juros que maximiza o retorno esperado do banco.....	51
Gráfico 3 – Mercado de crédito rural com elevação de confiabilidade.....	56
Gráfico 4 – Participação de cada município por volume total de recursos liberado...69	
Gráfico 5 – Concessão de crédito nos municípios (em unidades).....	70
Gráfico 6 – Correlação entre o volume de recursos e as concessões de crédito.....	71
Gráfico 7 – Utilização do aval solidário por crédito concedido (%).....	74
Gráfico 8 – Utilização do aval solidário por volume de recursos liberado (%).....	74
Gráfico 9 – Análise dos indicadores financeiros: PR, RSPL, RSA e DC; 2006 = 100... .....	83
Gráfico 10 – Análise dos indicadores financeiros: PERMPL e PLAT; 2006=100.....	84
Gráfico 11 – Análise do indicador financeiro: PLAP; 2006 = 100.....	85
Gráfico 12 – Análise do indicador de autossustentabilidade (RCRRDEV).....	86

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Nome e definição dos indicadores.....	62
--------------------------------------------------	----

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução temporal da indigência e pobreza em Alagoas .....	25
Tabela 2 – Síntese de alguns Indicadores da CEAPE .....	41
Tabela 3 – Síntese de alguns Indicadores do Banco da Mulher .....	42
Tabela 4 – Síntese de alguns Indicadores da Portosol .....	42
Tabela 5 – Síntese de alguns Indicadores do VivaCred.....	43
Tabela 6 – Síntese de alguns Indicadores do CrediAmigo.....	44
Tabela 7 – Síntese de alguns Indicadores da AFAL .....	44
Tabela 8 – Síntese de alguns Indicadores do Banco Palmas .....	45
Tabela 9 – Síntese de alguns Indicadores do Banco do Cidadão .....	67
Tabela 10 – Volume de recursos liberados (%) com relação ao PIB <i>per capita</i> a valores correntes e o IFDM – Emprego e Renda. ....	69
Tabela 11 – Relação entre os recursos liberado e as concessões de crédito.....	70
Tabela 12 – Correlação simples entre as variáveis do modelo .....	71
Tabela 13 – Teste de correlação com Método de Pearson para verificar se os regressores são heteroscedásticos.....	72
Tabela 14 – Relação entre a variável dependente Ln(ConCred) e as explicativas e temporais ( <i>Dummies</i> ) .....	72
Tabela 15 – Correlação simples entre as variáveis do modelo .....	75
Tabela 16 – Relação entre a variável dependente Ln(AVALConCred) e as explicativas e temporais ( <i>Dummies</i> ).....	75
Tabela 17 – Relação entre a variável dependente Ln(AVALReCLib) e as explicativas e temporais ( <i>Dummies</i> ) .....	77
Tabela 18 – Variação dos indicadores financeiros obtidos diretamente (%), 2006 = 100. ....	82

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2 REVISITANDO AS IDEIAS DO SUBDESENVOLVIMENTO .....</b>	<b>15</b>
<b>2.1 A Pobreza e suas dimensões .....</b>	<b>20</b>
<b>3 INSTRUMENTOS DE COMBATE À POBREZA.....</b>	<b>27</b>
<b>3.1 Algumas palavras sobre Economia Solidária.....</b>	<b>27</b>
<b>3.2 Microcrédito.....</b>	<b>30</b>
3.2.1 Definição .....	30
3.2.2 Breve Histórico .....	34
3.2.3 Marco Jurídico.....	36
3.2.4 As Linhas de Microcrédito no Brasil e sua Abrangência.....	40
3.2.5 O Programa do Banco do Cidadão.....	46
<b>4 ASSIMETRIA DE INFORMAÇÃO NO MERCADO DE CRÉDITO .....</b>	<b>48</b>
<b>4.1 O Aval solidário e a redução da assimetria de informação .....</b>	<b>52</b>
<b>4.2 O Capital Social e a formação do Aval solidário .....</b>	<b>55</b>
<b>5 METODOLOGIA .....</b>	<b>59</b>
<b>5.1 Descrição dos dados .....</b>	<b>59</b>
<b>5.2 Método.....</b>	<b>60</b>
<b>5.3 Especificação do modelo .....</b>	<b>64</b>
<b>6 RESULTADOS E DISCUSSÕES .....</b>	<b>66</b>
<b>6.1 Focalização .....</b>	<b>66</b>
<b>6.2 Sustentabilidade Financeira.....</b>	<b>79</b>
<b>7 CONCLUSÃO .....</b>	<b>86</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>90</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um país de dimensões continentais e está dividido em cinco regiões, as quais possuem características idiossincráticas, que por sua vez assinala o Nordeste como uma região com sérios problemas socioeconômicos, necessitando de políticas públicas enfocadas no combate e/ou mitigação ao epicentro de tais mazelas. Para tanto, o microcrédito (MC) consolidou-se como ferramenta eficaz nesta peleja, embora exista uma inquietação generalizada a respeito da capacidade dos programas de MC nacionais e internacionais em alcançar realmente os mais pobres. Diante disto, esta dissertação analisará o estado de Alagoas, o qual apresenta os piores índices socioeconômicos dentro da região Nordeste. Este estado será o objeto de estudo a partir de seu mercado de crédito direcionado à população de baixa renda assistida pelo Banco do Cidadão, com intento de verificar a questão da focalização – se o crédito está realmente direcionado aos mais pobres – e a sua sustentabilidade financeira, que provoca um distanciamento ao cumprimento do objetivo social, que é o combate a pobreza e a inclusão social.

O mercado de crédito brasileiro sempre foi direcionado a atender as pessoas de alta renda, o que vem intensificar a disparidade entre pobres e não pobres. Alguns estudos (SILVEIRA FILHO, 2005; BUCHMANN, NERI, 2008) já evidenciam que parte substancial da pobreza pode ser combatida através da concessão de crédito e que a metodologia do MC é eficaz e eficiente para tal propósito. Sua disponibilidade permite a mitigação da pobreza em nível agregado, pois suas externalidades são maiores para o desenvolvimento (economia) local, quanto maior for o seu alcance. Apesar do crédito, Buchmann e Neri (2008, p. 2) advertem que “uma sociedade sem crédito é uma sociedade de oportunidades limitadas, onde projetos lucrativos não saem do papel”. Em adição, Elahi e Danopoulos (2004, p. 643-44) afirmam que o “Credit is the engine of economic growth in capitalism, because it supplies the much needed investment capital to private entrepreneurs”.

No que diz respeito às experiências internacionais, os primeiros bancos a romperem com a visão creditícia tradicionalista e a principiarem a metodologia do MC como mecanismo de combate à pobreza foram o *Grameen Bank* (Bangladesh), o *Bank Rakyat* (Indonésia), o *Kenyan Rural Enterprise Programme* (Quênia), o

*Banco Sol* (Bolívia), entre outros (SOARES e MELO SOBRINHO, 2008). Quanto às nacionais, tem-se como referência a União Nordestina de Assistência às Pequenas Organizações (UNO), o Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos (CEAPE), o Banco da Mulher, a Portosol, o VivaCred, o CrediAmigo e o Banco Palmas<sup>1</sup>.

Ao se debruçar sobre o estado de Alagoas, observando as últimas informações disponíveis sobre sua pobreza<sup>2</sup>, verifica-se que quase metade de sua população vive nesta penúria, o que corresponde exatamente a 48,01% da população, englobando 1.515.188 pessoas (IPEA, 2011)<sup>3</sup>. As quais se encontram excluídas do sistema bancário tradicional, impossibilitadas de tomarem empréstimos, já que tais instituições exigem garantias reais para a liberação do crédito, o que inviabiliza o negócio.

Para atender esta demanda marginalizada, o MC utiliza-se de metodologia própria, a qual viabiliza acesso ao crédito, tornando-se ferramenta importante no combate à pobreza, pois fortalece modelos alternativos de geração de ocupação e renda, possibilitando a promoção de uma sociedade mais justa, inclusiva e competitiva. O que lhe constitui um escape às tendências da sociedade contemporânea de concentração de renda e ampliação das disparidades socioeconômicas.

No limiar do século XXI, entram na pauta do MC discussões a respeito do alcance e da sustentabilidade das Instituições de Microfinanças (IMFs)<sup>4</sup>. O escopo é como desenvolver mecanismos economicamente viáveis para as instituições, sem que haja comprometimento da concessão de crédito às populações de baixa renda – os pobres dentre os pobres. Autores como Morduch (1999b, 2000) e Cull *et al.*, (2007) defendem a ideia de que se o alvo das IMFs for a sustentabilidade financeira, projetos socialmente desejáveis serão inviabilizados. Já outros, como Gonzáles-

---

<sup>1</sup> Serão abordados mais detalhadamente no capítulo 3.

<sup>2</sup> Dados referentes a 2009.

<sup>3</sup> Percentual de pessoas na população total com renda domiciliar *per capita* inferior à linha de pobreza. A linha de pobreza aqui considerada é o dobro da linha de extrema pobreza, uma estimativa do valor de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa, com base em recomendações da FAO e da OMS.

<sup>4</sup> Sobre a expansão das microfinanças, ver Kumar (2004). Cabe salientar que as IMFs englobam outras funções financeiras além da oferta de MC.

Vega (2001); Meyer (2002) e Shankar (2007), alegam que instituições mais lucrativas têm capacidade de aumentar seu poder de alcance, já que atraíam capital comercial para incrementarem sua carteira de empréstimos.

Analisando esta questão a partir dos dados do *Microbanking Bulletin* que em 2007 aglomerou 890 instituições espalhadas pelo mundo, Ambrozio (2009) constatou a presença do *trade-off* entre sustentabilidade e focalização<sup>5</sup>. Sendo que as IMFs atendentes dos mais pobres apresentaram indicadores de sustentabilidade mais frágeis do que aquelas que atendiam pessoas com menor restrição de riqueza.

Como o Banco do Cidadão foi constituído a partir de recursos do estado de Alagoas e do município de Maceió com finalidade de assegurar acesso ao crédito às pessoas que se encontram em situação de pobreza e conseqüentemente à margem do sistema bancário, espera-se, ao averiguar sua atuação, deparar-se com um exercício onde a maior parte de seus empréstimos esteja direcionado aos mais pobres e que seus indicadores financeiros sejam frágeis. Diante disto, a hipótese a ser testada é que está havendo um *trade-off* entre focalização e sustentabilidade, no sentido de que o objetivo social está sendo em certa parte negligenciado de modo que projetos viáveis não estão sendo contemplados pelo MC.

O objetivo geral é, portanto, verificar se dentre as regiões assistidas pelo Banco do Cidadão a sua maior concessão de crédito está realmente nas regiões mais pobres, de forma a diagnosticar desvios da política de MC no sentido de combater a pobreza, conforme foi inicialmente formulado pelo seu criador – Muhammad Yunus. Nesse quadro, ficará claro que a coordenação da economia via mercado termina influenciando nos resultados sobre as metas originais de um programa de MC. Desdobram-se como objetivos específicos:

- Verificar se o mecanismo de garantia via aval solidário está sendo praticado nos municípios com piores condições socioeconômicas;
- Analisar se os tomadores de crédito estão alcançando êxito em seus negócios ao ponto de emergirem da pobreza;
- Investigar se o Banco do Cidadão trabalha com seus clientes a educação financeira, em especial a prática da poupança;

---

<sup>5</sup> Para outras evidências empíricas a despeito do *trade-off* entre focalização e sustentabilidade financeira, ver Olivares-Polanco (2005) e Navajas *et al.* (2000).

- Avaliar seus indicadores financeiros para certificar se o Banco está focado nos mais pobres ou buscando a sustentabilidade financeira.

A dissertação está estruturada em sete capítulos, incluindo esta introdução. No segundo capítulo serão discutidas algumas ideias sobre o subdesenvolvimento na visão dos principais teóricos da Teoria Moderna do Desenvolvimento, além de abordar o fruto de sua criação: a pobreza. No terceiro capítulo serão abordados alguns instrumentos de combate à pobreza, em particular a Economia Solidária e o MC que vêm se apresentando como uma inovadora alternativa na geração de trabalho e renda, contribuindo para a inclusão social. Após esta explanação, no quarto capítulo será tratada a questão da assimetria de informação utilizando principalmente como base para tal exposição os artigos seminais *The Market for "Lemons": Quality Uncertainty and the Market Mechanism* de Akerlof (1970), e *Credit Rationing in Markets with Imperfect Information* de Stiglitz; Weiss (1981), dentre outros de suma relevância. Nos sub-capítulos que compõem esta parte será discutida a contribuição do aval solidário na redução da assimetria de informação e do capital social na formação do aval solidário. No quinto capítulo apresentar-se-á a metodologia utilizada para alcançar os objetivos. No sexto capítulo serão apresentados os resultados apurados quanto à questão da focalização e da sustentabilidade. E por fim, a conclusão.

## **2 REVISITANDO AS IDEIAS DO SUBDESENVOLVIMENTO**

Entre as décadas de 1950 e 1960, o mundo presenciou países em desenvolvimento alcançarem suas metas de crescimento econômico, porém este crescimento não refletiu em melhoras para boa parte de suas populações. Diante disto, a partir de 1970 o desenvolvimento econômico passou a ser redefinido em termos da redução ou eliminação da pobreza, desigualdade e desemprego dentro de uma economia em crescimento.

Desta forma, para saber se houve desenvolvimento no país, Dudley Seers *apud* Todaro; Smith (2009) faz as seguintes perguntas: “O que tem acontecido com a pobreza? O que tem acontecido com o desemprego? O que tem acontecido com a

desigualdade de renda?” Se estes problemas diminuíssem a partir de patamares elevados sem sombra de dúvidas teve-se um período de desenvolvimento. Entretanto, se um ou dois destes problemas se agravaram não pode-se credenciar este momento como desenvolvimento mesmo se a renda *per capita* foi duplicada.

Com a Revolução Industrial na Europa no século XVIII, houve uma ruptura na economia mundial vigente e o mundo passou a conhecer uma nova força motriz capaz de impulsionar o desenvolvimento a passos ainda não vistos, que doravante passou a condicionar o desenvolvimento econômico na maioria das regiões da terra.

Entretanto, os efeitos do impacto da expansão capitalista sobre as diversas regiões não se deu de maneira uniforme e algumas regiões, desde o início, foram condicionadas a fomentar a produção de matérias-primas para o abastecimento dos centros industriais, o que resultou na criação de sistemas dualistas. A relação estabelecida entre esses dois tipos de sociedade foi a de dependência,<sup>6</sup> que inicialmente apoiou-se na divisão internacional do trabalho que designava para os centros dominantes as atividades produtivas de intensa tecnologia. Essa parte organizava-se à base da maximização do lucro, mantendo as outras regiões operando no molde pré-capitalista de produção. Esse tipo de economia dualista da origem ao fenômeno do subdesenvolvimento. Nesta acepção, o subdesenvolvimento é uma criação do desenvolvimento<sup>7</sup> (FURTADO, 1968, 2003).

Segundo Baran<sup>8</sup> (2010), apesar do capitalismo não ter proporcionado melhores condições materiais de vida à população dos países subdesenvolvidos, a sua inserção provocou alterações significativas em suas condições políticas e sociais, pois extinguiu o resquício da ordem feudal que até então imperava e criou relações contratuais de mercado em substituição às relações paternalistas. Houve uma completa substituição da rigidez do sistema de submissão feudal ou semifeudal

---

<sup>6</sup> Toda economia subdesenvolvida é necessariamente dependente, pois o subdesenvolvimento é uma criação da situação de dependência (FURTADO, 1974 *apud* CAVALCANTI, 2001).

<sup>7</sup> Na visão de Furtado (1968:154) o subdesenvolvimento é “um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento”. Também é caracterizado pela heterogeneidade tecnológica entre setores e departamentos da economia, onde um mesmo produto é obtido por funções de produção distintas dentro de um mesmo sistema econômico (FURTADO, 1968, 2003).

<sup>8</sup> Artigo publicado pela primeira vez na *The Manchester School*, jan. 1952.

pela racionalidade do mercado capitalista o que representou um passo importante para o progresso.

Contra-pondo-se a visão de Furtado, Meier<sup>9</sup> (2010), ao analisar o desenvolvimento internacional entre 1870-1913, indicou que alguns países passaram em uma escala rápida de transição que os levou de subdesenvolvidos a economias adiantadas – como se o subdesenvolvimento fosse uma fase que antecederesse o desenvolvimento. E uma das muitas explicações para a demora do desenvolvimento em alguns países é o ambiente sociopolítico (falta de legislação social, ausência de incentivos, saúde precária, inadequação da educação, etc.) que pode ou não conduzir ao progresso. Mas o principal obstáculo da transição ao desenvolvimento é fundamentalmente a falta de recursos e a superpopulação. Além destes, Myint<sup>10</sup> (2010), cita às discriminações políticas, econômicas e raciais, deliberadas e legalizadas, impostas pelos países adiantados aos atrasados.

Uma definição adequada para um país subdesenvolvido, no entender de Viner<sup>11</sup> (2010) é a que diz tratar-se de um país que vislumbra boas expectativas para elevar o bem-estar de sua população atual através do uso conjunto ou individual de mais capital, mais mão-de-obra e mais recursos naturais ou que apresente um nível de renda *per capita* elevado capaz de suportar um aumento populacional sem comprometer o nível de vida.

---

<sup>9</sup> Artigo publicado pela primeira vez na *Economia Internazionale*, v. VI, n. 4, 1953.

<sup>10</sup> Artigo publicado pela primeira vez na *Oxford Economic Papers*, jun. 1954. Para o autor as literaturas usam de maneira congruente os termos “subdesenvolvido” e “atrasado”, entretanto estes não refletem o mesmo sentido. O primeiro emprega-se aos recursos naturais (não englobando os recursos humanos) e o segundo a população. Sendo assim, o subdesenvolvimento dos recursos naturais e o atraso da população são dois fenômenos distintos e nem sempre há necessidade de coexistirem. Mas, caso ocorra concomitantemente tem-se um agravamento mútuo formando-se um círculo vicioso, o que torna o progresso do país um processo árduo. Ainda que o subdesenvolvimento dos recursos naturais conduza ao atraso da população, não se pode ultimar que todo desenvolvimento eficiente dos recursos naturais que resulte num aumento da produção total reduza sempre e *pari passu* o atraso da população. Antagonicamente, presenciou-se que o atraso econômico em muitos países se agravou não pelo fato dos recursos terem permanecidos subdesenvolvidos, mas sim pelo celeridade e pleno desenvolvimento dos mesmos dadas as condições de mercado, pois não houve uma evolução por parte dos habitantes, tornando-os incapazes de participarem deste processo.

<sup>11</sup> Artigo elaborado a partir do *International Trade and Economic Development*, conferências pronunciadas na Universidade do Brasil, 1953.

Neste sentido a expansão demográfica<sup>12</sup> se constitui como obstáculo ao desenvolvimento econômico. Segundo Kuznets<sup>13</sup> (2010), as elevadas taxas de natalidade espelham o baixo nível econômico de muitos dos países subdesenvolvidos. E de forma taxativa, Meier (*Op. cit.*) expõe que superpopulação é sinônimo de subdesenvolvimento, pois não permite o acúmulo de capital já que os investimentos são direcionados para outras áreas.

Outro critério utilizado para diferenciar países desenvolvidos de subdesenvolvidos é a relação entre a produção industrial e a produção total, ou entre a população empregada na indústria e a população total. Esta visão acredita na superação do subdesenvolvimento unicamente por meio do setor industrial. Sobre esta situação, Viner (*Op. cit.*) enxerga o grau de industrialização como uma consequência e não como uma causa do nível de prosperidade, pois nas regiões onde a agricultura é bem-sucedida as indústrias têm propensão a crescer espontaneamente. Porém, Baran (2010, p.116) adverte que “uma expansão da produção total via agricultura só é exequível por meio do desenvolvimento industrial”.

A ideia de superação do subdesenvolvimento por meio da indústria também é compartilhada por Kuznets (2010, p.168) que assevera: “a substância do desenvolvimento econômico moderno reside na adoção do sistema industrial...”. Desta maneira a força de trabalho é distribuída para setores fora da agricultura, como a manufatura, os serviços públicos, o comércio e as atividades de serviços.

---

<sup>12</sup> Contrapondo esta visão, Clark (2010), ao estudar a relação entre crescimento populacional e padrões de vida, demonstrou que as economias modernas se beneficiam do aumento populacional, pois são economias que trabalham sob a lei de rendimentos crescentes ao invés de decrescentes. São atividades que para conseguir um volume crescente de produto, esperam obter rendimentos crescentes por unidade de trabalho ou de outros recursos econômicos empregados. Sem a existência de uma densa população certas atividades operariam com grandes dificuldades e elevado custo ou poderiam nem existir.

<sup>13</sup> Elaborado a partir dos *Proceedings of the World Population Conference*, 1954. Conforme o autor existe três definições para o subdesenvolvimento. A primeira como à incapacidade de utilizar plenamente o produto econômico potencial possibilitado pelo conhecimento tecnológico existente – essa incapacidade pode ser atribuída a obstáculos inerentes às instituições “sociais”, internas ou externas, de um país. A próxima diz respeito ao atraso no nível e no caráter do desempenho econômico em comparação a outros países. E por fim, o subdesenvolvimento é a incapacidade de proporcionar níveis de vida aceitáveis para uma grande proporção da população de um país, resultando em miséria e privações materiais.

Para os países mais desenvolvidos, que possuem uma enorme população e um bom sistema de transportes, o caminho óbvio de desenvolvimento é a industrialização, salienta Clark<sup>14</sup> (2010). Contudo, quando a industrialização é inviável ou implica dificuldades e riscos elevados, deve-se seguir uma política alternativa de extensão da agricultura. Sendo a ausência de recursos o principal agravante, pois um desenvolvimento satisfatório na agricultura requer em média o mesmo volume de capital utilizado pelo desenvolvimento industrial. O que batiza o subdesenvolvimento como ausência de capital.

Utilizando do ferramental schumpeteriano – força motriz (empresário), processo (inovação) e objetivo (lucro) – Wallich<sup>15</sup> (2010) denomina o desenvolvimento dos países menos desenvolvidos como desenvolvimento derivado. Esta terminologia é embasada no fato destes assimilarem (reproduzirem) as inovações criadas pelas nações adiantadas, evidenciando que a inovação não é um traço característico dos países menos desenvolvidos. Além disso, ele aponta que a força motriz para o desenvolvimento destes países emana da ação do governo e das reivindicações da massa popular e que o objetivo era um padrão de vida mais elevado para a população.

As principais características do subdesenvolvimento, segundo Rao<sup>16</sup> (2010), são a existência de desemprego disfarçado, de empresas familiares, de produção para o próprio consumo, o predomínio da agricultura e a carência de bens de capital e de conhecimento técnico. A respeito do processo de produção nos países adiantados e atrasados, Bruton<sup>17</sup> (2010, p. 225) salienta que “enquanto os países desenvolvidos têm de importar matérias-primas para alimentar seu capital, os subdesenvolvidos têm de importar capital para transformar suas matérias-primas e empregar sua mão de obra”.

---

<sup>14</sup> Artigo publicado pela primeira vez na *International Labour Review*, ago. 1953.

<sup>15</sup> Artigo apresentado no Terceiro Congresso de Técnicos do Banco Central do Continente Americano, Havana, 1952.

<sup>16</sup> Artigo publicado pela primeira vez no *The Economic Review*, fev. 1952. Utilizou-se do arcabouço keynesiano para explicar o subdesenvolvimento da Índia. Concluiu que o princípio do multiplicador enunciado por Keynes não funcionava em relação a diminuição do desemprego e aumento do produto numa economia subdesenvolvida.

<sup>17</sup> Artigo publicado pela primeira vez no *The Journal of Political Economy*, ago. 1955.

No entender de Rostow<sup>18</sup> (2010, p. 192) existem quatro tipos de nações subdesenvolvidas:

- Economias anteriores à decolagem<sup>19</sup>, nas quais a taxa aparente de poupança e investimento, incluindo as limitadas importações líquidas de capital, encontram-se provavelmente abaixo de 5% do produto nacional líquido;
- Economias em tentativa de decolagem, nas quais as taxas aparentes de poupança e investimento, incluindo as limitadas importações líquidas de capital, superaram 5% do produto nacional líquido;
- Economias em crescimento, nas quais as taxas aparentes de poupança e investimento, incluindo as limitadas importações de capital líquido, chegaram a 10% ou mais; e,
- Economias de “enclave”, alguns casos que apresentam as mesmas características das economias em crescimento, porém, não tendo alcançado as condições prévias internas para o crescimento sustentado.

Independente das definições empregadas ao subdesenvolvimento, que são inúmeras como visto a priori, este fenômeno tem como consequência a pobreza, que merece um estudo pormenorizado, por ser uma das sequelas indicativas de ambiente socioeconômico precário.

## **2.1 A POBREZA E SUAS DIMENSÕES**

Em princípio, a ideia de pobreza era inerente à privação das condições básicas que são necessárias para viver com dignidade decorrente de baixos rendimentos, ou seja, essa categoria era medida apenas em função da renda. Conforme Kageyama e Hoffmann (2006), essa privação pode ser absoluta, relativa

---

<sup>18</sup> Artigo publicado pela primeira vez no *The Economic Journal*, mar. 1956.

<sup>19</sup> “A decolagem é definida como revolução industrial ligada diretamente a transformações radicais nos métodos de produção e que obtém resultados decisivos num prazo relativamente curto” (ROSTOW, 2010:205).

ou subjetiva<sup>20</sup>. A pobreza absoluta ocorre quando o rendimento encontra-se abaixo do mínimo definido; a relativa ocorre quando se tem menos do que outros na sociedade e a subjetiva, quando o indivíduo considera que não tem o suficiente para seguir em frente. Hagenaars e De Vos (1988 *apud* KAGEYAMA e HOFFMANN, 2006) afirmam que todas as definições<sup>21</sup> de pobreza podem ser enquadradas numa das três categorias supracitadas.

Além dos conceitos abordados, Tejada *et al.* (2007) comenta sobre a pobreza temporária e a crônica. A primeira ocorre em virtude de choques econômicos negativos (tal como excesso de chuva ou seca) que conduzem os indivíduos a uma situação de pobreza efêmera; enquanto a segunda está interconectada com a insuficiência de alimentos para a sustentação do organismo e para o desempenho das atividades cotidianas<sup>22</sup>.

Para asseverar que um indivíduo, família, cidade, região ou país é pobre necessita-se de uma baliza, ou seja, um parâmetro que defina se o que está sendo avaliado encontra-se nesta situação, denominado linha de pobreza, que estabelecerá um nível mínimo de bem-estar abaixo do qual os agentes são considerados pobres.

Segundo Rocha (2000b), a linha de pobreza serve também como referência para caracterizar se os indivíduos são pobres em outros aspectos os quais não dependem diretamente da renda, como as condições de acesso a serviços públicos básicos. Também adverte para o fato de que a fonte mais adequada para a estimação das linhas de pobreza são as informações sobre a estrutura de consumo das famílias.

Discorrendo sobre as linhas de pobreza e indigência no Brasil, Rocha (2000b, 2006) informa que são pobres os indivíduos cuja renda familiar ou domiciliar<sup>23</sup> *per*

---

<sup>20</sup> Há um embate teórico no meio acadêmico a respeito se a pobreza é absoluta ou relativa. Para saber um pouco sobre tal discordância, ver Kageyama e Hoffmann (2006), p.81-3.

<sup>21</sup> Pelo menos oito definições dentro destas categorias são apontadas em Kageyama e Hoffmann (2006, p. 81).

<sup>22</sup> O conceito de pobreza crônica é similar ao de indigência, como poderá ser visto adiante.

<sup>23</sup> Segundo, ROCHA (2006, p. 282) “é a repartição solidária dos rendimentos de todas as origens (trabalho, aposentadorias, pensões, doações, transferências, aluguéis, juros, etc) recebidos por todos os membros da família ou do domicílio”.

*capita* é incapaz de atender a todas as necessidades básicas (alimentação, lazer, habitação, transporte, saúde, educação, etc.), enquanto indigentes são aqueles cuja renda é insuficiente para aquisição da cesta alimentar que permita atender às necessidades nutricionais imediatas.

Por muito tempo, a pobreza foi tratada como uma consequência da ausência de renda, porém esta visão simplificadora passou a ser relegada em meados da década de 90, a partir do momento que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em seu primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano apresenta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), indicador que sintetiza outras dimensões da pobreza, além da insuficiência de renda, como o nível de escolaridade e esperança de vida ao nascer, realizando assim, uma análise mais apurada e confiável. Após a criação do IDH, outros índices adicionais foram desenvolvidos, como o IPH-1 e IPH-2 (Índices de Pobreza Humana)<sup>24</sup> (SILVA; BARROS, 2006 e KAGEYAMA; HOFFMANN 2006).

Por conseguinte a pobreza passou a ser reconhecida como um fenômeno multidimensional, ou seja, uma síndrome de carências diversas e não somente da baixa renda e com isso grande parte dos trabalhos passaram a incorporar, para efeito de cálculo do nível e da intensidade da pobreza, os indicadores escalares da pobreza multidimensional<sup>25</sup>.

Ao utilizar o indicador de pobreza multidimensional, percebe-se que famílias ou cidades analisadas não são 100% pobres em todos os indicadores, demonstrando, por exemplo, que podem ser altamente pobres no que tange à disponibilidade de recursos e, contudo, no que diz respeito ao acesso ao conhecimento não apresentar um elevado índice, distinção que pode melhor nortear as políticas públicas para a redução das verdadeiras causas da pobreza.

---

<sup>24</sup> O IPH-1 mede o grau de privação em três dimensões básicas do desenvolvimento humano contempladas no IDH: Uma vida longa e saudável, nível de conhecimentos e um nível de vida digno. Já o IPH-2 mede o grau de privação em quatro dimensões, as três contempladas no IPH-1 mais a exclusão social. Disponível em: [http://hdr.undp.org/en/media/10-Backmatter\\_PT.pdf](http://hdr.undp.org/en/media/10-Backmatter_PT.pdf)

<sup>25</sup> Para construção de medidas de pobreza multidimensional, ver Silva e Barros (2006) e Barros, Silva e Franco (2006).

Diversos estudos (BARROS; MENDONÇA, 1995; BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 1999, 2001, HOFFMANN, 2000, IPEA, 2006 e ROCHA, 2000a) demonstram que o Brasil é um país com muitos pobres e não um país pobre, e por sua vez, que esta pobreza encontra-se alicerçada na desigualdade de distribuição de renda e não na escassez de recursos, a qual vem perpassando e sobrevivendo há décadas com certa intensidade e estabilidade, excluindo socioeconomicamente uma parte significativa da sociedade brasileira.

As políticas públicas sempre tiveram em seu bojo a percepção que com o crescimento econômico haveria a redução da pobreza, porém as experiências comprovaram que a pobreza é mais sensível a uma divisão equitativa dos recursos. Até 1980 o Brasil apresentou elevadas taxas de crescimento do produto, o que proporcionou uma queda significativa na pobreza absoluta, todavia ficou aquém do que poderia ser alcançado se tivesse ocorrido uma melhor distribuição da renda já que o período de 1970-1980 foi altamente concentrador (BARROS; CAMARGO, 1994, BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2000, 2001, KAGEYAMA; HOFFMANN, 2006; ROCHA, 2000a).

A combinação do elevado nível de desigualdade e o alto PIB *per capita* brasileiro é providencial para a formulação de políticas redistributivas. Portanto, essa culminante desigualdade pode ser reduzida por meio de políticas de transferência de renda, medida essa, que não pode ser adotada nos países que apesar de serem extremamente pobres são igualitários, cuja erradicação da pobreza só pode vir através do crescimento do produto. Dessa forma, a implementação de políticas estruturais indutoras de um reforço do portfólio de ativos dos pobres é um forte aliado para mitigar o nível de pobreza, aumentando o bem-estar social. A melhora do bem-estar se dá em um primeiro momento literalmente pela posse dos ativos, em um segundo momento, pela remuneração que estes venham proporcionar e, por fim, atenua possíveis mudanças adversas na renda (NERI, 2000, 2006).

A forma de acesso dos cidadãos ao mercado de trabalho caracteriza-se como fator determinante para impedir a pobreza, pois os rendimentos provenientes do trabalho constituem-se a maneira imediata de atendimento às suas necessidades (ROCHA, 2000a). Apesar da contribuição dos programas previdenciários e assistenciais, à expansão do mercado de trabalho foi o fator determinante para o

aumento da renda das famílias, levando a redução da pobreza e da indigência no período de 2003 e 2004, segundo Rocha (2006).

Desse modo, outro determinante do nível de pobreza, segundo Barros, Corseuil e Leite (2000), é a subutilização e a sub-remuneração dos recursos humanos<sup>26</sup>, pois quando não há eficiência alocativa dos recursos humanos disponíveis para atividade econômica e uma remuneração condizente com uma situação de bem-estar, conseqüentemente maior será a pobreza, uma evidência de que ela é afetada pelo funcionamento do mercado de trabalho, já que a alocação e remuneração dos recursos humanos disponíveis dependem em grande parte dele.

Segundo Rocha (2000a), a pobreza no Brasil tem um forte componente regional<sup>27</sup>, sendo mais intensiva no Norte e Nordeste, independente dos indicadores utilizados. Estudando a pobreza e a indigência no Brasil no período de 1992 a 2004, Rocha (2006, p. 276) demonstra que “a participação do número de pobres e indigentes nordestinos no total dos pobres e indigentes brasileiros ficou praticamente estável em torno de, respectivamente 42% e 54%”, o que evidencia uma extrema anomalia já que a região participa com 29% da população nacional.

Todavia, independente das especificidades regionais, o governo vem abrandando a situação de pobreza em todo território através do Programa Bolsa Família (PBF), que é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. O que lhe diferencia do programa de MC é que este último exige a participação ativa do tomador na superação da pobreza, sendo caracterizada por ser uma renda sustentável, pois o tomador é obrigado a utilizá-lo de forma a garantir seu reembolso enquanto o PBF em certa medida condiciona o beneficiário a tornar-se dependente, pois não exige reembolso.

Analisando a pobreza no Nordeste na década de 1990, Rocha (2003) chega à conclusão de que os pobres desta região obtiveram melhorias relativas no que tange ao acesso aos serviços públicos básicos (água canalizada, saneamento básico,

---

<sup>26</sup> A subutilização e sub-remuneração dos recursos humanos ocorre em virtude da ineficiência do mercado de trabalho o qual se apresenta de três formas diferentes: desemprego, subemprego ou segmentação e discriminação. Para maiores detalhes, ver Barros, Corseuil e Leite (2000).

<sup>27</sup> Para maior aprofundamento sobre a pobreza e a desigualdade regional no Brasil, ver Rocha (1997).

eletricidade, coleta de lixo, etc.) os quais tem operado no sentido de melhorar o bem-estar, porém, já em relação à renda, a situação desfavorável não se alterou, o que possivelmente se vincula à manutenção do descompasso regional em relação ao sistema produtivo.

Como o presente estudo tem o intento de investigar a atuação do programa de crédito do Banco do Cidadão em Alagoas como ferramenta de fomento ao desenvolvimento regional através do combate a pobreza e a inclusão social, se faz necessária uma sucinta explanação sobre a pobreza neste estado.

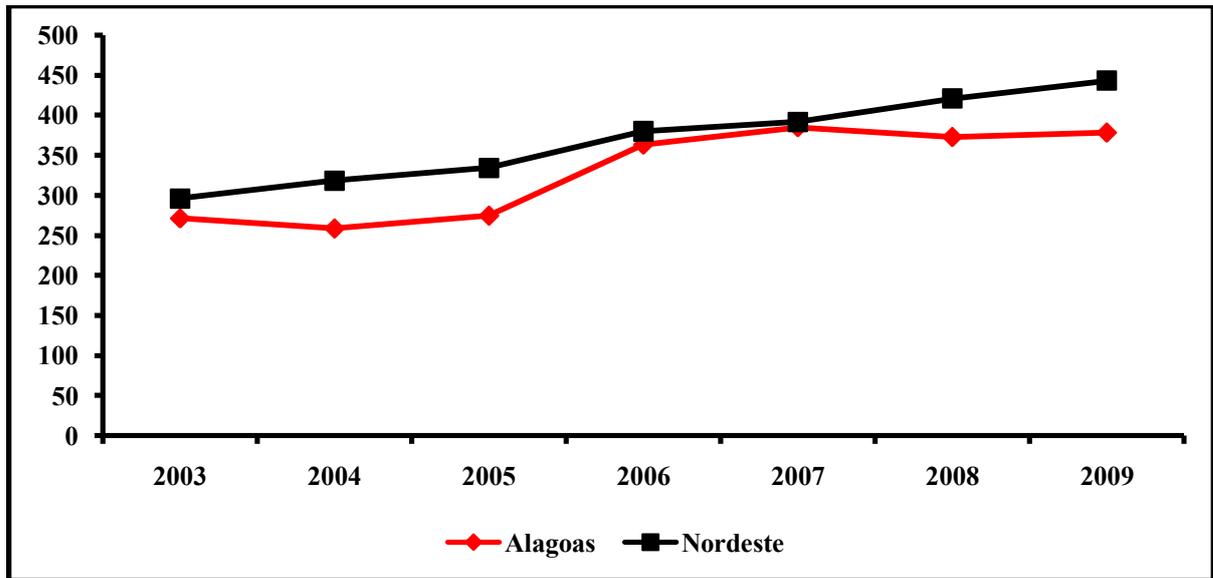
**Tabela 1** – Evolução temporal da indigência e pobreza em Alagoas

ANO	Indigência (extrema pobreza)		Pobreza	
	Percentual de indigentes	Número de indigentes (Milhões)	Percentual de pobres	Número de Pobres (Milhões)
2003	38,49	1.123.105	68,71	2.004.727
2004	34,63	1.032.436	65,07	1.939.548
2005	31,12	938.507	60,96	1.838.558
2006	25,76	785.800	57,29	1.747.844
2007	23,43	711.561	52,98	1.609.036
2008	23,11	722.739	49,87	1.559.827
2009	21,44	676.700	48,01	1.515.188

Fonte: Autor, 2012.

De acordo com a Tabela 1, percebe-se que apesar de ter ocorrido uma redução no número de indigentes e de pobres em Alagoas ainda é alarmante a quantidade de pessoas que se encontram em situação de pobreza necessitando ser contempladas por alguma política pública que os ajudem a superar tal situação. Além disso, este estado possui uma renda domiciliar *per capita* inferior ao da região Nordeste, o que sinaliza uma menor capacidade de aquisição de bens e serviços por parte da população, fato que pode ser visualizado no gráfico a seguir.

**Gráfico 1 – Renda *per capita* domiciliar de Alagoas e Nordeste**



Fonte: Autor, 2012.

Ao avaliar a pobreza em Alagoas no período de 1981-2005, Tejada *et al.* (2007) demonstrou o quanto este problema evoluiu, pois no início da série Alagoas era o sétimo estado da região nordeste em número e proporção de pobres e, após transcorridos 24 anos, passou a ocupar o quinto lugar em número e a primeira em proporção de pobres.

De acordo com informações disponíveis no *site* do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) sobre a pobreza no Brasil, a situação do estado de Alagoas em 2009 em relação ao observado em 2005 não sofreu alteração no que diz respeito à proporção de pobres, somente houve uma redução no número de pobres, saindo da quinta para a sexta posição (IPEA, 2011).

A manutenção desse *status quo* é derivada de um ambiente cultural que é um misto de paternalismo e opressão. Pois, em pleno século XXI ainda se faz presente em Alagoas a figura de clãs familiares, os quais detêm o poder e oprime qualquer manifestação contrária aos seus interesses. Diante disto, prevalece o interesse de uma minoria em detrimento ao bem-estar da coletividade, já que essas famílias exercem o poder de maneira autoritária e patrimonialista, o que resulta numa desigual divisão social do trabalho.

### 3 INSTRUMENTOS DE COMBATE À POBREZA

#### 3.1 ALGUMAS PALAVRAS SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA<sup>28</sup>

Com a evolução do capitalismo presenciou cada vez mais a ampliação do hiato entre pobres e não pobres – precarização das condições socioeconômicas –, produzindo crescente desigualdade na sociedade, já que a economia de mercado (economia monetária) sempre preconizou a competição, o que implica em ganhadores e perdedores. Está situação se agravou após a Segunda Guerra Mundial, quando a economia não-monetária ficou marginalizada em função da competição exacerbada por lucro, característica inerente ao modelo capitalista. Porém, a crise do sistema capitalista desencadeada na década de 70 do século XX resultou em inúmeros desempregos e a sucumbência de milhares de empresas, o que fez aflorar uma série de iniciativas pautadas na construção de empresas autogeridas pelos próprios trabalhadores, no intento de salvar ou criar empregos.

Com o aumento do desemprego, da pobreza, da exclusão e da marginalização de milhões de pessoas em todo o mundo, a maneira alternativa encontrada por estas pessoas foi desenvolver um processo econômico baseado na associação da solidariedade e do fator trabalho. Deste modo, esta iniciativa ficou conhecida como Economia Solidária<sup>29</sup>.

Razeto (1998) afirma que a economia capitalista não é solidária e que nela se exprime o predomínio e a centralidade do capital e do Estado e não do trabalho. Esta afirmativa é corroborada por Coraggio (2008), ao expor que a população almeja uma sociedade com mercado e não de mercado<sup>30</sup>. Nesta economia o trabalho está numa situação submissa e periférica, e em função da imposição desta condição à

---

<sup>28</sup> Na literatura também é tratada como Economia social, Economia da solidariedade, Economia social e solidária, Economia comunitária, Economia popular.

<sup>29</sup> Para compreender melhor a força do trabalho e da solidariedade na formação da Economia solidária, ver Razeto (1998).

<sup>30</sup> No sentido de que o paradigma da empresa eficiente e de mercado auto-regulado não pode orientar as práticas socioeconômicas da sociedade. A experiência vivenciada demonstra que o funcionamento de acordo com o princípio de mercado gera um desenvolvimento desigual, exclui, vulnerabiliza a vida humana, mercantiliza a política, fragmenta as comunidades locais e as sociedades e produz desastres ecológicos.

recuperação da dignidade das pessoas que se encontram excluídas do mercado de trabalho não estar ocorrendo mais pela via tradicional, ou seja, através da oferta passiva de sua força de trabalho no mercado, mas sim, pela suas próprias forças e recursos e por meio de associação e organização de grupos e comunidades.

Uma das principais, se não a principal diferença entre a economia capitalista e a solidária, está no modo como as empresas são administradas. A primeira é caracterizada pela heterogestão, ou seja, um modo calcado na hierarquização, em que às ordens são dadas de cima para baixo. Por outro lado, na empresa solidária a administração ocorre democraticamente, as decisões são tomadas em assembleia com a participação de todos, praticando-se assim a autogestão (SINGER, 2002).

A economia social e solidária<sup>31</sup> é manifesta quando a produção, distribuição e consumo são organizados de maneira associada e cooperativa tendo como base a resolução das necessidades dos que participam e não o lucro privado, buscando melhorias na qualidade de vida de seus familiares e estabelecendo laços fraternos e solidários com outras comunidades no intento de resolver necessidades materiais, consolidando vínculos sociais harmônicos e duradouros entre as comunidades sem exploração do trabalho alheio, além de utilizar os recursos naturais de forma sustentável respeitando as gerações futuras. Também inclui conjuntos de atividades e organizações de caráter comunitário, associativo, cooperativo, mutualista e demais formas coletivas criadas para responder as necessidades de emprego e bem-estar dos povos, assim como movimentos em prol da cidadania, orientados a democratizar e a transformar a sociedade. Em síntese, o mundo do trabalho e o bem viver são os elementos fundamentais que formam a economia da solidariedade (CORAGGIO, 2007, 2008, 2011).

A mitigação para o problema do desemprego e conseqüentemente da pobreza, segundo Singer (2002), repousa na igualdade entre todos na sociedade, onde a economia fosse solidária e não competitiva. A economia solidária é um modo de produção cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. Em complemento Razeto (1998, 1999)

---

<sup>31</sup> Há vários caminhos para a manifestação da economia da solidariedade os quais são baseados em diferentes situações e problemas que envolvem multidões de pessoas, ver Razeto (1993, 1999).

declara que a solidariedade tem que perpassar as diversas fases do processo econômico: produção, distribuição, consumo e acumulação.

A respeito do processo econômico, Coraggio (2011) apresenta alguns princípios econômicos<sup>32</sup> que são encontrados em suas diversas fases. i) Produção: trabalho para todos, acesso dos trabalhadores a todas as formas de conhecimento, acesso dos trabalhadores aos meios de produção, cooperação solidária, produção socialmente responsável; ii) Distribuição: justiça, garantia de reprodução e desenvolvimento de todos, a cada qual segundo seu trabalho e sua contribuição de recursos produtivos acumulados individualmente, não exploração do trabalho alheio, qualquer discriminação contra as pessoas ou comunidades; iii) Circulação: autossuficiência, reciprocidade, redistribuição, intercambio, planificação, o dinheiro não cria dinheiro (usura); iv) Consumo: consumo responsável – consumir o suficiente (oposto ao consumismo) em equilíbrio com a natureza e promovem o acesso e autogestão dos usuários com respeito aos meios de vida coletivos.

A construção da economia da solidariedade origina-se pela introdução da solidariedade na economia, fazendo-a manifestar-se em distintas formas, graus e níveis nas atividades, unidades e processos econômicos (RAZETO, 1993, 1999). Dentro da economia de mercado global a economia da solidariedade começa a se constituir em uma via alternativa para o desenvolvimento local, e em âmbito local e regional se constitui em um território privilegiado para avançar nas diversas frentes que requer a articulação dessa outra economia. Ou seja, uma economia voltada a promover o desenvolvimento através de intervenções socioeconômicas construtivas e não através de intervenções compensadoras, como as advindas da economia de mercado (CORAGGIO, 2005).

A economia social e solidária pode ter dois significados principais. É entendida como um sistema econômico cujo funcionamento assegura a base material integrada a uma sociedade justa e equilibrada e também como um projeto de ação coletiva que visa combater as tendências socialmente negativas do sistema existente, com a perspectiva atual ou potencial de construir um sistema econômico alternativo (CORAGGIO, 2011).

---

<sup>32</sup> Para um aprofundamento sobre cada princípio econômico, ver Coraggio (2011, p. 377-81).

A economia solidária se manifesta de múltiplas formas, a saber:

- Coletivos informais;
- Cooperativas de produção, de consumo solidário ou de serviços;
- Organizações e grupos de crédito solidário e fundos rotativos;
- Grupos e clubes de trocas solidárias com uso de moeda social;
- Recuperação de empresas pela autogestão do grupo de trabalhadores;
- Estabelecimento de cadeias solidárias de produção, comercialização e consumo;
- Organização econômica de comunidades tradicionais, entre outras iniciativas.

Dentre as diversas formas supracitadas, o presente trabalho aborda a que trata de Organizações de Crédito Solidário, com destaque para a prática do MC, ferramenta que já demonstrou ser capaz de mitigar a pobreza, pois se utiliza de metodologia que força o tomador a atuar de maneira ativa na superação da miséria.

## **3.2 O MICROCRÉDITO**

### **3.2.1 DEFINIÇÃO**

Segundo Yunus (2006), o termo MC não existia antes dos anos 70. Porém, após a sua existência tem-se visto o uso equivocado, o que criou uma série de mal-entendidos sobre a discussão em torno da mesma. Pois, tem-se empregado o termo MC para designar crédito agrícola, crédito rural, crédito ao consumidor, etc. Sendo assim, salienta que é necessário especificar sua categoria, ou seja, que tipo de MC a instituição está ofertando.

Diante disto o autor oferece uma ampla classificação sobre MC:

- O tradicional MC informal (crédito do agiota, lojas de penhor, empréstimos de amigos e parentes, crédito ao consumo no mercado informal, etc.);
- O MC com base em tradicionais grupos informais (*tontin*, *su su*, *ROSCA*, etc.);

- MC baseado em atividades por meio de bancos convencionais ou especializados (crédito agrícola, crédito para pecuária, crédito para pesca, crédito para artesanato, etc.);
- O crédito rural por meio de bancos especializados;
- Cooperativa de MC (cooperativa de crédito, união de crédito, associações de poupança e empréstimo, bancos de poupança, etc.);
- MC para consumidor;
- Parceria Banco-ONG baseada no MC;
- MC do tipo *Grameen* ou *Grameencredit*;
- Outros tipos de ONG de MC;
- Outros tipos que não são ONGs e trabalham com MC sem garantias.

Embora não houvesse consenso acerca de sua definição, já existiam iniciativas para o estabelecimento de parâmetros comuns que viesse conceder à pretensa convergência. Popularmente, sua definição é versada como quantias de pequenos valores disponibilizados as pessoas detentoras de baixa renda que se encontram excluídos do sistema bancário tradicional, já que não tem condições de oferecer garantias reais para obtenção dos empréstimos.

Antes de expor outras definições sobre o que é MC é necessário deixar claro a distinção entre organizações de MC e de microfinanças. Enquanto, a primeira tem como escopo somente a oferta de crédito, a segunda oferta outros serviços financeiros, tais como, cartões de crédito, depósitos a prazo, poupança, penhora, seguros, etc. Segundo Todaro; Smith (2009, p. 761), microfinanças “*is the supply of credit, saving vehicles, and other basic financial services made available to poor and vulnerable people who might otherwise have no access to them or could borrow only on highly unfavorable terms*”. Ou seja, ambas assistem à população de baixa renda, porém percebe-se que o conceito de MC é abarcado pelo de microfinanças.

Embora existam diversas definições para o MC, percebe-se que há uma convergência estabelecida em tratá-lo – de forma sumarizada – como baixos valores emprestados as pessoas de baixa renda, sem exigências de garantias reais. Conceito este, respaldado por Yunus (2000) seu idealizador. Porém indo de encontro a esta formalização, Schreiner (2001) expõe que o que caracteriza o MC é sua forma de concessão e não os baixos valores emprestados. Esta concepção é

ratificada por Herman (2005) ao afirmar que os pequenos valores são mera consequência de seu público-alvo.

O MC é o crédito produtivo<sup>33</sup> concedido em pequenos montantes a pessoas pobres ou muito pobres com o desígnio de estimular a geração de trabalho e renda, salienta Lhacer (2003). Esta definição está pautada na auto-capacidade que o mesmo tem de gerar receita de forma a cobrir seu custo de captação, além de carregar intrinsecamente a possibilidade da auto-sustentabilidade do empreendimento. Definição análoga é deparada em Barone *et al.* (2002).

Para o guia de princípios da Associação dos Supervisores Bancários das Américas (ASBA), o MC é definido como um crédito de pequena quantia conferido a pessoas que **possuem seu próprio negócio**, de pequena escala, sendo o pagamento feito com o produto da venda dos bens e serviços provenientes deste negócio (BACEN, 2010, grifo nosso). Ao acrescer – pequeno crédito concedido em larga escala por uma entidade financeira às pessoas físicas e jurídicas – têm-se a definição dada pelo manual de princípios e práticas regulamentares do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID, 2002).

Mais tarde, seu conceito foi ampliado para MC produtivo orientado<sup>34</sup>, sendo definido como o crédito concedido para o atendimento das necessidades financeiras de pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, utilizando metodologia baseada no relacionamento direto com os empreendedores no local da atividade econômica (BACEN, 2010).

Agora, apresentar-se-á suas principais características<sup>35</sup>, as quais lhe credenciam como um crédito de metodologia própria:

Crédito Produtivo: O MC é um crédito que não se destina ao financiamento do consumo. É direcionado às microempresas e aos pequenos empreendimentos

---

<sup>33</sup> O microcrédito não pode ter como finalidade o crédito para consumo, já que sua utilização motiva apenas gastos, não gerando receita como contrapartida.

<sup>34</sup> Em função da criação do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) em 2005.

<sup>35</sup> Informações baseadas em Barone *et al.* (2002).

informais com a função de promover o desenvolvimento do negócio e, com essa receita quitar o empréstimo;

Ausência de Garantias Reais: Em função da ausência de garantias reais para respaldá-los no momento do empréstimo, a concessão do crédito tem sido atendida principalmente de duas maneiras. Através do aval solidário ou através do fiador/avalista que se responsabiliza pelo não cumprimento da obrigação do tomador;

Crédito Orientado: É concedido de forma assistida, sendo a assistência realizada pelo agente de crédito que é o *link* entre o tomador e a instituição. O agente de crédito, ausente nas instituições bancárias tradicionais, é o grande diferencial nesta relação, pois na maioria das vezes, em função da formação sociocultural, o tomador não enxerga o crédito como um investimento em seu negócio e cabe ao agente de crédito fornecer as informações e orientações necessárias para que seu empreendimento alcance o êxito.

Crédito Adequado ao Ciclo do Negócio: Ao analisar o empreendimento, o agente de crédito diagnosticará as reais necessidades para o tomador desenvolver seu negócio, apontando as condições de empréstimos, prazos de pagamentos, dentre outros aspectos relevantes.

Baixo Custo de Transação e Elevado Custo Operacional: O baixo custo de transação diz respeito especialmente à facilidade da obtenção do crédito. Significa proximidade da instituição de microcrédito com seu público alvo, adoção de poucos procedimentos burocráticos e agilidade na entrega do crédito.

Ação Econômica com Forte Impacto Social: Um indicativo de que é possível melhorar a situação socioeconômica das famílias que vivem em situações de pobreza. O acesso continuado ao crédito permite o fortalecimento do empreendimento e o aumento da renda das famílias, conduzindo-as a lograr melhoras na habitação, na educação dos filhos, na alimentação, etc.

### 3.2.2 BREVE HISTÓRICO

A primeira referência conhecida sobre a prática do MC é a Associação do Pão, criada pelo pastor Raiffeinsen, no sul da Alemanha, em 1846. A segunda experiência sucedeu em Quebec, em 1900, a partir da iniciativa de um jornalista da Assembleia Legislativa, que criou *Caisses Populaires*. E a última antes da seminal experiência ocorrida em Bangladesh, ocorreu nos Estados Unidos em 1953, quando Walter Krump, presidente de uma metalúrgica de Chicago, criou os “Fundos de Ajuda”, que posteriormente foi denominado Liga de Crédito (GERANEGOCIO, 2011).

Contudo, somente na segunda metade do século XX é que ocorreu o *boom* no MC, já que até então não havia uma terminologia específica para tal negócio. A Ásia e a América Latina<sup>36</sup> foram palcos do aparecimento da concessão de crédito aos microempreendedores e à população de baixa renda com utilização de práticas inovadoras capazes de abarcar um maior número de demandantes, adequando às possibilidades e limitações do público-alvo. A partir dos sucessos alcançados por tais experiências, visualizou-se nas décadas 1970 e 1980 a disseminação das instituições de MC pelo mundo, sendo a maioria Organizações Não Governamentais (ONGs) sustentadas por doadores (LIMA, 2009). Este panorama permanece no século XXI, com as ONGs representando 39% das IMFs sendo seguidas pelas instituições não bancárias e pelos bancos, com 32 e 7%, respectivamente (AMBROZIO, 2009).

As ONGs dominam a oferta de MC até o início da década de 1990 e em geral tinham por objetivo o treinamento e a capacitação dos microempreendedores, sendo o crédito um complemento. Nesta época, imperava a visão de MC como um instrumento de combate à pobreza que deveria ser praticado por ONGs ou governos de forma a garantir sua missão social. Em seguida as ONGs passaram a se preocupar com uma oferta perene de crédito aos microempreendedores, que eram excluídos do acesso ao sistema bancário tradicional, ou seja, com a questão da

---

<sup>36</sup> Na Ásia, destaque para o *Grameen Bank* em Bangladesh e na América Latina para *ACCIÓN* Internacional, que surgiu a partir do trabalho dos chamados *accionistas*, voluntários que trabalhavam na identificação das necessidades das comunidades locais.

sustentabilidade, o que veio a estimular o ingresso ao sistema financeiro, reguladas pelas autoridades monetárias de seus países<sup>37</sup> (LIMA , 2009).

As primeiras experiências de MC no Brasil ocorreram em 1973, nos municípios de Salvador e Recife, através da iniciativa e apoio técnico dispensado pela ONG *Accion Internacional* em conjunto com as entidades empresariais e bancos locais, os quais enxergaram um ambiente propício para disseminação de tal prática. Nessas capitais havia um elevado número de empreendedores informais que, para desenvolver seus negócios, recorriam aos agiotas, pagando taxas exorbitantes, já que os bancos não concediam empréstimos em função da ausência de garantias reais. A partir desta cooperação foi criada a União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações, conhecida como Programa UNO, que veio a sucumbir após 18 anos de atuação por não considerar a autossustentabilidade basilar em suas políticas (BARONE *et al.*, 2002; KRAYCHETE, 2004).

No Brasil, as IMFs até 1994 eram praticamente inexistentes, havia apenas a Rede CEAPE e o Banco da Mulher. Porém, após a estabilização macroeconômica de 1994, houve grande interesse dos governos estaduais e municipais em apoiar a criação de ONGs especializadas em MC. Desde então houve a expansão deste segmento de crédito direcionada para a população de baixa renda.

A partir daí, o BNDES passou a ter interesse em formar no Brasil uma indústria de microfinanças, o que originou em 1996 a criação do Programa de Crédito Produtivo Popular – PCPP, que ofertava *funding* e se concentrava no fortalecimento institucional das IMFs, além de realizar outras ações voltadas para o desenvolvimento deste segmento. Em 2003, com a definição depreendida da Lei nº 10.735, de 11 de setembro 2003<sup>38</sup>, o PCPP foi substituído pelo Programa de MC – PM e em 2005 para o Programa de MC do BNDES – PMC, que neste mesmo ano recebeu ajustes para adequar-se ao recém-criado Programa Nacional de MC Produtivo e Orientado – PNMPO, sob a gestão do Ministério do Trabalho e Emprego

---

<sup>37</sup> Há um debate entre aqueles que defendem e os que são contra a adesão das ONGs aos sistemas financeiros. Para entender melhor sobre essa dissonância, ver Lima (2009:63-5).

<sup>38</sup> Dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores, autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Incentivo à Implementação de Projetos de Interesse Social - PIPS, e dá outras providências.

(LIMA, 2009). Estas modificações tiveram como essência aperfeiçoar as técnicas operacionais com vistas no fortalecimento institucional e na sustentabilidade das IMFs.

### 3.2.3 MARCO JURÍDICO

Nesta seção, conforme Rosales (2000) e Soares; Melo Sobrinho (2008), serão apresentadas as principais normas<sup>39</sup> que compõem o marco jurídico das instituições de MC no Brasil. As normas datam de período recente, convém observá-las para melhor entender este processo:

- Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999<sup>40</sup>.

A presente lei expõe os requisitos imprescindíveis que as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos devem cumprir a fim de qualificar-se-á como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Constitui as regras de seu funcionamento e controle, e por fim institui e disciplina o Termo de Parceria entre o Poder Público e as OSCIPs com a finalidade de construção de uma cooperação entre as partes para fomento e execução das atividades de interesse público.

- Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999.

Regulamenta a Lei nº 9.790 e define os aspectos vinculados aos requisitos para a autorização, funcionamento e supervisão das Sociedades Civas de Interesse Público.

- Portaria nº 361, do Ministério da Justiça de 27 de julho de 1999.

Regulamenta os procedimentos para a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

---

<sup>39</sup> Algumas normas foram obtidas nos sites: <http://www.geranegocio.com.br> e <http://www.desenvolve-al.com.br>.

<sup>40</sup> É a chamada nova lei do terceiro setor.

- Medida Provisória nº 1.914-4, de 28 de julho de 1999.

Esta medida altera as normas vinculadas à usura, contudo suas disposições não se aplicam as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, bem como às operações realizadas nos mercados financeiros, de capitais e de valores mobiliários, as Sociedades Cíveis de Interesse Público e as Sociedades de Crédito para o Microempresário. Atual Medida Provisória nº 2.172-32, de 23 de agosto de 2001, trata de estipulações usurárias em contratos.

- Resolução do Banco Central do Brasil nº 2.627, de 2 de agosto de 1999.

Em linhas gerais dispõe sobre a constituição e o funcionamento de sociedades de crédito ao microempreendedor. De maneira pormenorizada trata sobre a natureza, área de atuação, integralização do capital social e o capital mínimo, captação de recursos, limites individuais de crédito, proibições, postos de atendimento e supervisão das Sociedades de Crédito para o Microempresário, assim como os direitos do Banco Central em relação às mesmas. Em 26 de julho de 2001, foi revogada pela Resolução nº 2.874.

- Circular do Banco Central do Brasil nº 2.915 de 5 de agosto de 1999.

Estabelece procedimentos relativos à autorização e ao funcionamento das sociedades de crédito ao microempreendedor.

- Medida Provisória nº 1.894-24, de 23 de novembro de 1999.

Instituiu as Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCMs), cujo objetivo foi conceder financiamentos a pessoas físicas e microempresas, com vistas à viabilização de empreendimentos de natureza profissional, comercial ou industrial, de pequeno porte, equiparando-se às instituições financeiras para os efeitos da legislação em vigor. Foi substituída pelas Medidas Provisórias nºs 1.958 e 2.082, sendo esta transformada na Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001.

- Medida provisória Nº 1.965-11, de 03 de fevereiro de 2000.

Excluem do alcance da Lei da Usura as Sociedades Cíveis de Interesse Público e as Sociedades de Crédito para o Microempreendedor.

- Circular do Banco Central do Brasil nº 2.898, de 29 de fevereiro de 2000.

Através da qual são definidos os padrões contábeis para as Sociedades de Crédito para o Microempresário com base naqueles vigentes para as companhias financeiras.

- Resolução nº 2.828, de 30 de março de 2001.

Dispõe sobre a constituição e o funcionamento de agências de fomento.

- Medida provisória nº 2.113-32, de 21 de junho de 2001.

Inclui as OSCIP como beneficiárias de doações nos termos e condições estabelecidos pelo inciso II do parágrafo 2º da Lei nº 9249, de 1995.

- Resolução do Banco Central do Brasil nº 2.874, de 26 de julho de 2001.

Dispõe sobre a constituição e o funcionamento de Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCM), definindo as normas sobre a natureza, constituição, capital mínimo e sua integralização, marco operacional, limites individuais de crédito, proibições, postos de atendimento e supervisão das Sociedades de Crédito ao Microempreendedor, assim como os a forma de atuação do BCB em relação às mesmas.

- Resolução do Banco Central do Brasil nº 3.190, de 23 de junho de 2003.

Delibera que 2% do valor do depósito compulsório das cooperativas de crédito e dos bancos devem ser destinados às operações de microcrédito, cujos valores não devem ultrapassar R\$ 1.000 (mil reais) por operação, a uma taxa de juros de 2% ao mês

- Resolução do Banco Central do Brasil nº 3.106, de 25 de junho de 2003.

Esta resolução versa sobre as cooperativas de crédito no que tange a sua constituição e autorização para funcionamento; das condições estatutárias de admissão para os associados; das condições especiais relativas às cooperativas de livre admissão de associados e às de pequenos empresários, microempresários e microempreendedores; das atribuições especiais das cooperativas centrais de

crédito, do capital e do patrimônio, das operações e dos limites de exposição por cliente; do cancelamento da autorização para funcionamento.

- Resolução do Banco Central do Brasil nº 3.156, de 17 de dezembro de 2003.

Estende a faculdade de contratação de correspondente no País, de que trata a Resolução 3.110, de 31 de julho de 2003, às outras instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil até então não contempladas naquela regulamentação, tais como as Cooperativas de Crédito, as Companhias Hipotecárias, as Sociedades de Crédito ao Microempreendedor e as Sociedades Corretoras e Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários.

- Lei nº 11.110, de 25 de Abril de 2005.

Criou o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) e permitiu que as SCMs prestassem outros serviços financeiros além do crédito.

- Resolução do Banco Central do Brasil nº 3.454, de 30 de maio de 2007.

Dispõe sobre as condições para captação de depósitos a prazo. Deixa clara a possibilidade de aplicação em depósitos a prazo de instituições financeiras por parte das SCM, que é também a única instituição que pode fazê-lo.

- Lei nº 11.524, de 24 de setembro de 2007.

Além de autorizar as SCMs a trabalharem com empresas de pequeno porte, passa a denominá-las Sociedades de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte, mantendo-se a sigla SCM.

- Resolução do Banco Central do Brasil nº 3.567, de 29 de maio de 2008.

Dispõe sobre a constituição e o funcionamento de sociedades de crédito ao microempreendedor e à empresa de pequeno porte.

- Resolução nº 3.757 de 01 de julho de 2009

Altera a Resolução nº 2.828, de 30 de março 2001, que dispõe sobre a constituição e o funcionamento de agências de fomento. Os artigos que sofreram alteração em sua redação foram: 1º, 2º, 3º, 4º e 6º.

- Resolução nº 3.834 de 28 de janeiro de 2010

Altera as Resoluções nºs 2.828, de 30 de março de 2001, que dispõe sobre a constituição e o funcionamento de agências de fomento, e 394, de 3 de novembro de 1976, que disciplina as atividades dos bancos de desenvolvimento.

Embora às normas regulatórias datem de período recente, percebe-se um grande esforço por parte do Governo em disciplinar esse segmento de crédito voltado às pessoas de baixa renda. Entretanto, este segmento ainda se encontra aquém de seu potencial e com dificuldades de massificação, necessitando que o Governo crie mecanismos eficazes que facilite às camadas mais pobres da sociedade brasileira o acesso ao capital produtivo.

#### **3.2.4 AS LINHAS DE MICROCRÉDITO NO BRASIL E SUA ABRANGÊNCIA**

Algumas experiências do MC vivenciadas no Brasil são relevantes porque reúnem antiguidade, institucionalidade e expressão no cenário nacional e regional, sendo útil melhor conhecê-las.

- União Nordestina de Assistência às Pequenas Organizações (UNO)

A UNO foi uma organização não governamental criada em 1973 nas cidades de Salvador e Recife no intuito de fornecer MC e capacitação em temas básicos de gerenciamento aos trabalhadores de baixa renda do setor informal utilizando-se como garantia para liberação do crédito uma espécie de “aval moral”, a UNO também desenvolvia trabalhos sobre o perfil do microempresário informal e o impacto do crédito que resultou no fomento ao associativismo.

Em seus 18 anos de existência, com o apoio da *Acción Internacional*, financiou milhares de pequenos empreendimentos em Pernambuco e na Bahia, formou dezenas de profissionais especialistas em crédito para o setor informal e, durante muitos anos, foi a principal referência para a expansão dos programas de MC na América Latina.

- Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos (CEAPE)

O sistema CEAPE constitui-se na maior e na mais antiga rede de organizações de MC existente no Brasil. Originou-se em 1987, no Rio Grande do Sul, a partir de uma experiência promovida pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) em parceria com a *Acción Internacional*, dando origem ao Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos Ana Terra. Seu sucesso resultou na reprodução em outros estados brasileiros, totalizando atualmente 11 CEAPes estaduais, localizadas nos seguintes estados: Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande Do Norte, Piauí, Maranhão, Pará e Goiás.

Diante da expansão exitosa, em 1990, foi criada a Federação Nacional de Apoio aos Pequenos Empreendimentos (FENAPE), hoje CEAPE Nacional. Os CEAPes estão articulados na Rede CEAPE de forma independente, mas adotam a mesma metodologia de crédito produtivo orientado, o mesmo princípio da sustentabilidade e a mesma orientação de apoio aos empreendedores excluídos do sistema financeiro tradicional. Na concessão dos créditos individuais utiliza-se o avalista ou o grupo solidário como garantia. Observe alguns indicadores da CEAPE.

**Tabela 2 – Síntese de alguns Indicadores da CEAPE**

Créditos liberados	187.600
Valor liberado	R\$ 253.744.506,00

Fonte: Autor, 2012.

Nota: Os dados são referentes a 18 anos de funcionamento.

- O Banco da Mulher

Uma rede de ONGs criada em 1984 por um grupo de voluntárias que mais tarde filiou-se ao *Women's World Banking*, órgão que mantém sedes em diversos países. Em 1989, com apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e do Banco Internacional de Desenvolvimento (BID), inaugurou o Banco da Mulher/Seção Bahia utilizando a metodologia de grupos solidários. Inicialmente, o Banco atendia apenas ao público feminino, tendo, posteriormente, incorporado também a clientela masculina.

O Banco da Mulher forma uma rede com representação nos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Amazonas, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia. A seguir, ressaltam-se alguns de seus indicadores.

**Tabela 3 – Síntese de alguns Indicadores do Banco da Mulher**

<b>Número de mulheres atendidas</b>	> 40.000
<b>Valor liberado</b>	R\$ 60.000.000,00

Fonte: Autor, 2012.

Nota: Os dados são referentes a 20 anos de funcionamento.

- A Portosol

A ideia para a criação do Banco Municipal de Porto Alegre surgiu em 1991, porém sua inauguração somente ocorreu em 17 de janeiro de 1996. Durante este período foi analisado e debatido uma série de estudos que possibilitaram uma melhor compreensão do modelo de MC a ser criado. A Portosol nasceu a partir de uma iniciativa conjunta do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Federação das Associações Comerciais e de Serviços do Rio Grande do Sul (FEDERASUL) e Associação dos Jovens Empresários de Porto Alegre (AJE-POA), para fornecer crédito com pouca burocracia, rapidez e taxas acessíveis aos pequenos empresários, registrados ou não. Foi a primeira instituição de MC no Brasil constituída com recursos de órgãos governamentais, passando o MC a ser considerado como uma política pública de desenvolvimento.

A Portosol vem concedendo créditos a pequenos empreendimentos, tanto para capital de giro (adequação do fluxo de caixa do empreendimento e compra de matéria prima), quanto para capital fixo (compra de máquinas e equipamentos, reformas e ampliações das instalações do negócio). As garantias das operações baseiam-se em aval simples ou solidário, cheques e alienação de bens. A seguir, alguns indicadores da Portosol.

**Tabela 4 – Síntese de alguns Indicadores da Portosol**

<b>Créditos liberados</b>	112.284
<b>Valor liberado</b>	R\$ 127.183.480,00

Fonte: Autor, 2012.

Nota: Os dados são referentes até junho de 2009.

- O VivaCred

Instituição destinada à oferta de crédito aos micro e pequenos empreendedores das comunidades carentes do Rio de Janeiro. Os empréstimos são realizados individualmente e a exigência de garantia é apenas a assinatura de uma nota promissória. Foi criado no dia 26 de outubro de 1996 por iniciativa da ONG Viva Rio e de pessoas representativas da sociedade. Contou com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com a assistência técnica da consultoria alemã *Internationale Projekt Consult* (IPC).

O *funding* do VivaCred foi formado com recursos provenientes do BID, BNDES e Fininvest, sendo o primeiro projeto de MC a receber recursos de uma instituição privada. Os empréstimos são destinados tanto para capital de giro quanto para capital fixo. Até o momento, foram instaladas seis agências do VivaCred, sendo cinco localizadas nas favelas da Rocinha, zona oeste, Rio das Pedras, Maré, São Gonçalo e uma outra destinada ao atendimento das comunidades do centro da cidade e zona sul do Rio de Janeiro. A seguir, alguns indicadores do VivaCred.

**Tabela 5 – Síntese de alguns Indicadores do VivaCred**

<b>Créditos liberados</b>	>30.000 <sup>41</sup>
<b>Valor liberado</b>	R\$ 50.900.000,00 <sup>42</sup>

Fonte: Autor, 2012.

Nota: Dados referentes até dezembro de 2007.

- O CrediAmigo

É o único programa de atendimento direto ao MC implementado por um banco estatal – o Banco do Nordeste. Criado em 1998, ele tem por objetivo oferecer crédito aos pequenos empreendedores de baixa renda. Está presente em 1558 (mil, quinhentos e cinquenta e oito) municípios da área de atuação deste Banco (região Nordeste, norte de Minas Gerais e Espírito Santo, além de Brasília, Belo Horizonte e Rio de Janeiro).

É o maior programa de MC produtivo orientado do Brasil e o terceiro da América Latina. Trabalha com a metodologia de grupos solidários na concessão do

<sup>41</sup> Informação disponibilizada em Marques *et al.* (2011).

<sup>42</sup> Informação disponibilizada em Pimentel, Kerstenetzky (2008).

crédito e concomitantemente a concessão oferece capacitação gerencial para os tomadores. Toda a operacionalização, incluindo os assessores de crédito, é realizada de forma autônoma das atividades do banco. Ao visualizar a Tabela 6 percebe-se quão grande é a atuação do CrediAmigo.

**Tabela 6 – Síntese de alguns Indicadores do CrediAmigo**

<b>Créditos liberados</b>	1.632.482
<b>Valor liberado</b>	R\$ 2.066.308.968.11

Fonte: Autor, 2012.

Nota: Os dados são referentes até fevereiro 2012.

- Agência de Fomento de Alagoas (AFAL)

A Agência de Fomento de Alagoas S/A é uma Instituição Financeira de capital fechado, constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, criada pela Lei Estadual n.º 6.488, de 16 de junho de 2004. Pertence ao Estado de Alagoas e sua área de atuação é restrita ao território alagoano. O objetivo é fomentar o desenvolvimento econômico e social, através de financiamento aos setores público e privado.

Trabalha em parceria com organismos internacionais como a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID), o Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e outras entidades internacionais e nacionais, como Banco Mundial, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A seguir, visualizam-se alguns indicadores da AFAL.

**Tabela 7 – Síntese de alguns Indicadores da AFAL**

<b>Pessoas atendidas</b>	140.000
<b>Valor liberado</b>	R\$ 27.000.000,00

Fonte: Autor, 2012.

Nota: Os dados são referentes até dezembro de 2010.

- Banco Palmas

Foi o primeiro Banco Comunitário de Desenvolvimento<sup>43</sup> do Brasil. Iniciou suas atividades em 20 de janeiro de 1998, com a finalidade de gerar renda aos moradores do Conjunto Palmeira<sup>44</sup>, que estavam sendo obrigados a vender suas casas por falta de dinheiro. Em 2003 se transformou no Instituto Banco Palmas, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

Nesse mesmo ano, conseguiram o primeiro convênio com o Governo Federal por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária para criar outros bancos comunitários no Brasil. Firmaram também uma parceria com o Banco do Brasil para MC e se tornaram correspondentes bancários da própria instituição.

Ao passar dos anos o Banco Palmas desenvolveu diversos empreendimentos solidários – Palmafashion, Palmart, Palmalimpe, Palmaricó, Palmanatus, Palmacard e Feira Solidária – que são pequenas unidades produtivas, formais e informais, direcionadas para o atendimento de demandas locais, articuladas em um sistema de rede. Os empreendimentos são independentes e interligados por instrumentos e regras de solidariedade do sistema Palmas, sendo acompanhados diariamente pela equipe do banco. Utilizam a logomarca e as estruturas de funcionamento do banco. A seguir, observe alguns indicadores do Banco Palmas.

**Tabela 8 – Síntese de alguns Indicadores do Banco Palmas**

<b>Famílias atendidas</b>	> 7.302
<b>Valor liberado</b>	> 5.000.000,00

Fonte: Autor, 2012.

Nota: Os dados são referentes a 12 anos de funcionamento.

<sup>43</sup> Para maiores detalhes, ver Ferreira (2010).

<sup>44</sup> “O Conjunto Palmeira é uma favela com 30 mil habitantes situada na região sul de Fortaleza-Ce, nordeste do Brasil. Em 1973 chegaram os primeiros habitantes vindos de despejos realizados na região litorânea da cidade. Os moradores foram construindo espontaneamente seus barracos, dando origem a uma grande favela, sem nenhuma rede de saneamento básico, água tratada, energia elétrica, escola ou outro serviço público. A partir de 1981, com a fundação da Associação dos Moradores do Conjunto Palmeira/ASMOCONP deu-se início o processo de organização das famílias”. Informação disponível em: [www.bancopalmas.org.br](http://www.bancopalmas.org.br)

### 3.2.5 O PROGRAMA DO BANCO DO CIDADÃO

A escolha do Banco do Cidadão como objeto de estudo deve-se ao seu raio de atuação, ao seu objetivo e também a sua forma de operar, pois entre suas linhas de crédito o Banco dispõe de financiamento para início de negócio, concedendo oportunidade àqueles que também encontram-se excluídos do mercado de trabalho. Ao compará-lo com o Banco do Nordeste percebe-se uma elevada disparidade no que diz respeito ao valor liberado, já que o volume de recursos liberado pelo Banco do Cidadão representa aproximadamente 1,5% do liberado pelo Banco do Nordeste, entretanto o Banco do Nordeste só financia os microempreendedores que já possuem seu próprio negócio – formal ou informal –, motivo que definiu a escolha do Banco do Cidadão.

Além disso, as peculiaridades que o estado de Alagoas possui permitem ao Banco do Cidadão ter uma atuação mais próxima da população pobre do que a dos outros bancos que trabalham com MC neste estado<sup>45</sup>. Sua atuação se faz presente em 31,37% dos municípios, contemplando mais de 50% da população alagoana. Este estado carece de tal prática, pois apresenta os piores índices socioeconômicos do Nordeste, com quase metade de sua população vivendo em situação de pobreza, além de apresentar uma renda domiciliar *per capita* inferior a da região nordeste em 14,68%<sup>46</sup>. Portanto, ao analisar sua atuação pretende-se verificar se o banco está focado no combate à pobreza ou em busca da sustentabilidade financeira.

O Banco do Cidadão é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), constituída em 2003, em gestão conjunta do Governo de Alagoas e da Prefeitura de Maceió, cujo objetivo é financiar pequenos empreendimentos, que estão à margem do sistema bancário convencional, trabalhando com as menores taxas de juros do mercado para MC. Até dezembro de 2010, o Banco do Cidadão já tinha efetuado mais de 24.500 operações de crédito, desembolsando um montante de R\$ 26,9 milhões. Suas agências polos estão localizadas nos municípios de

---

<sup>45</sup> A Agência de Fomento do Estado de Alagoas (Afal) tem como prioridade a administração financeira de fundos, a exemplo do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (Fecoep).

<sup>46</sup> Com referência aos dados de 2009, segundo o IPEA.

Maceió, São Miguel dos Campos, Arapiraca, Delmiro Gouveia e União dos Palmares, porém seu raio de atuação contempla 32 municípios<sup>47</sup>.

As linhas de crédito desenvolvidas pela instituição são: Financiamento para Empreendimentos já Existentes; o Programa para o Crédito e Cidadania (PECC) e o Financiamento para Início de Negócio.

- MC para empreendimentos já existentes

Nesta linha o Banco concede MC aos empreendedores que estão exercendo alguma atividade comercial ou profissional há pelo menos seis meses. Os empreendimentos podem ser formal ou informal, associados ou não, basta que estejam necessitando de empréstimo para atividade produtiva.

- Programa para o Crédito e Cidadania (PECC)

Desenvolvido em Maceió, tem por objetivo financiar o início de um negócio ou de um já existente para pessoas em situação de risco social. O programa tem ainda como finalidade capacitar estas pessoas para criar uma postura empreendedora e empresarial. Atualmente estão sendo trabalhadas com o PECC as comunidades dos Conjuntos Habitacionais Carminha, Freitas Neto, Selma Bandeira e adjacências. Com isso, o banco está se firmando como uma inovação no âmbito das políticas de MC existentes no país.

- Financiamento para Início de Negócio

Também desenvolvida em Maceió, visa financiar pessoas que pretendem montar uma atividade econômica. Tendo como público alvo pessoas que objetivem montar ou implantar seu próprio negócio e que residam dentro do município. Cerca de 48% dos clientes são do sexo feminino. Os clientes, juntamente com o agente de crédito do Banco, montam um plano de negócio e apresentam sua ideia para posteriores análise e verificação.

A documentação necessária para ambas linhas de crédito são RG, CPF e comprovante de residência atual para o dono da atividade e caso utilize como garantia o avalista, o mesmo tem que apresentar RG, CPF, comprovante de

---

<sup>47</sup> O estado de Alagoas possui 102 municípios.

residência e renda atuais. São dois os tipos de garantias aceitos para a liberação do empréstimo:

- O Avalista – pessoa física que tenha comprovante de renda correspondente a pelos menos três vezes o valor da prestação. Exemplo: Se a parcela do empréstimo ficar em R\$ 70,00, a renda líquida do avalista não pode ser menor que R\$ 210,00;
- Grupo Solidário – formado por 3 a 7 pessoas, todas com negócio próprio, seja ele formal ou informal. É uma forma de garantia solidária, em que todos do grupo pegam empréstimo ao mesmo tempo e devem morar ou trabalhar no mesmo bairro. Cada pessoa do grupo se responsabiliza solidariamente pelos empréstimos dos membros do grupo.

O valor mínimo dos empréstimos é de R\$ 150,00 para quaisquer das três modalidades:

- Capital de Giro – crédito para comprar mercadorias, matérias-primas e outros bens não-duráveis;
- Capital Fixo – crédito para ampliar ou reformar o ponto comercial, comprar máquinas ou equipamentos, bem como consertar equipamentos ou veículos utilitários usados na atividade comercial; e,
- Capital Misto (Giro + Fixo).

O empréstimo é liberado entre 7 a 10 dias, após o preenchimento completo da ficha cadastral e a entrega de todos os documentos. Quanto ao pagamento do empréstimo, inicia-se 30 dias após a sua liberação através do boleto bancário que é pagável em qualquer Casa Lotérica. A respeito da forma de pagamento as três modalidades têm prazos distintos. Os pagamentos são feitos em até 6, 12 e 10 parcelas para o Capital de Giro, Fixo e Misto, respectivamente.

#### **4 ASSIMETRIA DE INFORMAÇÃO NO MERCADO DE CRÉDITO**

Informação assimétrica é um fenômeno que ocorre quando uns dos agentes envolvidos na transação detêm alguma informação relevante sobre o negócio que o

outro, por sua vez, não possui. Este fenômeno foi abordado pela primeira vez no meio acadêmico a partir do trabalho seminal do economista George A. Akerlof em 1970, intitulado *The Market for "Lemons": Quality Uncertainty and the Market Mechanism*. Neste artigo o autor utiliza o mercado de automóveis para explicar a questão da informação imperfeita, denominando de “*Lemons*” os carros ruins.

Em sua análise, ele considera um mercado de automóveis<sup>48</sup> com a existência de quatro tipos de carros – novos, usados, bons e ruins. De modo que um carro novo pode ser bom ou ruim, e o mesmo é válido para os carros usados. Então, os compradores deste mercado ao adquirirem um carro usado não sabem se o mesmo é bom ou é um “*lemon*”. Isto ocorre em função da assimetria de informação, pois o vendedor detém mais informações sobre a qualidade dos carros do que o comprador, resultando na venda de um “*lemon*” ao preço de um bom, pois a priori é impossível o comprador distinguir tal diferença.

Para o autor, como os compradores não conseguem distinguir os carros bons dos “*lemons*” eles só estarão dispostos a pagar o valor de um carro ruim, o que pode resultar na expulsão dos carros bons do mercado. Em virtude deste problema informacional, algumas instituições foram desenvolvidas para dar confiança aos negócios, reduzindo os efeitos da incerteza na qualidade. Uma destas instituições é a garantia, modelo em que o risco é suportado pelo vendedor e não pelo comprador. Outro exemplo é a boa marca, pois, além de sinalizar uma boa qualidade permite ao consumidor retaliar o vendedor caso a qualidade não atenda às suas expectativas. Também se tem as práticas de Licenciamento, que indicam capacidade por parte daqueles que o possui, pois antes de adquirir a licença passaram por uma espécie de treinamento (AKERLOF, 1970).

A assimetria de informação é o fenômeno inerente ao mercado de crédito e também em todas as linhas de seguro. Em função da informação imperfeita a transação pode ser cometida por um fenômeno chamado Seleção Adversa, problema que ocorre antes do fechamento do contrato – devido a ausência de informações, o credor estipula um preço (taxa de juros) elevado o qual afugenta os

---

<sup>48</sup> O autor dá outros exemplos e aplicações em que se faz presente o princípio dos “*Lemons*”. Ver Akerlof (1970:492-99).

bons pagadores e seleciona aqueles que não têm aversão ao risco, que não têm interesse em honrar seus compromissos.

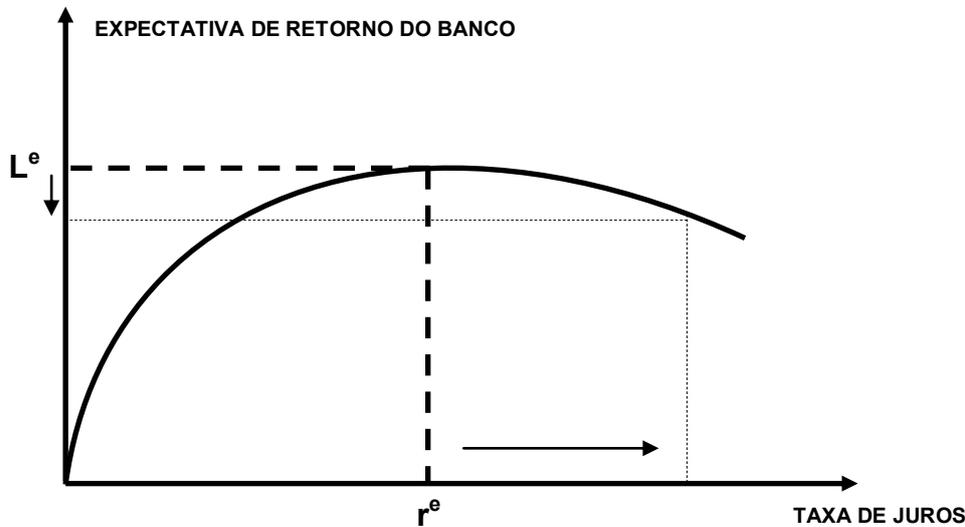
Com base no mercado de seguro, Akerlof (1970, p. 492-93) expõe que as pessoas acima de 65 anos tem muita dificuldade em adquirir um seguro médico. E segundo o autor uma pergunta natural que surge é: porque não elevar o preço para coincidir com o risco? A resposta está intrinsecamente na qualidade da informação, pois como as seguradoras não têm como avaliar eficientemente os problemas de saúde de seus futuros segurados, elas entendem que as pessoas a partir desta idade estão certos que vão precisar do seguro.

A influência da assimetria de informação no mercado de crédito foi tratada de forma incisiva por Joseph E. Stiglitz e Andrew Weiss em 1981 através de seu artigo seminal *Credit Rationing in Market with Imperfect Information*, quando mostraram que o mercado de crédito pode estar em equilíbrio, mesmo existindo racionamento de crédito. São duas as situações em que há o racionamento.

A primeira ocorre em circunstâncias onde os candidatos aos empréstimos são idênticos, porém alguns recebem e outros não, de forma que mesmo oferecendo-se a pagar maiores taxas de juros ou colocando mais garantias do que o exigido, os candidatos recusados não conseguirão o empréstimo em função do volume de recursos disponíveis. Já na segunda, existe um grupo de indivíduos identificáveis na população que são incapazes de obter empréstimos a qualquer taxa de juros, mesmo que o volume de recursos seja suficiente para suprir toda demanda (STIGLITZ; WEISS, 1981).

De maneira sucinta o Gráfico 2 mostra o racionamento de crédito. Tanto a demanda como a oferta de empréstimos são funções da taxa de juros ( $r^e$ ) e este último determinado pelo retorno esperado (lucro esperado do banco) em  $r^e$ . Com a aplicação desta taxa, a demanda excede a oferta, porém esta é a taxa de equilíbrio com que o banco maximiza o retorno esperado. De acordo com a análise convencional, segundo Stiglitz; Weiss (1981) os mutuários insatisfeitos oferecerão pagar uma maior taxa de juros ao banco no intento de serem contemplados pelo empréstimo, contudo a uma maior taxa o risco eleva-se mais do que proporcionalmente e o lucro diminui.

**Gráfico 2** – Taxa de juros que maximiza o retorno esperado do banco



Fonte: Adaptado de Stiglitz; Weiss (1981).

A explicação para este descompasso está no fato de que é intrínseca ao mercado de crédito a presença de informações imperfeitas, as quais conduzem o banco ao problema da seleção adversa. Ao aumentar a taxa de juros acima de  $r^e$ , o banco estará expulsando os bons pagadores, que não estarão dispostos a pagar este ágio e, concomitantemente, incluindo em sua carteira de crédito mutuários que não tem aversão ao risco e por isso aceitarão pagar uma taxa de juros elevada. Logo, o retorno do banco não será maximizado.

Esta restrição de crédito ocorre de maneira veemente quando se trata de pessoas que trabalham no mercado informal, pois não possuem colateral financeiro para viabilizar o empréstimo. Até a década de 1970 todos os projetos desenvolvidos com intento de conceder crédito a estas pessoas foram de cunho assistencialista e não obtiveram êxito. Somente no final desta década nasceu em Bangladesh um mecanismo que, além de facilitar a concessão ao crédito aos mais pobres, forçava-os a participarem de forma ativa na superação da pobreza. Este mecanismo foi denominado Aval Solidário.

#### 4.1 O AVAL SOLIDÁRIO E A REDUÇÃO DA ASSIMETRIA DE INFORMAÇÃO

Os programas de crédito voltados às pessoas pobres e muito pobres têm sua gênese há várias décadas. Porém, suas experiências não refletiam entusiasmo ao surgimento de outras, pois seus saldos apresentavam elevadas taxas de inadimplência e baixíssimos índices de retorno em termos de redução da pobreza e geração de ocupação e renda. Isto ocorria basicamente por não atentarem para a questão da garantia.

A solução residia no desenvolvimento de um mecanismo de concessão de crédito capaz de promover o auto-sustento do micro empreendimento; que obrigasse uma participação ativa do tomador e não como os de outrora que acabavam funcionando em caráter assistencialista. Uma forma de coibir a inadimplência e de estimular o auto-sustento surgiu em Bangladesh no final da década de 1970, denominado Aval Solidário (grupo solidário) que é um tipo de fiança onde o empréstimo é concedido a cada pessoa que forma o grupo ou ao grupo como um todo, cuja responsabilidade quanto à quitação é conjunta (YUNUS, 2000). Pois, se um dos participantes não honrar com sua parte os demais são obrigados a pagarem este montante por motivos de sofrerem sanções<sup>49</sup> quanto a empréstimos futuros.

Sua eficácia é comprovada por Buchmann e Neri (2008), que ao analisarem o maior programa de MC do Brasil, o CrediAmigo do Banco do Nordeste, demonstram que 95% dos empréstimos concedidos pelo programa eram através de grupos solidários. E também por Morduch (1999a), que, examinando o maior banco de MC do mundo, o *Grameen Bank*, deparou-se com uma taxa de reembolso de 98%. Desta forma, fica evidenciado que o MC utiliza-se de garantias mais próximas das condições socioeconômicas dos empreendedores, aproveitando o capital social da comunidade (relações de confiança, reciprocidade e participação) como requisito fundamental para a disponibilidade do crédito. O programa apresenta baixa inadimplência. Este êxito, segundo Morduch (1999b) e Giné; Karlan (2008) ocorre

---

<sup>49</sup> Na atualidade uma das sanções aplicadas ao descumprimento de tais responsabilidades é a inclusão do nome de todos que compõem o grupo no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC).

porque o aval solidário amortiza os efeitos negativos da assimetria de informação, tais como seleção adversa e o risco moral.

A este respeito, Ghatak; Guinnane (1999) asseveram que a responsabilidade solidária, em conjunto com a informação local e o capital social que existe entre os mutuários, é eficaz para lidar com os principais problemas que enfrentam os credores. Estes problemas são: (I) verificar que tipo de risco potencial o mutuário é (*adverse selection*); (II) ter certeza que o mutuário utilizará o empréstimo de maneira correta, uma vez realizada a transação, a fim de ser capaz de pagá-lo (*moral hazard*); (III) entender como o projeto aconteceu realmente, caso o mutuário declare incapacidade de pagamento (*auditing costs*) e (IV) encontrar métodos que forcem o mutuário a reembolsar o empréstimo (*enforcement*).

Em seu modelo, Ghatak (1999) mostra que a responsabilidade solidária sempre melhora as taxas de reembolso e eficiência (no sentido de superávit agregado) em relação à responsabilidade individual. Demonstrando que embora os mutuários não disponham de garantias financeiras, os empréstimos em grupos podem apresentar baixa inadimplência. Esta garantia de pagamento é proveniente de dois aspectos: responsabilidade solidária e a seleção dos membros que formarão o grupo, os quais são realizados pelos próprios mutuários. Já para Bhatt e Tang (1998) uma das particularidades que torna o aval solidário mais eficiente ao empréstimo individual é a capacidade da aplicação de sanções sociais a um indivíduo.

Os mutuários utilizarão as informações locais para selecionar os membros de seu grupo de forma que pessoas compromissadas em honrar os empréstimos escolheram pessoas semelhantes; o mesmo é válido para os “maus pagadores”<sup>50</sup>. Diante desta característica, Varian (1990) desenvolve um modelo onde o banco negará empréstimo a todos os membros do grupo se, ao entrevistar um dos mutuários, perceber algum grau de risco quanto ao reembolso.

Desta forma, o Aval Solidário se constituiu como um mecanismo eficaz na concessão de empréstimos as pessoas pobres. O segredo do sucesso (STIGLITZ,

---

<sup>50</sup> A respeito da formação de grupos por tomadores do mesmo tipo, ver Van Tassel (1999).

1990; VARIAN, 1990; ARNOTT e STIGLITZ, 1991; BESLEY e COATE, 1995<sup>51</sup>) está em sua formação, pois é constituída por indivíduos que mantêm certa convivência e relacionamento (vizinhos) e por isso conhecem os esforços e habilidades que cada membro possui para sanar o empréstimo, além da facilidade e incentivo para monitorar uns aos outros para que ninguém tome atitudes excessivamente arriscadas, já que são solidariamente responsáveis pelo reembolso total do empréstimo, o que ajuda a reduzir o problema de risco moral. Em função desta característica o problema de assimetria de informação entre emprestadores e tomadores é mitigado. Nesta linha de raciocínio, Woolcock (1998) expõe que os grupos de empréstimo de MC em países em desenvolvimento alcançarão êxito se os membros do grupo tiverem laços fortemente enraizados.

Ao tratar do problema de risco moral, Arnett; Stiglitz (1991, p.181) descrevem que *“Moral hazard is an asymmetric-information phenomenon, and its defining characteristic is hidden action”*. Em outras palavras significa dizer que o devedor poderá apresentar comportamento duvidoso quanto à aplicação do empréstimo, ou seja, empregando-o em atividades arriscadas, reduzindo assim, as chances de recuperá-lo. Este é um problema que ocorre após a assinatura do contrato. Contudo, um importante mecanismo para controlar sua manifestação, segundo o autor é o monitoramento de pares – *“Peer Monitoring”*.

Portanto, o banco irá se valer do monitoramento em pares para compensar sua desvantagem informacional acerca dos mutuários. Porém, existe o problema quanto ao tamanho do grupo, pois se for grande incorre no *“free rider”*<sup>52</sup> e, além disto, o custo para cada um resultante da inadimplência de um membro do grupo é

---

<sup>51</sup> Porém, Besley; Coate (1995) advertiram que este sistema tem efeitos positivos e negativos. O efeito positivo é que membros que foram bem sucedidos terão incentivos para pagar os empréstimos dos outros, cujo retorno não rendeu o suficiente. O efeito negativo surge se o grupo todo não paga, embora alguns teriam reembolsado se não tivessem sido sobrecarregados com o peso da responsabilidade dos empréstimos dos seus parceiros. Todavia, o efeito negativo pode ser atenuado se o grupo for formado a partir de comunidades com alto grau de conectividade social (capital social). Também salientaram a importância das sanções sociais no abrandamento de tal efeito, pois, além da punição imposta pelo banco, há também as penalidades sociais realizadas pelo grupo que pode envolver desde uma repreensão, causando-lhe desconforto e perda simbólica de capital, até a expulsão do grupo ou mesmo agressões físicas. Outros efeitos negativos são discutidos em Giné; Karlan (2008).

<sup>52</sup> Significa “carona” ou “parasitismo”. Refere-se a uma situação em que alguns indivíduos do grupo querem consumir mais do que sua parte em um recurso comum ou pagar menos do que sua parte do custo de um recurso comum.

suficientemente pequeno para incentivar o monitoramento. Já se for pequeno, o aumento da inadimplência é positivamente correlacionado com o aumento do monitoramento, resultando em saldo positivo. Conforme discorre Stiglitz (1990, p. 361) “*The small size increased the risk from a single member's default but increased the incentives for peer monitoring. The gains from the latter exceeded the losses from the former*”.

Mesmo com a possibilidade de existir o problema de “*free rider*” ao ampliar o tamanho do grupo, Armendáriz de Aghion<sup>53</sup> (1999) aponta três efeitos decorrentes desta ampliação que aumenta a eficiência do reembolso: a responsabilidade conjunta, a divisão de custos e o compromisso com o grupo. O primeiro refere-se ao incentivo em monitorar, já que cada tomador é fiador de um número maior de pessoas. O segundo diz respeito à redução dos custos de monitoramento e o último leva cada tomador a evitar a inadimplência, pois tal ação prejudicaria muitas pessoas.

#### **4.2 O CAPITAL SOCIAL E A FORMAÇÃO DO AVAL SOLIDÁRIO**

O capital social é amplamente utilizado na construção dos grupos de Aval Solidário, pois estes costumam ser formados por pessoas que residem na mesma comunidade, ou seja, que mantêm uma relação de confiança, laços de amizade o que ajuda a reduzir o risco de *default*, transmitindo assim, segurança ao ofertante do crédito quanto ao recebimento do empréstimo. Quando o negócio econômico está incorporado em redes densas de interação social, os incentivos para o oportunismo e a má-fé são reduzidos. Já que vizinhos conhecem melhor a capacidade de pagamento um do outro. Nas palavras de Putnam (1993, p. 8) o capital social<sup>54</sup> “*serves as a kind of collateral for men and women who are excluded from ordinary*

<sup>53</sup> Sobre uma abordagem ex-ante e não ex-post sobre a formação de pares de grupos, ver Armendáriz de Aghion e Gollier (2000).

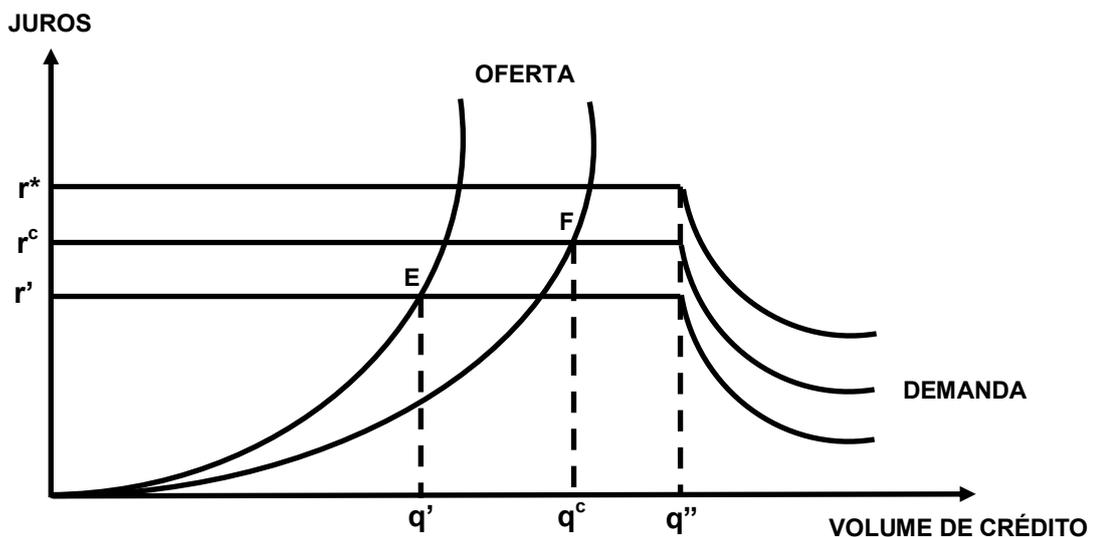
<sup>54</sup> Em virtude da imprecisão em torno do conceito de capital social fez Putnam *apud* Frey (2003:179-80) distingui-lo em “*bonding social capital*” e “*bridging social capital*”. O primeiro fortalece o próprio grupo e reforça as identidades excludentes e os grupos homogêneos e o segundo tem como objetivo estreitar relações com o ambiente externo ao grupo e que compreendem pessoas de diferentes setores sociais.

*credit or labor markets*". E segundo (COLEMAN<sup>55</sup>, 1988, p. 95) entende-se por capital social "a habilidade das pessoas trabalharem juntas em grupos e organizações para atingir objetivos comuns".

Vários estudos sobre capital social (LIMA; SHIROTA, 2005) mostram a importância da sua formação e manutenção para a resolução de vários problemas e a concepção de ambientes favoráveis ao desenvolvimento econômico. Dentre os estudos, constatou-se que os jovens envolvidos por elevados níveis de engajamento cívico são propensos a terminarem os estudos e a conseguirem um emprego, evitando as drogas e o crime. Entretanto, o capital social também pode ser espontâneo, não carecendo necessariamente de ser formado, pois existem sociedades na qual o capital social encontra-se enraizado em seu cerne.

Em estudo sobre o estado de São Paulo, Lima; Shirota (2005) constatam que o nível de capital social influencia o volume de crédito rural ofertado, de maneira a favorecer a ampliação do mercado de crédito rural, tornando-o mais eficiente e aumentando o volume de financiamentos, contribuindo para o desenvolvimento da agricultura, fato que pode ser visualizado no gráfico a seguir.

**Gráfico 3 – Mercado de crédito rural com elevação de confiabilidade**



Fonte: Lima; Shirota (2005).

<sup>55</sup> Para maior compreensão sobre a Teoria da Ação Social de Coleman, ver Aquino (2000).

No primeiro momento o equilíbrio ocorre no ponto E onde o volume de crédito ofertado é igual a  $q'$ . Entretanto, percebe-se que, com esta taxa, a demanda total por crédito é igual  $q''$ , resultando no racionamento de crédito no montante ( $q'' - q'$ ). Com um aumento na confiabilidade (informação + capital social) reduzem-se os custos de transação e o novo equilíbrio se dá no ponto F, aumentando o volume de crédito de  $q'$  para  $q^c$  e reduzindo assim, o racionamento.

Discorrendo sobre o conceito de capital social, Coleman (1988) apresenta três formas que o constituem: obrigações e expectativas, canais de informação e normas sociais. A primeira forma caracteriza uma situação em que A faz algo a B e confia em B para retribuir no futuro, o que estabelece uma expectativa em A e uma obrigação por parte de B. Esta forma depende de dois elementos fundamentais, a confiabilidade do ambiente social – o que significa que as obrigações serão pagas – e a extensão real das obrigações assumidas. A segunda forma importante de capital social é capacidade do fluxo de informação da estrutura social, sendo a informação importante fator no fornecimento de uma base para a ação. E por último, as normas acompanhadas por sanções, pois quando as normas existem e são eficazes, constitui-se um poderoso, embora às vezes frágil, capital social. Cabe salientar ainda que em todas as formas supracitadas existe a presença de um fator importante: a confiança mútua.

Procurando descobrir o que explicaria as diferenças acentuadas em relação à qualidade dos governos em várias regiões da Itália a partir de 1970, Putnam (1993) percebeu que a resposta não estava em fatores estruturais, como a organização do governo; a política partidária; a riqueza e prosperidade da região; a estabilidade social ou movimentos políticos, mas sim, em fatores culturais como o comparecimento de eleitores as urnas; maior número de leitores de jornais; intensa participação em círculos literários e corais, *Lions Clube*, clube de futebol e outros. Tal reflexão evidencia que o engajamento cívico afeta poderosamente o desempenho do governo e que a filiação associativa aumenta a confiança social (PUTNAM, 1995). Desta maneira, percebe-se que o capital social é sinônimo da existência de reciprocidade, confiança social, laços de amizade, engajamento cívico, ou seja, de uma comunidade democrática.

Um fato interessante percebido nestas regiões por Putnam (1993) foi que elas não se tornaram cívicas porque eram ricas, mas segundo o registro histórico ocorreu justamente o contrário: tornaram-se ricas por serem cívicas. Sendo assim, o capital social incorporado em redes de engajamento cívico parece ser condição prévia para o desenvolvimento econômico, bem como para a eficácia de um governo.

Ao abordar sobre capital social, Coleman (1988, p. 98) afirma que “como outras formas de capital, capital social é produtivo, possibilitando a realização de certos fins que na sua ausência não seria possível”. Sua presença em certas regiões permite a execução de projetos que seriam inviáveis caso não existisse, pois uma sociedade que não o contempla, é permeada de desconfiança, inexistência de solidariedade, reciprocidade e os cidadãos só buscam a maximização individual em detrimento do bem coletivo.

A propriedade compartilhada pelas diversas formas de capital social e que a distingue das demais formas de capital – financeiro, físico, humano – é que o capital social é um “bem público”, o ator ou atores que geram capital social, captura(m) apenas uma pequena parte de seus benefícios, ou seja, não é a propriedade privada daqueles que se beneficiam dele (COLEMAM, 1988; PUTNAM, 1993). Outra faceta é que à medida que aumenta seu uso o estoque amplia (seu volume na comunidade), diverso ao que ocorre nos demais capitais que se desgastam quando se utiliza.

Embora o conceito de capital social disseminado pelo mundo seja o proposto por Coleman (1988) e Putnam (1993, 1995), Coleman destaca que Bourdieu utilizou-se deste conceito antes dele (AQUINO, 2000). O conceito de capital social segundo Bourdieu é o seguinte:

O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis. (...) O volume do capital social que um agente individual possui depende então da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume de capital (econômico, cultural ou simbólico) que é posse exclusiva de cada um daqueles a quem está ligado (BOURDIEU, 1980, p.67 *apud* AQUINO, 2000, p. 25).

Bourdieu (1980 *apud* COSTA; COSTA, 2005) expõe que o capital social também é criado através do conceito de *habitus* – as atitudes, concepções e disposições compartilhadas pelos indivíduos pertencentes à mesma classe –, que configura redes sociais de relacionamentos entre os agentes.

## 5 METODOLOGIA

### 5.1 DESCRIÇÃO DOS DADOS

O estudo é baseado no trato de dados secundários e os principais são os disponibilizados pelo Banco do Cidadão. Outros necessários à realização da pesquisa foram coletados nos *sites* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Junto ao Banco do Cidadão foram angariadas informações sobre volume de recursos, concessão de crédito, garantia utilizada, além de outras de cunho financeiro, a saber: ativo circulante, ativo realizável no longo prazo, ativo permanente, ativo total, passivo circulante, passivo exigível no longo prazo, patrimônio líquido, sobras líquidas, sobras do ano, receitas e despesas. O período de análise compreende de 2006 a 2009.

No *site* do IBGE foram colhidas informações relativas ao Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes dos municípios onde o banco possui instalação. Já no *site* do IPEA foram coletadas informações sobre a população total residente nesses municípios. A partir destas informações obteve-se o PIB *per capita* dos mesmos que é o produto da razão entre o PIB e a população.

Também no *site* do IPEA foram coletados dados sobre o Índice da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro de Desenvolvimento Municipal (IFDM) no que diz respeito ao emprego e renda, isto é, IFDM – Emprego e renda.

## 5.2 MÉTODO

Para que o estimador dos Mínimos Quadrados Ponderados (MQP)<sup>56</sup> possa ser aplicado, as variáveis tem que apresentar heteroscedasticidade conhecida e ausência de auto-correlação. Portanto, a estimação eficiente sob uma forma conhecida de heteroscedasticidade é primeiro ponderar cada observação pela inversa da raiz quadrada da variância e depois aplicar o estimador dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO)<sup>57</sup>, o que é chamado de regressão ponderada ou MQP (HAYASHI, 2000; GREENE, 2003).

Heteroscedasticidade é um fenômeno que ocorre quando a variância de cada termo de perturbação  $\varepsilon$ , condicional aos valores escolhidos das variáveis explicativas é algum número diferente de  $\sigma^2$ . Ou seja, quando as variâncias condicionais são diferentes (GUJARATI, 2000). Acredita-se que os dados da presente pesquisa apresentem tal fenômeno por se tratar de uma amostra de tamanho pequeno, porém para ter certeza e conseqüentemente validar o uso do MQP, proceder-se-á ao Método de Correlação de Pearson.

A análise dos dados disponibilizados pelo Banco do Cidadão no que tange à focalização (alcance aos mais pobres) e a utilização do aval solidário na concessão do crédito e do volume de recursos liberados sucederá através do método dos Mínimos Quadrados Ponderados que é um caso especial do método dos Mínimos Quadrados Generalizados (MQG)<sup>58</sup>.

Partindo do modelo OLS,

$$y = x\beta + \varepsilon \quad (1)$$

$$\beta = \operatorname{argmin} \operatorname{SSR}(\hat{\beta})$$

$$\text{como } \operatorname{SSR}(\hat{\beta}) = (y - x\hat{\beta})' (y - x\hat{\beta}) \quad (2)$$

<sup>56</sup> *Weighted Least Squares* (WLS).

<sup>57</sup> *Ordinary Least Squares* (OLS).

<sup>58</sup> *Generalized Least Squares* (GLS). Para maior detalhe sobre o método, ver Hayashi (2000:54-7).

$$\frac{\partial \text{SSR}(\hat{\beta})}{\partial \hat{\beta}} = -2x'y + 2x'x\hat{\beta} = 0 \quad (\text{condição de 1ª ordem}) \quad (3)$$

$$x'x\hat{\beta} = x'y \quad (4)$$

$$\hat{\beta} = (x'x)^{-1} x'y \quad (5)$$

Definindo a matriz V (simétrica e positiva definida), tem-se a seguinte decomposição,

$$V^{-1} = C'C \quad (6)$$

Agora considere a criação de um novo modelo de regressão, transformando (y, x, ε) por C. Então,

$$\tilde{y} \equiv cy, \quad \tilde{x} \equiv cx \text{ e } \tilde{\varepsilon} \equiv c\varepsilon \quad (7)$$

Com isso a regressão passa a ter o seguinte formato,

$$\tilde{y} = \tilde{x}\beta + \tilde{\varepsilon} \quad (8)$$

A idéia de ajustamento para a matriz de variância de erros vai se tornando transparente quando não há correlação no termo de erro entre as observações, tal que a matriz V seja diagonal.

Seja  $V_i(x)$  o i-ésimo elemento da diagonal de V, então

$$E(\varepsilon_i^2|x) (= \text{Var}(\varepsilon_i|x)) = \sigma^2 \cdot V_i(x) \quad (9)$$

Vê-se, facilmente, que C também é diagonal, com a raiz quadrada de  $[V_i(x)]^{-1}$  na i-ésima diagonal. Portanto,  $(\tilde{y}, \tilde{x})$  é dada por

$$\tilde{y} = \frac{Y_i}{\sqrt{V_i(x)}} \text{ e } \tilde{x} = \frac{X_i}{\sqrt{V_i(x)}} \text{ com } i = 1, 2, \dots, n \quad (10)$$

o que é conhecido por Mínimos Quadrados Ponderados. Assim, o estimador dos mínimos quadrados ponderados é

$$\hat{\beta}_{\text{MQP}} = \left[ \left( \frac{X_i}{\sqrt{V_i(x)}} \right)^2 \right]^{-1} \left( \frac{X_i}{\sqrt{V_i(x)}} \right)' \frac{Y_i}{\sqrt{V_i(x)}} \quad (11)$$

Quanto à análise da sustentabilidade financeira do Banco do Cidadão proceder-se-á ao emprego de 13 dos 17 indicadores utilizados por Leismann; Carmona (2011) para avaliar a sustentabilidade financeira das Cooperativas de Crédito Singulares do Brasil. Os dados para o cálculo dos indicadores da presente pesquisa foram disponibilizados pelo Banco do Cidadão.

Os indicadores que serão utilizados estão descritos no quadro abaixo.

**Quadro 1 – Nome e definição dos indicadores**

	<b>Sigla</b>	<b>Descrição</b>
Interno 1	ACRLP	Ativo Circulante + Realizável no Longo Prazo
Interno 2	AP	Ativo Permanente
Interno 3	ATTOTAL	Ativo Total
Interno 4	PCELP	Passivo Circulante + Exigível no Longo Prazo
Interno 5	PL	Patrimônio Líquido
Interno 6	PR	Patrimônio de Referência
Interno 7	RSPL	Retorno sobre o Patrimônio Líquido
Interno 8	RSA	Retorno sobre o Ativo
Interno 9	DC	Relação Dívida/Capitalização
Interno 10	PERMPL	Relação Ativo Permanente/Patrimônio Líquido
Interno 11	PLAP	Relação Patrimônio Líquido/Ativo Permanente
Interno 12	PLAT	Independência Financeira
Interno 13	RCRRDEV	<i>Ratio</i> do Somatório das Contas Credoras/Devedoras

Fonte: Adaptado de Leismann; Carmona (2011).

Os indicadores internos 1,2,3,4 e 5 serão obtidos diretamente do banco de dados consultado. Entretanto, os demais serão calculados como pode-se observar. O indicador interno 6 “Patrimônio de Referência” = PR, é obtido a partir da equação 12.

$$PR = \text{Patrimônio Líquido} - \text{Ativo Permanente} \quad (12)$$

A equação 13 mostra o retorno sobre o patrimônio líquido (RSPL), indicador interno 7.

$$RSPL = \text{Sobras Líquidas} / \text{Patrimônio Líquido} \quad (13)$$

O indicador interno 8 é calculado a partir da equação 14 e representa uma medida de retornos líquidos do período sobre os ativos totais (RSA = Retorno sobre o Ativo).

$$\text{RSA} = \text{Sobras} / \text{Ativo Total} \quad (14)$$

O indicador interno 9 demonstra a relação entre o total de dívidas e o ativo total (DC), demonstrando quanto do ativo total é financiado com recursos de terceiros (equação 15).

$$\text{DC} = \text{Passivo Exigível} / \text{Ativo Total} \quad (15)$$

O indicador interno 10 é calculado a partir da equação 16 e mostra o grau de imobilização do patrimônio líquido. Os ativos permanentes são necessários, porém não podem consumir a maior parte dos recursos próprios. Esse indicador demonstra quanto dos recursos próprios são consumidos pelo ativo permanente.

$$\text{PERMPL} = \text{Ativo Permanente} / \text{Patrimônio Líquido} \quad (16)$$

A equação 16 demonstra quanto o ativo permanente consome do capital próprio, sendo um indicador que deve ser minimizado. Ao utilizar o inverso, temos o número de vezes que o patrimônio líquido supera o ativo permanente, sendo um indicador que, quanto maior, mais sustentável financeiramente é a instituição.

A equação 17 demonstra o indicador interno 11.

$$\text{PLAP} = \text{Patrimônio Líquido} / \text{Ativo Permanente} \quad (17)$$

A equação 18 mostra a independência financeira, ou seja, quanto do ativo total é financiado com recursos próprios, indicador interno 12.

$$\text{PLAT} = \text{Patrimônio Líquido} / \text{Ativo Total} \quad (18)$$

Entretanto, o cálculo da autossustentabilidade difundido na literatura relaciona o total de entradas com as saídas (contas de resultados credoras em relação às contas de resultados devedoras), denominada de *Ratio* entre Contas Credoras e Contas Devedoras (em módulo). As instituições são consideradas sustentáveis no período quando o indicador for superior a 1. Isso equivale a dizer que as sobras devem ser positivas. A equação 19 mostra o indicador interno 13.

RCRRDEV = Contas de Resultados Credoras/Contas de Resultados Devedora (19)

### 5.3 ESPECIFICAÇÃO DO MODELO

O modelo que será aplicado é o Log-linear. Segundo Gujarati (2000), uma característica atraente deste modelo é que os coeficientes medem a elasticidade da variável dependente (Y) com relação às variáveis explicativas (X), ou seja, a variação percentual em Y para uma dada variação percentual em X. Considerando o modelo de regressão exponencial

$$Y_i = \beta_1 X_i^{\beta_2} e^{u_i} \quad (20)$$

Que pode ser expresso como:

$$\ln Y_i = \ln \beta_1 + \beta_2 \ln X_i + u_i \quad (21)$$

Reescrevendo-o tem:

$$\ln Y_i = \alpha + \beta_2 \ln X_i + u_i \quad (22)$$

Em que  $\alpha = \ln \beta_1$ , este modelo é linear nos parâmetros  $\alpha$  e  $\beta_2$  e também nos logaritmos Y e X. Dada essa linearidade, eles são denominados modelos *log-lineares*.

Deste modo, as equações a serem estimadas encontrar-se-ão na forma logarítmica, o que permitirá a obtenção da sensibilidade da variável dependente em relação a cada uma das variáveis explicativas, que, por sua vez, evidenciará a influência de cada uma sobre o comportamento da variável a ser explicada.

A equação a ser estimada para analisar a questão da focalização do MC, ou seja, se está realmente direcionado às pessoas mais pobres é a seguinte:

$$\ln(\text{ConCred}) = \beta_0 + \beta_1 \cdot \ln(\text{PIB}_{PC}) + \beta_2 \cdot \ln(\text{EmpRen}) + \Phi_{07} + \Omega_{08} + \theta_{09} + \varepsilon_i \quad (23)$$

onde,

$\text{Ln}(\text{ConCred})$  é a variável dependente e corresponde as concessões de crédito. Esta variável sinaliza quantas famílias foram atendidas pelo banco;

$\beta_0$  é a constante do modelo;

$\beta_1$  e  $\beta_2$  são os parâmetros a serem estimados. Espera-se após a estimação encontrar um sinal negativo antecedendo-os, ou seja, uma razão inversa com a variável dependente. Esta inversibilidade é em função das variáveis independentes as quais os parâmetros estão multiplicando, que são *proxies* que denotam a condição socioeconômica das famílias dos municípios, pois quanto melhor for esta condição, menor será a concessão de crédito e vice-versa. Esta relação é embasada na visão do idealizador do MC que ao desenvolvê-lo tinha em mente ajudar os pobres a superar a situação de miséria através do acesso ao crédito;

$\text{Ln}(\text{PIB}_{\text{PC}})$  e  $\text{Ln}(\text{EmpRen})$  são as variáveis explicativas. Correspondem ao PIB *per capita* e ao Índice de emprego e renda dos municípios, respectivamente. São *proxies* que sinalizam quais municípios apresentam as melhores e piores condições socioeconômicas;

As  $\Phi_{07}$ ,  $\Omega_{08}$  e  $\theta_{09}$  são definidas como variáveis *dummies* (variáveis temporais), tomando o valor 0 para 2006 e 1 para os demais anos. Utilizadas para captar a influência de 2007, 2008 e 2009 sobre a concessão do crédito; e,

$\varepsilon_i$  é o termo de erro, já que ao estimar os parâmetros a relação entre a variável dependente e as independentes apresentará erros.

Para verificar se o aval solidário está realmente sendo utilizado nas regiões mais pobres estimou-se a seguinte equação:

$$\text{Ln}(\text{AVALConCred}) = \beta_0 + \beta_1 \cdot \text{Ln}(\text{PIB}_{\text{PC}}) + \beta_2 \cdot \text{Ln}(\text{EmpRen}) + \Phi_{07} + \Omega_{08} + \theta_{09} + \varepsilon_i \quad (24)$$

onde,

$\text{Ln}(\text{AVALConCred})$  é a variável dependente e corresponde as concessões de crédito via aval solidário. Esta variável sinaliza quantas famílias foram atendidas pelo banco utilizando como garantia o aval solidário. As demais variáveis já foram descritas acima.

Também se procurou verificar se do total de recursos liberado pelo banco, o maior volume foi disponibilizado através do aval solidário, já que trata-se de um banco direcionado a clientela pobre a qual não possui colateral financeiro para utilizar como garantia. Para esta verificação estimou-se a seguinte equação:

$$\text{Ln}(\text{AVALRecLib}) = \beta_0 + \beta_1 \cdot \text{Ln}(\text{PIB}_{\text{PC}}) + \beta_2 \cdot \text{Ln}(\text{EmpRen}) + \Phi_{07} + \Omega_{08} + \theta_{09} + \varepsilon_i \quad (25)$$

onde,

$\text{Ln}(\text{AVALRecLib})$  é a variável dependente e corresponde ao volume de recursos liberado com a utilização do aval solidário como garantia. Esta variável sinaliza se o banco em suas transações está utilizando mais o aval solidário ou outros tipos de garantia. As demais variáveis já foram descritas anteriormente.

## 6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 6.1 FOCALIZAÇÃO

Segundo Yunus (2000), o MC é um programa de mudança social. A focalização nos mais pobres entre os pobres sempre foi o seu ideário, no sentido de que instituições que operam com MC têm que ter como objetivo alcançar os mais necessitados, conferindo-os possibilidade de superação da pobreza. Diante disto, se buscou verificar se o Banco do Cidadão está realmente focado em atender os mais pobres ou se está buscando a sustentabilidade.

Ao observar a Tabela 9 percebe-se que o banco durante os quatro anos analisados, concedeu um número significativo de crédito, conferindo aos demandantes um volume de recursos de aproximadamente 13,4 milhões. É importante ressaltar que seu programa possui as três principais características que distinguem as experiências inovadoras do MC, como o *Gramen Bank* e o *CrediAmigo*, a saber: metodologia de empréstimo solidário, o foco em mulheres e em indivíduos de baixa renda, o que permite credenciá-lo como bem-sucedido a priori, mas não extingue a necessidade de avaliar a aplicação, no Banco do Cidadão, de cada uma dessas características individualmente.

**Tabela 9** – Síntese de alguns Indicadores do Banco do Cidadão

Anos	2006	2007	2008	2009
<b>Valor liberado</b>	1.422.312,6	4.600.574,6	4.367.781,6	2.976.828,98
<b>Operações de Crédito</b>	1294	4007	3114	1804
<b>Grupo Solidário por crédito concedido</b>	54,01%	51,61%	52,56%	53,49%
<b>Grupo Solidário por volume liberado</b>	79,54%	78,80%	80,06%	81,17%
<b>Gênero: Feminino</b>	67,45%	67,02%	69,92%	70,29%
<b>Nível de Renda: Até 1 SM</b>	100%	100%	100%	100%
<b>Inadimplência</b>	5% (aproximadamente)			

Fonte: Autor, 2012.

Nota: Dados de 2006 a 2009.

Como visto anteriormente, a utilização do colateral social em vez do financeiro foi o grande *insight* do professor Yunus para ajudar as comunidades pobres de Bangladesh. O empréstimo é concedido ao grupo cuja responsabilidade é solidária de forma que a inadimplência de um membro prejudica todo o grupo. Ou seja, o acesso individual ao crédito é dependente do comportamento dos outros membros do grupo, como ressalta Anthony (2005). Quanto a esta característica o Banco do Cidadão não apresenta uma atuação contundente, pois apenas 53% das concessões de crédito foram realizadas utilizando-se o aval solidário. Ao compará-lo à atuação do Banco do Nordeste verifica-se uma diferença gritante de 42% quanto a esta prática, à vista que as concessões de crédito deste último via aval solidário foram de 95%<sup>59</sup>.

O segundo aspecto é o foco em mulheres<sup>60</sup>, porque elas são mais propensas a investir na educação e saúde dos filhos do que os homens, o que resulta no melhor bem-estar familiar já que a finalidade do MC é melhorar a qualidade de vida dos pobres<sup>61</sup>. Essa característica o Banco executa com êxito, pois 68,67% das concessões de crédito realizadas foram concedidas as mulheres. Segundo Yunus (2000), as experiências evidenciam que as mulheres são melhores pagadoras.

<sup>59</sup> Ver Buchmann, Neri (2008).

<sup>60</sup> Apesar de existir uma sensação generalizada de que as mulheres apresentam um comportamento mais cooperativo em relação aos homens, há uma gama de trabalhos que produzem resultados contraditórios. Dentre os trabalhos encontra-se Anthony; Horne (2003) que analisando a cooperação em grupos de empréstimos de MC argumenta que este comportamento é uma consequência de diferentes expectativas baseadas na composição do grupo e não do gênero por si só.

<sup>61</sup> Esta explanação é evidenciada em Kaboski e Townsend (2005).

E a terceira característica é direcionar o crédito aos indivíduos pobres, ponto que o banco executa com eficiência, pois 100% de seus recursos são concedidos aos indivíduos que recebem até um salário mínimo.

A baixa inadimplência é um indicador indireto que comprova a eficácia do MC na geração de renda para os indivíduos pobres. É um sinal irrefutável que os empreendimentos financiados são em geral bem-sucedidos, caso contrário, a capacidade de pagamento dos devedores seria menor. Logo, pelo resultado apresentado acura-se que o Banco do Cidadão está melhorando as condições socioeconômicas de seus clientes.

Desmembrando os dados agregados do banco a partir de seus municípios polos, verificam-se alguns indícios que revogam, em certa medida o credenciamento de um bom programa<sup>62</sup>. Na Tabela 10 constata-se que os municípios que receberam um maior volume de recursos são justamente os mais desenvolvidos, ou seja, com menor índice de pobreza. Cabe ressaltar que embora o município de São Miguel dos Campos apresente nos três primeiros anos o maior PIB *per capita* isto não reflete a realidade socioeconômica da população, pois este elevado valor é em função da exploração de petróleo neste município.

Esta percepção já foi evidenciada em outros trabalhos (BHATT e TANG, 2001; MORDUCH, 1999b, 2000; SHETTY, 2008), os quais constataram um acanhado alcance das instituições de MC junto às camadas mais pobres da população. Todavia, estas experiências empíricas contradizem a ideologia do mecanismo do MC, o qual esta focado em ajudar os mais pobres a superarem a pobreza através do acesso ao crédito, pois segundo Yunus (2003), são as instituições e políticas que criam a pobreza e não as pessoas, logo estas são responsáveis por sua eliminação.

---

<sup>62</sup> Entende-se que os municípios circunvizinhos dos municípios pólos com melhores (piores) condições socioeconômicas sofrem impactos positivos (negativos) em função dos efeitos de *Spillovers*. Logo, subentende-se que os municípios que são atendidos pela agência do município de Maceió apresentam melhores condições socioeconômicas do que os adjacentes a Delmiro Gouveia, por exemplo.

**Tabela 10** – Volume de recursos liberados (%) com relação ao PIB *per capita* a valores correntes e o IFDM – Emprego e Renda

Mun <sup>1</sup>	2006			2007			2008			2009		
	REC	PIB <sub>PC</sub>	IFDM									
Ar <sup>2</sup>	22,78	5262	0,62	21,98	6456	0,57	24,52	6666	0,67	35,74	7880	0,62
DG <sup>2</sup>	8,14	4901	0,36	8,84	5636	0,40	9,47	5552	0,36	9,93	5708	0,26
Mc <sup>2</sup>	51,50	7879	0,88	43,55	9488	0,80	32,91	9874	0,82	14,66	10962	0,87
SMC <sup>2</sup>	11,06	11603	0,49	16,16	10595	0,42	19,81	11107	0,39	25,36	9696	0,38
UP <sup>2</sup>	6,51	4105	0,39	9,46	4596	0,34	13,29	5427	0,37	14,31	6389	0,34

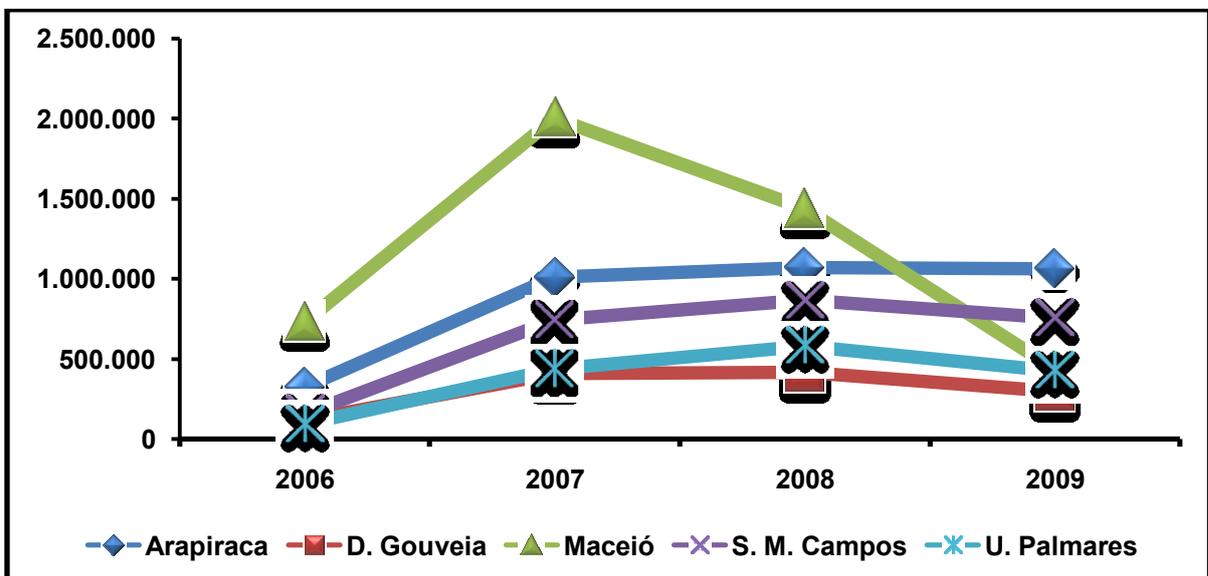
Fonte: Autor, 2012.

Nota: <sup>1</sup> Mun. = Municípios

<sup>2</sup> Ar = Arapiraca, DG = Delmiro Gouveia, Mc = Maceió, SMC = São Miguel dos Campos, UP = União dos Palmares.

Estes sinais contraditórios podem ser melhor visualizados no Gráfico 4. O município que recebeu maior volume de recursos nos três primeiros anos foi Maceió seguido por Arapiraca, São Miguel dos Campos, União dos Palmares e Delmiro Gouveia. No último ano Maceió foi superado por Arapiraca e São Miguel dos Campos, respectivamente. Entretanto, estes três municípios são os que apresentam as melhores condições socioeconômicas.

**Gráfico 4** – Participação de cada município por volume total de recursos liberado

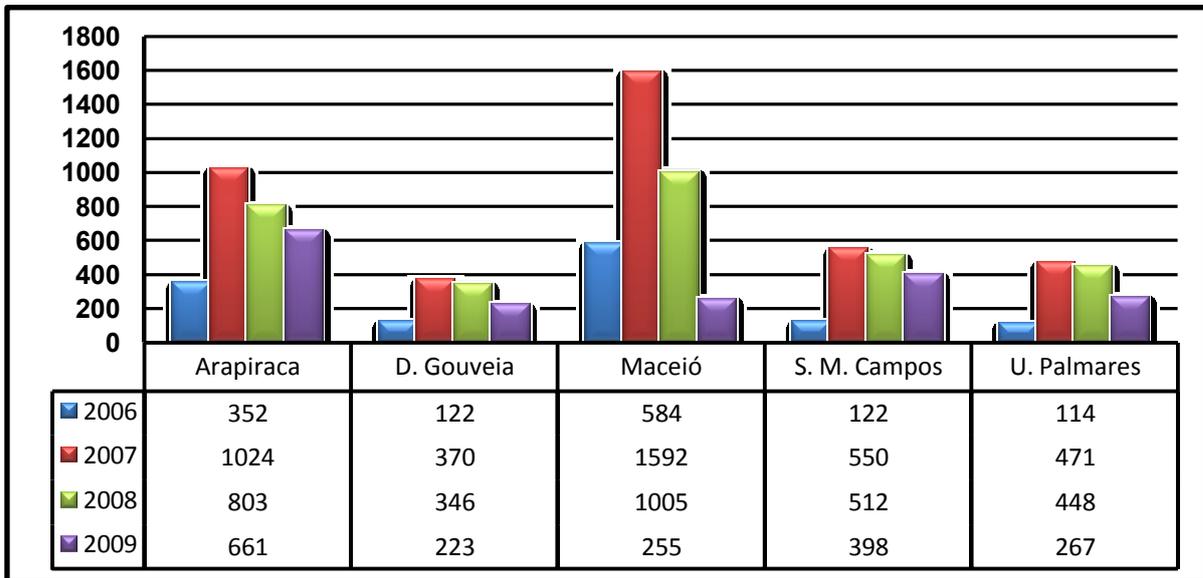


Fonte: Autor, 2012.

Quanto à concessão do crédito, que implica no número de famílias beneficiadas com MC, observou-se um comportamento análogo ao do volume de recursos liberados para cada município, com Maceió concedendo nos três primeiros

anos o maior volume de crédito, seguido por Arapiraca, São Miguel dos Campos, União dos Palmares e Delmiro Gouveia. Porém, em 2009 Maceió só concedeu mais crédito do que Delmiro Gouveia (ver Gráfico 5).

**Gráfico 5 – Concessão de crédito nos municípios (em unidades)**



Fonte: Autor, 2012.

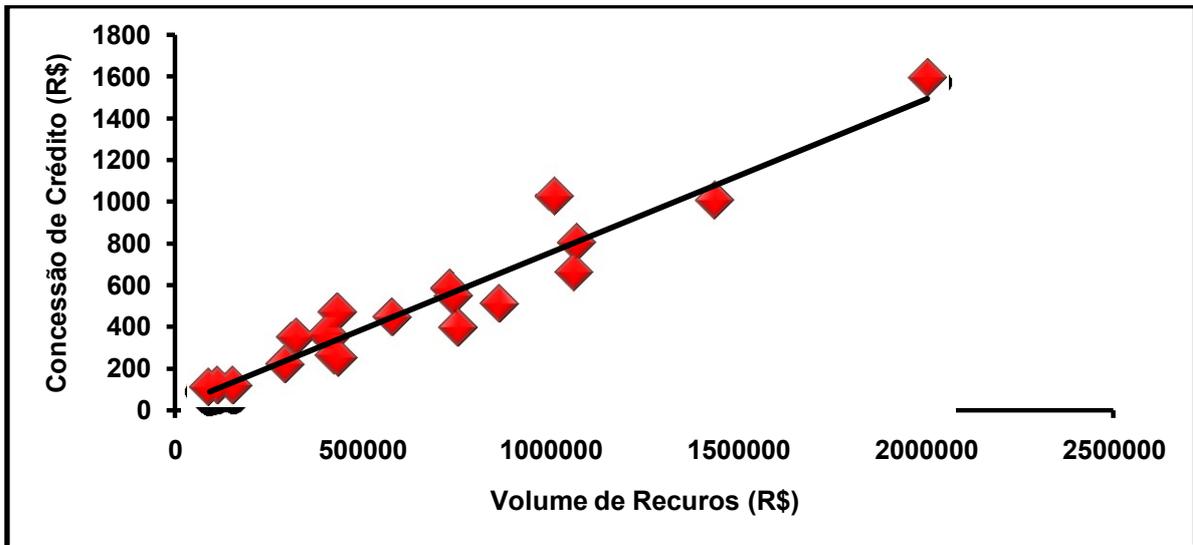
Ao verificar ano a ano a relação entre o volume de recursos liberado e as concessões de crédito também constatou-se uma relação direta entre as duas variáveis. Conforme demonstrado na Tabela 11.

**Tabela 11 – Relação entre os recursos liberado e as concessões de crédito**

	2006-2007	2007-2008	2008-2009
<b>Recursos liberado</b>	223,46%	-5,33%	-46,73%
<b>Concessões de crédito</b>	209,66%	-28,68%	-72,62%

Fonte: Autor, 2012.

Tais dados deixam claro que a concessão de crédito é dependente do volume de recursos. Ao calcular a correlação entre as duas variáveis deparou-se com um índice de  $R = 0,96$ , ou seja, um índice extremamente alto, demonstrando que se houver uma elevação dos recursos também haverá uma maior concessão de crédito, conforme demonstra o Gráfico 6.

**Gráfico 6** – Correlação entre o volume de recursos e as concessões de crédito

Fonte: Autor, 2012.

Em seguida calculou-se uma correlação entre as variáveis do modelo a qual demonstrou uma relação positiva entre as mesmas, indicando que está havendo uma maior concessão de crédito nas regiões com maior PIB *per capita* e maior índice de emprego e renda (Tabela 12). O que vem em certa medida legitimar as explicações já abordadas.

**Tabela 12** – Correlação simples entre as variáveis do modelo

	Ln(ConCred)	Ln(PIB <sub>PC</sub> )	Ln(EmpRen)
Ln(ConCred)	1,00000		
Ln(PIB <sub>PC</sub> )	0,31116	1,00000	
Ln(EmpRen)	0,51745	0,46367	1,00000

Fonte: Autor, 2012.

Como explicitado anteriormente, o método MQP é empregado quando os regressores são heteroscedásticos e não apresentam correlação com o termo de erro. Para tanto, foi necessário proceder ao teste de Pearson para certificar se as variâncias são díspares. O resultado encontra-se na Tabela 13, que mostra a rejeição da hipótese nula (variáveis homocedástica) e aceitação da alternativa (variáveis heteroscedástica) ao nível de significância de 5%. A imposição da normalidade dos dados implica em ausência de auto-correlação. Dessa forma este resultado garante a aplicação do MQP.

**Tabela 13** – Teste de correlação com Método de Pearson para verificar se os regressores são heteroscedásticos

Variáveis: Ln(PIB <sub>PC</sub> ) + Ln(EmpRen)		
t = 2.220	gl = 18	Valor-p = 0,03948
Hipótese aceita: H <sub>1</sub> : corr ≠ 0		
Intervalo de Confiança 95%: [0,02661047; 0,75191164]		
Estimação da amostra: Corr = 0,4636712		

Fonte: Autor, 2012.

Contudo, para verificar efetivamente se o maior volume de recursos e consequentemente de concessão de crédito estão ou não ocorrendo nos municípios com piores condições socioeconômicas, estimou-se algumas regressões pelo método MQP (Tabela 14).

**Tabela 14** – Relação entre a variável dependente Ln(ConCred) e as explicativas e temporais (*Dummies*)

Variável dependente: Ln(ConCred)					
	(1.1)	(1.2)	(1.3)	(1.4)	(1.5)
Ln(PIB <sub>PC</sub> ) <sup>a</sup>	0,678341 (1,3891)	0,19782 (0,3891)	0,228613 (0,5111)	0,159606 (0,4395)	-0,14356 (-0,4287)
Ln(EmpRen) <sup>b</sup>		0,926893 (2,0384)	0,920327 (2,3014)	0,934061 (2,8822)	1,15209 (3,9462)
$\Phi_{07}$			-0,313198 (-2,4456)	-0,425076 (-3,8634)	-0,572841 (-5,1386)
$\Omega_{08}$				-0,337417 (-3,0604)	-0,490797 (-4,3494)
$\theta_{09}$					-0,296529 (-2,5067)
<b>R<sup>2</sup> - Ajustado</b>	0,046643	0,188831	0,372649	0,588048	0,695357
<b>Pr(&gt; t )<sup>a</sup></b>	0,18175 <sup>n.s</sup>	0,70203 <sup>n.s</sup>	0,61625 <sup>n.s</sup>	0,66656 <sup>n.s</sup>	0,67468 <sup>n.s</sup>
<b>Pr(&gt; t )<sup>b</sup></b>	-	0,05737*	0,03515**	0,01140**	0,00146***
<b>Observações</b>	20	20	20	20	20

Fonte: Autor, 2012.

Nota: \*, \*\*, \*\*\* significância a 10, 5 e 1% respectivamente e n.s. (não significativo).

Na primeira regressão (1.1) tentou-se explicar a concessão de crédito em função do PIB *per capita* dos municípios, contudo não se pode obter nenhuma conclusão já que o parâmetro não apresentou significância estatística.

Na segunda regressão (1.2), adicionou-se outra variável explicativa (Índice de emprego e renda) que apresentou significância estatística ao nível de 10%. Esta variável ratificou a tendência evidenciada pela primeira variável, pois o sinal que antecede o parâmetro  $\beta_2$  também é positivo – as duas variáveis são *proxies* que sinalizam as condições socioeconômicas (melhores ou piores) – indicando que a concessão de crédito está ocorrendo nos municípios com melhores condições.

Em seguida, foi introduzido gradativamente no modelo três variáveis *dummies* ( $\Phi_{07}$ ,  $\Omega_{08}$  e  $\theta_{09}$ ) as quais tem a função de captar a influência dos anos subsequentes sobre a concessão do crédito, já que existe um planejamento para liberação do volume de recursos de um ano para o outro. Com estas adições percebeu-se que existe uma influência temporal sobre as variáveis independentes e que esta influência vai aumentando ao longo do tempo. Diante disto, o modelo que melhor explica a relação entre as variáveis dependente e independente é a regressão (1.5).

A partir dela ratificou-se o comportamento evidenciado nas tabelas e gráficos, ou seja, de que houve uma inversão da política de MC, onde os municípios que receberam o maior número de crédito foram justamente os que apresentaram melhores condições socioeconômicas. A regressão que especifica tal disfunção é:

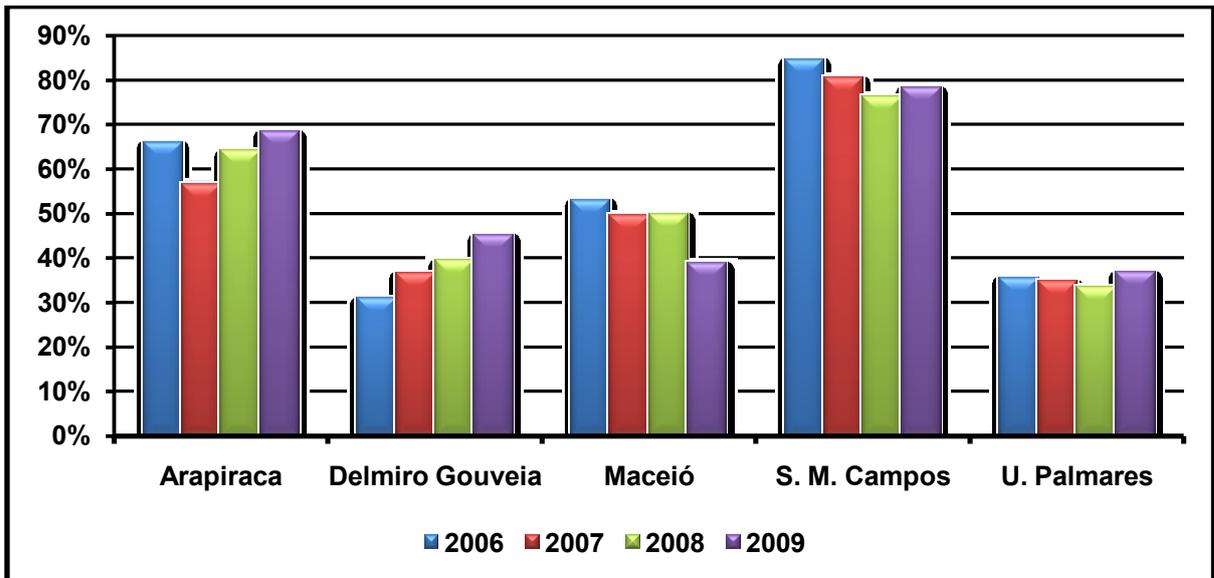
$$\text{Ln(ConCred)} = 4,54354 - 0,14356 \times \text{Ln(PIB}_{PC}) + 1,15209 \times \text{Ln(EmpRen)} - \sum_{i=1}^3 \text{Dummies} \quad (3,190) \quad (-0,4287) \quad (3,9462) \quad \mathbf{(26)}$$

Embora os parâmetros ( $\beta_1$  e  $\beta_2$ ) apresentem sinais diferentes pode-se em certa medida concluir que está havendo uma maior concessão de crédito em direção aos municípios com melhores condições socioeconômicas em função da magnitude do estimador. Se o PIB *per capita* aumentar em 1% haverá uma redução nas concessões de crédito de apenas 0,14%, entretanto se o índice de emprego e renda aumentar em 1% as concessões de crédito aumentará em 1,15%. Diante disto fica evidente que o MC está sendo disponibilizado nos municípios com melhores condições socioeconômicas.

Ao observar a utilização do Aval Solidário na concessão do crédito e no volume de recursos liberado percebe-se mais uma disfunção. Pois, este mecanismo foi desenvolvido para permitir que as pessoas mais pobres tenham acesso ao

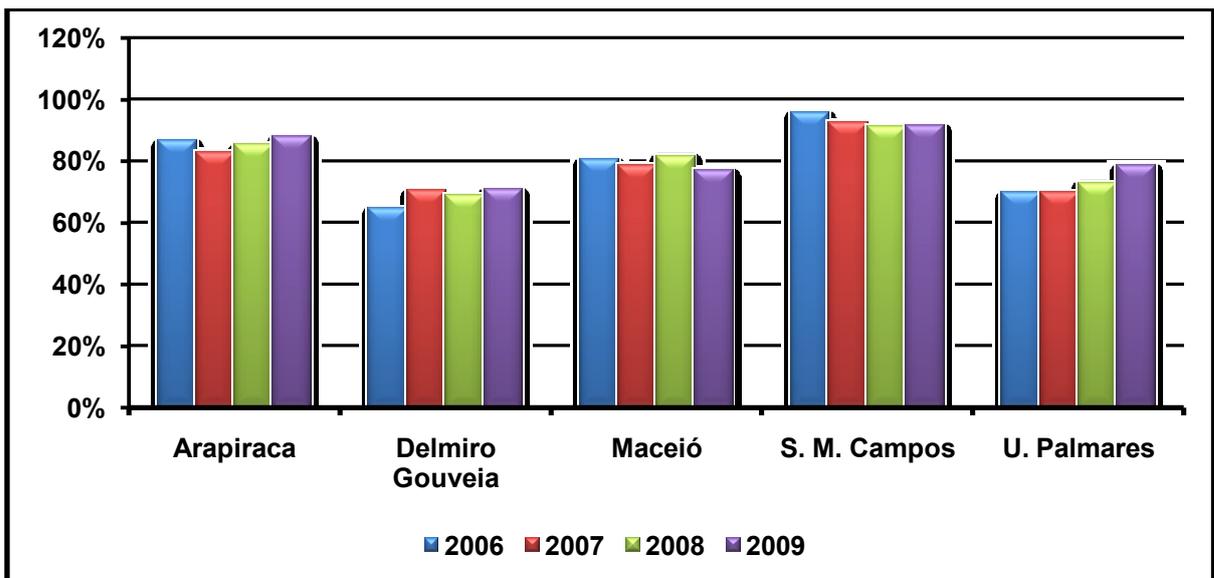
crédito, porém ao visualizar os Gráficos 7 e 8 vislumbra-se um panorama antagônico, onde os municípios com melhores condições socioeconômicas utilizaram mais o aval solidário como garantia do que os municípios que efetivamente deveriam utilizá-lo.

**Gráfico 7 – Utilização do aval solidário por crédito concedido (%)**



Fonte: Autor, 2012.

**Gráfico 8 – Utilização do aval solidário por volume de recursos liberado (%)**



Fonte: Autor, 2012.

Ao calcular a correlação entre as variáveis do modelo, verificou-se uma relação positiva entre as mesmas, indicando que está havendo uma maior concessão de crédito e de liberação de recursos via utilização do aval solidário nas regiões com maior PIB *per capita* e maior índice de emprego e renda (ver Tabela 15). O que vem corroborar com as informações apresentadas nos gráficos 7 e 8.

**Tabela 15 – Correlação simples entre as variáveis do modelo**

	Ln(AVALConCred)	Ln(PIB <sub>PC</sub> )	Ln(EmpRen)
Ln(AVALConCred)	1,00000		
Ln(PIB <sub>PC</sub> )	0,67426	1,00000	
Ln(EmpRen)	0,26929	0,46367	1,00000
	Ln(AVALRecLib)	Ln(PIB <sub>PC</sub> )	Ln(EmpRen)
Ln(AVALRecLib)	1,00000		
Ln(PIB <sub>PC</sub> )	0,74763	1,00000	
Ln(EmpRen)	0,36058	0,46367	1,00000

Fonte: Autor, 2012.

Para acurar está relação entre crédito concedido e recursos liberados via aval solidário e os municípios também utilizou-se o MQP, o qual veio ratificar a disfunção quanto à utilização deste mecanismo de garantia (ver Tabela 16 e 17).

**Tabela 16 – Relação entre a variável dependente Ln(AVALConCred) e as explicativas e temporais (*Dummies*)**

Variável dependente: Ln(AVALConCred)					
	(1.1)	(1.2)	(1.3)	(1.4)	(1.5)
Ln(PIB <sub>PC</sub> ) <sup>a</sup>	0,67954 (3,8736)	0,705338 (3,4696)	0,70478 (3,3629)	0,708702 (3,2772)	0,791149 (3,4078)
Ln(EmpRen) <sup>b</sup>		-0,049764 (-0,2737)	-0,049645 (-0,2650)	-0,050425 (-0,2613)	-0,109717 (-0,5421)
$\Phi_{07}$			0,005675 (0,0946)	0,012034 (0,1837)	0,052218 (0,6757)
$\Omega_{08}$				0,019177 (0,2921)	0,060889 (0,7784)
$\theta_{09}$					0,080641 (0,9834)
R <sup>2</sup> - Ajustado	0,424326	0,393137	0,355568	0,316494	0,314989
Pr(> t ) <sup>a</sup>	0,00111***	0,00293***	0,00396***	0,00509***	0,00425***
Pr(> t ) <sup>b</sup>	-	0,78762 <sup>n.s</sup>	0,79443 <sup>n.s</sup>	0,79742 <sup>n.s</sup>	0,59626 <sup>n.s</sup>

Observações	20	20	20	20	20
-------------	----	----	----	----	----

Fonte: Autor, 2012.

Nota: \*, \*\*, \*\*\* significância a 10, 5 e 1% respectivamente e n.s. (não significativo).

De acordo com as regressões estimadas na Tabela 16 o modelo que melhor explicou a relação entre as variáveis dependente e independente foi à regressão (1.5). Outra vez observou-se o comportamento já evidenciado pelas tabelas e gráficos, ou seja, que houve uma inversão na utilização do aval solidário como garantia. A regressão que especifica tal disfunção é

$$\text{Ln(AVALConCred)} = - 1,52679 + 0,79115 \times \text{Ln(PIB}_{PC}) - 0,10972 \times \text{Ln(EmpRen)} + \sum_{i=1}^3 \text{Dummies} \quad (-1,546) \quad (3,408) \quad (-0,5421) \quad \mathbf{(27)}$$

Observando a regressão (27) fica nítido que a utilização do aval solidário como garantia na concessão do crédito está sendo mais empregada nos municípios com melhores condições socioeconômicas, pois se o PIB *per capita* aumentar em 1% a concessão de crédito neste município via aval solidário aumenta em 0,79% havendo uma relação direta e não inversa como deveria ser. Isto ocorre a um nível de significância de 1%. Já a outra variável explicativa – Ln(EmpRen) – apresenta uma relação inversa, evidenciando que a concessão de crédito através do aval solidário está ocorrendo em maior intensidade nos municípios com piores condições socioeconômicas no que tange ao índice de emprego e renda.

Entretanto, cabe ressaltar que o resultado apurado na relação inversa entre concessão de crédito via aval solidário nos municípios com menor índice de emprego e renda ocorre numa menor intensidade, isto é, se o índice de emprego e renda aumentar em 1% a concessão de crédito com utilização do aval solidário reduz em apenas 0,10%. Apesar de existir efeitos contrários, prevalece a relação direta entre concessões de crédito via aval solidário e municípios com melhores condições socioeconômicas em função da magnitude do estimador.

Esta interpretação também é deparada ao relacionar o volume de recursos liberado via aval solidário e os municípios. Ou seja, os municípios com melhores condições socioeconômicas foram os que receberam o maior volume de recursos, como pode ser visto na tabela a seguir.

**Tabela 17 – Relação entre a variável dependente Ln(AVALRecLib) e as explicativas e temporais (*Dummies*)**

Variável dependente: Ln(AVALRecLib)					
	(1.1)	(1.2)	(1.3)	(1.4)	(1.5)
Ln(PIB <sub>PC</sub> ) <sup>a</sup>	0,261777 (4,7762)	0,258898 (4,0684)	0,258392 (3,9469)	0,259692 (3,8457)	0,276847 (3,7476)
Ln(EmpRen) <sup>b</sup>		0,0055545 (0,0976)	0,0056624 (0,0967)	0,0054037 (0,0897)	-0,006934 (-0,1077)
$\Phi_{07}$			0,005146 (0,2746)	0,007253 (0,3545)	0,015615 (0,6350)
$\Omega_{08}$				0,006355 (0,3100)	0,015035 (0,6040)
$\theta_{09}$					0,01678 (0,6431)
<b>R<sup>2</sup> - Ajustado</b>	0,534451	0,507342	0,479005	0,447809	0,425341
<b>Pr(&gt; t )<sup>a</sup></b>	0,00015***	0,00080***	0,00115***	0,00159***	0,00216***
<b>Pr(&gt; t )<sup>b</sup></b>	-	0,92340 <sup>n.s</sup>	0,92413 <sup>n.s</sup>	0,92974 <sup>n.s</sup>	0,91579 <sup>n.s</sup>
<b>Observações</b>	20	20	20	20	20

Fonte: Autor, 2012.

Nota: \*, \*\*, \*\*\* significância a 10, 5 e 1% respectivamente e n.s. (não significativo).

A regressão que especifica tal disfunção é

$$\text{Ln(AVALRecLib)} = 0,795585 + 0,27685 \times \text{Ln(PIB}_{PC}) - 0,00693 \times \text{Ln(EmpRen)} + \sum_{i=1}^3 \text{Dummies} \quad (2,532) \quad (3,7476) \quad (-0,1077) \quad (28)$$

Ao observar a regressão (28) fica notório que foram os municípios com melhores condições socioeconômicas que receberam o maior volume de recursos, pois se o PIB *per capita* aumentar em 1%, o volume de recursos liberados via aval solidário aumenta em 0,28%, enquanto que se o índice de emprego e renda aumentar em 1%, o volume de recursos liberado via aval solidário diminui apenas 0,007%. Portanto, em virtude da magnitude do estimador está ocorrendo uma relação direta e não inversa.

A partir das informações disponibilizadas pelo banco pode-se inferir a eficácia do MC na geração de renda para os mutuários, pois, a baixa taxa de inadimplência (que foi de aproximadamente 5%, ver Tabela 9) é um sinal incontestável de que os empreendimentos financiados são em geral exitosos, caso contrário, esta taxa seria

maior. Entretanto, esta taxa encontra-se acima das presenciadas em outras instituições que trabalham com MC, como por exemplo: o CrediAmigo, a Portosol e a CEAPE que apresentaram em 2011 uma taxa de inadimplência de 0,81%, 1,6% e 3,29%, respectivamente.

Por sua vez, diante desta verificação pode-se em certa medida proferir que os empreendimentos financiados estão obtendo êxito ao ponto dos tomadores superarem a pobreza, pois, ao observar o estado de Alagoas verifica-se que houve uma redução de 15,35% na taxa de pobreza ao longo dos quatro anos estudados (2006-2009), sendo que 232.656 (duzentas e trinta e duas mil e seiscentas e cinquenta e seis) pessoas deixaram de ser pobres. Todavia, ressalta-se que este crédito não pode ser conferido apenas à atuação do Banco, pois o governo federal vem atuando de forma incisiva nesse estado com diversas políticas públicas, as quais contribuíram para tal desempenho (ver Tabela 1).

Como exemplo da capacidade de superação da pobreza por parte dos tomadores, relatar-se-á a história de vida de Maria José Xavier da Silva<sup>63</sup>, 46 anos, moradora do bairro Tabuleiro do Martins, ex-empregada doméstica e cliente do Banco do Cidadão. Sensibilizado com a situação da mãe (Maria) que andava muito cansada em função da profissão que exercia (empregada doméstica), o filho mais velho resolveu alugar um ponto e instalar uma pequena padaria.

Na época (2000), devido à falta de recursos para iniciar o negócio, dona Maria recorreu ao Banco do Cidadão e conseguiu empréstimo para aplicar na compra de materiais (farinha de trigo, fermento, açúcar) para a fabricação de pães, bolachas, bolos e salgadinhos. Após um ano de existência da atividade, a família resolveu sair do aluguel e construir em terreno próprio uma casa e um espaço para a padaria, onde mais uma vez recorreram aos empréstimos do Banco do Cidadão.

Em 2009, sua padaria já fornecia pães a cinco mercadinhos, além das vendas em domicílio no bairro. Produzindo diariamente 3.000 pães que eram vendidos a dez centavos, tendo uma renda mensal bruta de R\$ 9.000. Desse total, 55,55% era direcionada a manutenção da padaria e o restante era gasto com a família. O que evidencia o sucesso dos empreendimentos financiados.

---

<sup>63</sup> Para ver outros casos, acessar o *site*: <http://www.bancodocidadao.com.br/casos/cidadaos/>.

Quanto à poupança, trata-se de uma questão bastante abordada na literatura de microfinanças, pois sua captação implica ampliar as condições de alcance das IMFs e desta maneira alcançar um maior número de famílias pobres, essencialmente as mais pobres. Dessa maneira, esta prática torna-se uma fonte de capital relativamente barata a ser utilizada em re-empréstimos, além de desempenhar importantes funções, como de proteção contra a sazonalidade, seguros e principalmente fazer frente às elevadas taxas de juros (reduzindo-as) cobradas nos empréstimos.

Entretanto, o Banco do Cidadão não pode captar poupança, pois é uma OSCIP e no Brasil somente os bancos são autorizados a mobilizar depósitos de clientes em poupança. Portanto, precisa buscar formas inovadoras de reduzir os custos o que resultaria em taxas de juros mais baixas e conseqüentemente num maior número de famílias pobres atendidas.

## 6.2 SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

Antes de adentrar na discussão que permeia a sustentabilidade financeira das IMFs, faz-se necessário expor alguns conceitos<sup>64</sup> acerca da temática. Segundo Kabeer (2006), sustentabilidade é a capacidade das IMFs gerar fundos suficientes para cobrir os seus custos. Dum *et al.* (1998) ao conceituar sustentabilidade, especifica a necessidade destes fundos cobrirem não só os custos operacionais e fixos mais também os custos de oportunidade e os de transação<sup>65</sup> e ainda garantir a sobrevivência da instituição a longo prazo. Para estes autores um programa de MC só subsistirá a longo prazo se atingir a sustentabilidade financeira, pois na ausência de subsídios e doações terá condições de continuar operacionalizando.

A sustentabilidade financeira é um ponto bastante discutido na atual pauta das IMFs, pois, na visão de vários autores, principalmente do idealizador do MC,

---

<sup>64</sup> Outro conceito sobre sustentabilidade, ver Navajas *et al.* (2000).

<sup>65</sup> De acordo com as literaturas existentes os custos de transação são uma das principais causas das altas taxas de juros sobre os empréstimos. Sobre os custos de transação em grupos de microcrédito, ver Shankar (2007).

Muhammad Yunus, a sua busca acaba desvirtuando o objetivo central que é atender os mais pobres dentre os pobres, reduzindo a exclusão social e gerando emprego e renda. De encontro a esta perspectiva mais social do MC encontra-se Gonzáles-Vega (2001) defendendo a idéia que as IMFs devem se preocupar em serem efetivamente lucrativas.

Diante disto, formaliza-se um *trade-off* entre focalização e sustentabilidade, ou seja, se o MC for focalizado aos mais pobres não garantirá a sustentabilidade da IMF e portanto perecerá a longo prazo; por outro lado se o foco for a sustentabilidade financeira, os mais pobres não serão contemplados pelo MC. Segundo Yunus (2000), muitos programas já nascem com anseio de se tornarem sustentáveis e, como consequência, estão se afastando dos pobres.

Em virtude deste embate, autores aglomeram-se em duas correntes de pensamento distintas: institucionalistas e *welfaristas* (WOLLER *et al.*, 1999). Segundo os institucionalistas, o objetivo social de combate a pobreza e a sustentabilidade financeira caminham juntos, ou seja, são complementares e não excludentes. Visto que com a ampliação da escala de operação, os custos operacionais unitários são reduzidos, conduzindo as IMFs à independência financeira e permitindo-as, com isto, alcançarem os mais pobres.

Já para os *welfaristas* esta conciliação não é possível, pois a cobrança de elevadas taxas de juros que cubram os custos operacionais e que gerem sobras e lucros não permite que as camadas mais pobres sejam contempladas pelo MC. Portanto, se os objetivos da sustentabilidade e redução da pobreza caminhar lado a lado, este último será suplantado pelo primeiro, salientam Woller *et al.* (1999). Este mesmo pensamento é encontrado em Morduch (1999b, 2000) ao afirmar que a busca pela sustentabilidade no longo prazo desvirtuará o foco das IMFs que é primariamente um objetivo social e não econômico-financeiro.

Ao analisar o comportamento de cinco IMFs bolivianas, Navajas *et al.* (2000) concluem que quanto mais sustentável financeiramente for a instituição, menos pobre é a sua clientela. Esta afirmação também é constatada por Ambrosio (2009), que observando os indicadores de sustentabilidade de diversas IMFs verificou que as que apresentavam indicadores mais sólidos eram justamente as que atendiam pessoas com menor restrição de pobreza.

Portanto, percebe-se que o setor de MC, que por definição tem como escopo conceder crédito as pessoas economicamente desfavorecidas, ou seja, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, está se afastando de seu objetivo na percepção de que deve cobrar altas taxas de juros para que o programa torne-se sustentável. Segundo Morduch (2000), esta inversão de objetivo repousa na proposição sedutora do “*win-win*” apresentada pelos seus defensores, i.e., IMFs que seguem os tradicionais princípios bancários também serão aquelas que poderão aliviar a pobreza com maior veemência.

Para o autor esta proposição repousa sobre vários argumentos, sendo o mais importante o de que as famílias pobres demandam o acesso ao crédito e não ao crédito “barato”. De forma que os programas podem cobrar altas taxas de juros sem comprometer o alcance. Por sua vez, este argumento é acompanhado por oito reivindicações.

First, that raising the costs of financial services does not diminish demand. Second, that due to their scale, financially sustainable programs can make the greatest dent in poverty. Third, that financial sustainability will give programs access to commercial financial markets. Fourth, that since they come at no cost to donors, financially sustainable programs are superior weapons for fighting poverty. Fifth, that subsidized programs are inefficient and thus bound to fail. Sixth, that subsidized credit most often ends up in the hands of the nonpoor. Seventh, that successful microfinance programs must be nongovernment programs. And, eighth, that subsidizing credit undermines savings mobilization (MORDUCH, 2000, p. 620).

Diante deste efervescente debate averiguou-se a atuação do Banco do Cidadão no sentido de certificar se o mesmo encontra-se focado em atingir um maior número de pessoas pobres ou se está em busca de um objetivo econômico-financeiro. Para tanto, empregou alguns dos indicadores propostos por Leismann; Carmona (2011). Os autores utilizaram estes indicadores para analisar a sustentabilidade financeira das cooperativas de crédito singulares do Brasil.

Entretanto, existem outros métodos para verificar se IMFs são autossustentáveis<sup>66</sup>. Segundo Christen *et al.* (1995), ao relacionar as receitas com as despesas administrativas e financeiras, provisões para devedores duvidosos e doações, deparar-se com um indicador igual ou superior a um, conclui-se que IMF

---

<sup>66</sup> Ver Rosenberg (2002).

alcançou o ponto de equilíbrio para a autossustentabilidade, denominado pelo autor de *Break-even Self Sufficiency*.

Inicialmente, analisou os indicadores que são obtidos diretamente dos dados consultados para depois analisar os que são calculados, isto é, obtidos através da operação entre dois indicadores. Observando-se a Tabela 18 percebe-se que houve uma redução dos indicadores ACRLP (ativo circulante + realizável a longo prazo) e AP (ativo permanente) que veio contribuir com a queda vertiginosa do ATTOTAL (ativo total) em 58,55%, enquanto o passivo circulante obteve um aumento de 283,22%. Estas variações resultaram na redução do Patrimônio Líquido em 63,96%.

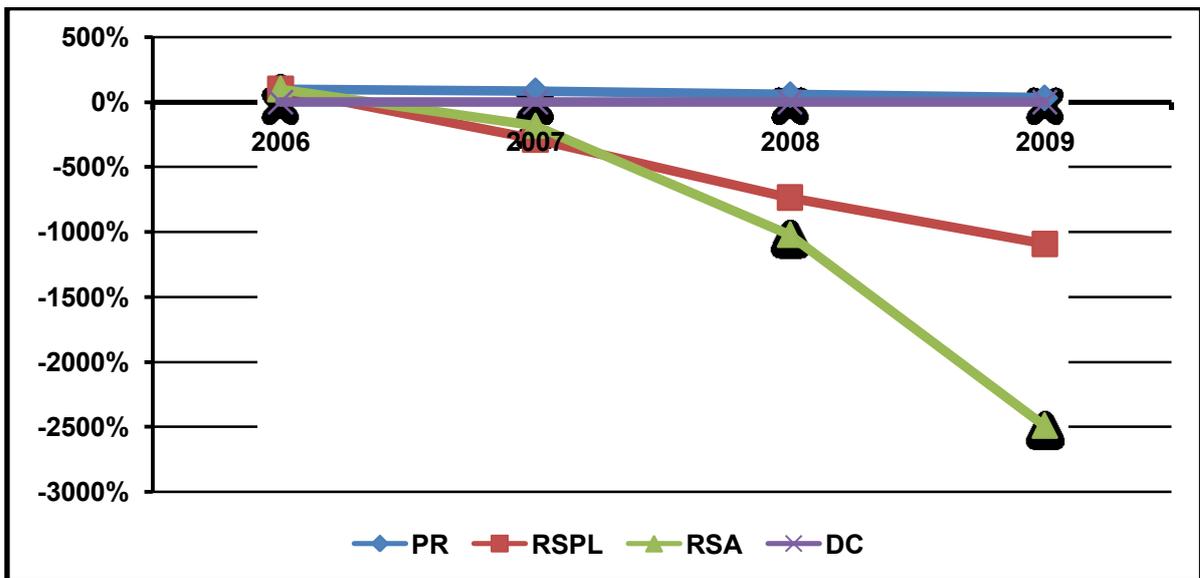
Fazendo uma leitura destes indicadores percebe-se que o conjunto de direitos, valores e créditos do Banco do Cidadão sofreu uma forte redução e que neste mesmo período houve aumento de suas obrigações (dívidas) resultando na diminuição do seu patrimônio líquido. O que em certa medida leva a concluir que houve uma atenuação do volume de recursos liberados e conseqüentemente uma retração nas concessões de crédito por parte do banco, contudo esta percepção será refutada ou não a partir da análise dos demais indicadores.

**Tabela 188** – Variação dos indicadores financeiros obtidos diretamente (%), 2006 = 100

	ACRLP	AP	ATTOTAL	PCELP	PL
<b>2006</b>	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
<b>2007</b>	86,25	88,24	86,42	146,45	85,47
<b>2008</b>	58,22	86,94	60,65	135,38	59,46
<b>2009</b>	38,77	70,61	41,45	383,22	36,04

Fonte: Autor, 2012.

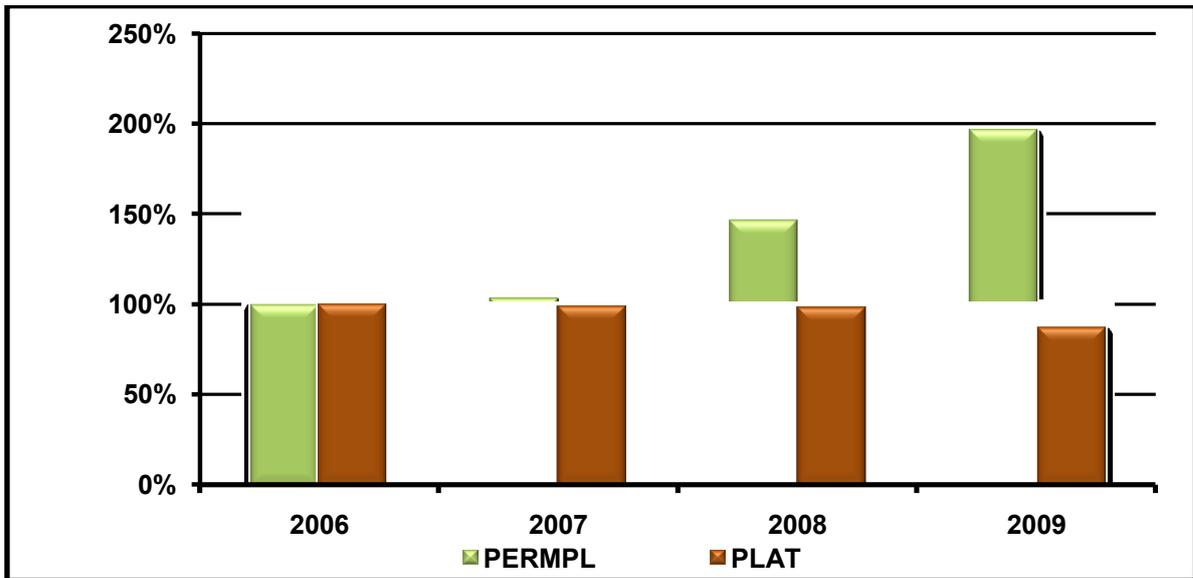
Analisando o comportamento do indicador PR (Patrimônio de Referência) no Gráfico 9 percebe-se que houve uma redução do mesmo ao passar dos anos, a qual deve-se principalmente a diminuição do patrimônio líquido, já que o ativo permanente também diminuiu. O mesmo comportamento é evidenciado nos indicadores RSPL e RSA, porém com uma importante ressalva, as suas variações foram negativas.

**Gráfico 9** – Análise dos indicadores financeiros: PR, RSPL, RSA e DC; 2006 = 100

Fonte: Autor, 2012.

O indicador RSPL demonstra o retorno sobre o patrimônio líquido, ou seja, indica quanto o banco teve de lucro para cada unidade monetária de capital próprio investido, que segundo o Gráfico 9 incorreu em prejuízo. Comportamento também deparado no indicador RSA que demonstra quanto o banco obteve de lucro sobre o investimento total. Quanto ao indicador DC não houve variação, pois o banco não possui passivo exigível a longo prazo, isto é, obrigações com terceiro para ser liquidadas após o final do exercício financeiro seguinte. Este indicador demonstra quanto do ativo total é financiado com recursos de terceiros, que no caso do Banco do Cidadão é todo financiado com recursos próprios.

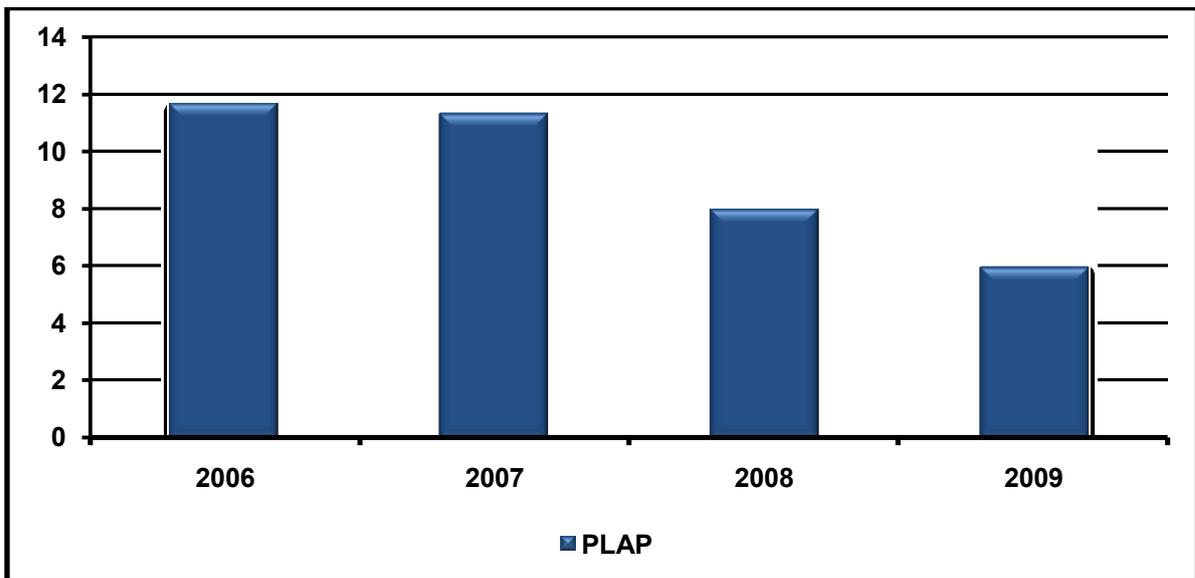
No Gráfico 10, visualizam-se dois dos quatro últimos indicadores que foram analisado do banco. O indicador PERMPL apresentou um comportamento ascendente, evidenciando a existência de uma crescente imobilização do capital próprio, onde o ativo permanente está consumindo a maior parte dos recursos próprios. Este indicador deve, portanto, ser minimizado, visto que seu aumento em certa medida compromete a atuação do banco.

**Gráfico 10** – Análise dos indicadores financeiros: PERMPL e PLAT; 2006 = 100

Fonte: Autor, 2012.

Já o indicador PLAT, que demonstra a independência financeira do banco, apresentou comportamento inverso. Portanto, se este desempenho permanecer chegará um momento que seu ativo total será inteiramente financiado com recursos de terceiros, ou seja, o Banco deixará de ser independente financeiramente.

No Gráfico 11 visualiza-se o indicador PLAP que demonstra quanto o patrimônio líquido supera o ativo permanente, sendo um sinalizador da saúde financeira de uma instituição, pois quanto maior este indicador mais sustentável financeiramente é a instituição. Entretanto, percebe-se que no decorrer dos anos houve uma redução do mesmo de aproximadamente 50%. Em 2006 o indicador evidenciou que o patrimônio líquido excedia o ativo permanente em quase doze vezes, porém no decorrer de três anos, em 2009, reduziu-se para seis. Portanto, segundo o indicador PLAP o Banco está se tornando cada vez menos sustentável financeiramente.

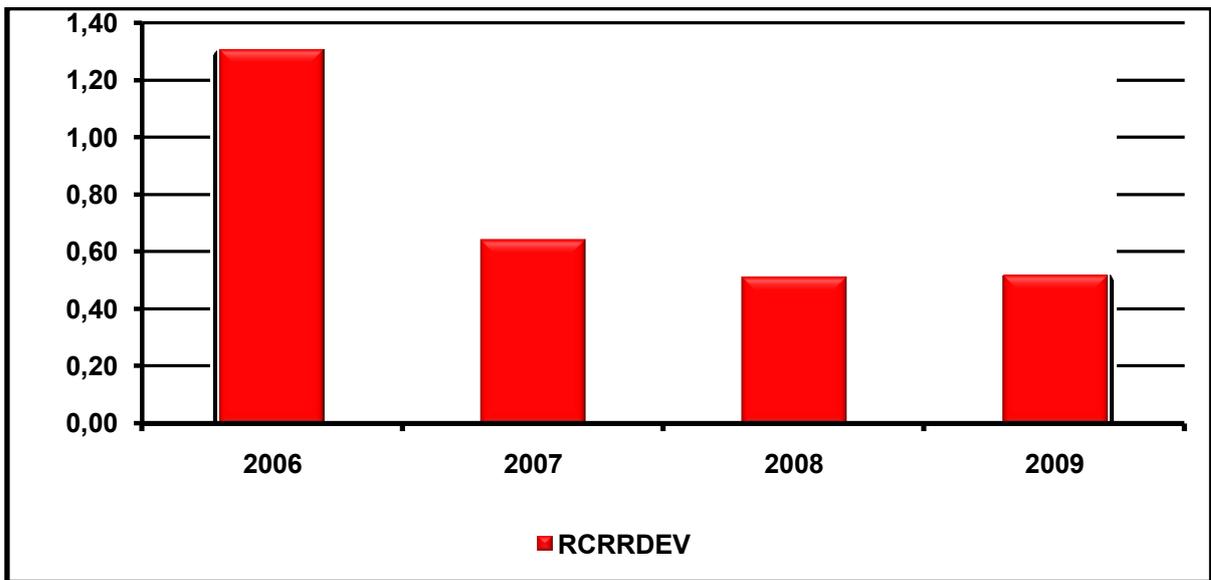
**Gráfico 11** – Análise do indicador financeiro: PLAP; 2006 = 100

Fonte: Autor, 2012.

Embora o indicador supracitado demonstre a saúde financeira do banco, a partir dele não tem como verificar se efetivamente o banco é autossustentável e nem inferir que este seja seu objetivo. Para ter esta certeza calculou-se o indicador RCCRDEV, que relaciona o total de entradas (contas de resultados credoras) com as saídas (conta de resultados devedoras). Este indicador demonstra a capacidade do banco de sustentar-se por si mesmo, isto é, gerar seus próprios recursos para financiar suas atividades. A instituição é considerada autossustentável no período se o indicador for superior a 1.

Ao observar o Gráfico 12 percebe-se um comportamento decrescente quanto ao indicador RCCRDEV. Em 2006 o Banco demonstrou ser autossustentável, porém nos demais anos as despesas foram superiores as receitas, condicionando o banco a uma situação de dependência de doações e ajudas governamentais.

Diante deste panorama, pode-se ultimar que não está havendo um *trade-off* entre focalização e sustentabilidade, ou seja, que o objetivo social está sendo suplantado pelo econômico-financeiro, embora o banco atue com maior veemência nas regiões menos pobres.

**Gráfico 12 – Análise do indicador de autossustentabilidade (RCRRDEV)**

Fonte: Autor, 2012.

Contudo, é importante ressaltar a ingerência política sobre o desempenho apresentado pelo indicador RCRRDEV, pois, os recursos governamentais que eram repassados ao Banco para serem direcionadas as pessoas em situação de pobreza foram suspensos a partir do momento que ocorreu a mudança de governo. Então, pode-se deduzir que se os repasses continuassem poder-se-ia ter uma situação que caracterizasse a existência de um *trade-off*.

## 7 CONCLUSÃO

O desígnio do MC sempre foi melhorar as condições socioeconômicas das pessoas que se encontram em situação de pobreza e conseqüentemente a margem do sistema bancário convencional, pois em função da ausência do colateral financeiro os empréstimos eram negados e os projetos (negócios) inviabilizados. O MC surgiu como uma ferramenta eficaz na geração de trabalho e renda e não como as de outrora que condicionava os mutuários a constante dependência dos empréstimos, já que não estimulava a superação da inófia.

Essa eficácia tem como fator preponderante a metodologia utilizada na concessão dos empréstimos, a qual é denominada Aval Solidário. Através deste mecanismo o crédito é concedido a uma ou a um grupo de pessoas cuja responsabilidade do pagamento é dever de todos que compõem o grupo, isto é, cada um é avalista dos demais, de maneira que se um mutuário deixar de pagar todos serão penalizados. Não terão direito a novos empréstimos além da inclusão dos nomes no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC).

Procurou-se evidenciar nesta dissertação a atuação do Banco do Cidadão frente às famílias pobres do estado de Alagoas, no sentido de verificar se dentro do seu raio de atuação a sua maior concessão de crédito estava realmente direcionada as regiões com piores condições socioeconômicas, pois subentende-se que nestas regiões existem famílias mais necessitadas do que noutras regiões. Além disto, foram apuradas outras questões inerentes a prática do MC e também se está existindo um *trade-off* entre focalização e sustentabilidade financeira, pois a sua presença desvirtua o objetivo do MC.

Diante disto, ao averiguar a atuação do Banco do Cidadão no que diz respeito à focalização do MC, verificou-se que o banco apresenta as mesmas características visualizadas em outros trabalhos (BHATT e TANG, 2001; MORDUCH, 1999b, 2000; ELAHI e DANPOULOS, 2004; KARNANI, 2007; SHETTY, 2008; BARONE *et al.*, 2002; NICTER *et al.*, 2002) que pesquisaram instituições que trabalham com MC, isto é, o MC não alcança os mais pobres entre os pobres, o que vem a negligenciar o objetivo central que é primariamente social e não econômico-financeiro.

Neste sentido ficou claro que as concessões de crédito do Banco do Cidadão eram mais incisivas em regiões mais prósperas (maior PIB *per capita* e IFDH – emprego e renda), diagnosticando desvios da política de MC conforme foi inicialmente formulado pelo seu criador. Diante desta análise, fica claro que a economia de mercado tem influência nos resultados sobre as metas originais de um programa de MC.

Também ficou evidenciado uma disfunção quanto à utilização do aval solidário como garantia nas concessões de crédito. Uma vez que, este mecanismo de garantia foi mais utilizado nas regiões mais prósperas, enquanto as regiões com piores condições socioeconômicas utilizaram-se mais do avalista, por exemplo. O

aval solidário foi desenvolvido para fazer frente à ausência de colateral financeiro das pessoas pobres. Portanto, subte-se que este mecanismo deva ser empregado nas regiões mais pobres. Entretanto, este fato não foi constatado.

No que diz respeito à superação da pobreza por parte dos mutuários, pode-se em certa medida concluir que de fato ela está ocorrendo. Este diagnóstico é embasado em duas informações coletadas. Primeiro, a baixa taxa de inadimplência quanto à quitação dos empréstimos a qual indica que os empreendimentos financiados estão obtendo êxito e o segundo é que a pobreza em Alagoas diminuiu a cada ano. Entretanto, ressalta-se que esta redução é fruto de um conjunto de medidas governamentais e não apenas da atuação do banco.

Quanto à prática da poupança, o Banco do Cidadão não é autorizado a realizá-la. Contudo, nada o impede de praticar junto aos seus clientes a educação financeira, pois na ocorrência de algum evento imprevisível os mutuários estarão munidos de fundos para enfrentá-lo, sem carecer recorrer a novos empréstimos.

Ao examinar os indicadores financeiros, constatou-se que o banco não está almejando a autossustentabilidade em detrimento da focalização aos mais pobres, embora tenha sido diagnosticado que sua maior concessão de crédito é direcionada as regiões mais prósperas. Diante disto, a hipótese da existência de um *trade-off* entre focalização e sustentabilidade financeira foi refutada. Contudo, é importante salientar a questão da ingerência política no repasse dos recursos, a qual poderia inverter o resultado apurado pelo indicador que mede a condição de autossustentabilidade, resultando talvez na existência de um *trade-off*.

O MC foi desenvolvido para ser uma porta de saída das pessoas que se encontram em situação de pobreza, sendo uma ferramenta de cunho social e não com o objetivo de gerar lucro as instituições que a disponibilizam. Portanto, entende-se que tais instituições devem ser subsidiadas, pois assim terão maiores condições de alcançar e melhorar a vida daqueles que se encontram em pior situação. Ainda mais se tratando de um estado como Alagoas onde quase 48% da sua população vive em situação de pobreza necessitando ser contemplada por algum tipo de política pública que os ajudem superar esta situação de forma permanente e não efêmera.

Esta defesa ao subsídio encontra respaldo em vários trabalhos, dentre eles em Morduch (2000), quando ele evidencia que os clientes dos programas de crédito subsidiados tendem a ser mais pobres do que os dos programas sustentáveis e, ao compará-los com uma linha de pobreza, explana que o cliente típico de programas subsidiados tem uma renda em torno de 50% da linha de pobreza, enquanto o cliente de um programa sustentável tem uma renda equivalente a 90% da linha de pobreza. Também salienta que aumentar a renda do mutuário mais pobre por um US\$ 1 tem 1,8 vezes maior impacto do que fazer o mesmo para o mutuário menos pobre.

Diante da apreciação dos resultados, conclui-se que apesar do Banco do Cidadão ter sua maior concessão de crédito e utilização do aval solidário em regiões com melhores condições, o mesmo tem contribuído sobremaneira para a mitigação das disparidades socioeconômicas do estado, através da geração de trabalho e renda, tendo concedido mais de 10.000 empréstimos a pessoas pobres, totalizando um volume de recursos liberado de aproximadamente 13,4 milhões. Sua atuação poderá ser estendida a outros municípios e por sua vez a um maior número de famílias pobres a partir do momento em que os governantes compreenderem que o Banco do Cidadão deve ser tratado como uma política de estado e não de governo. E por fim, é importante frisar que a pobreza é um fenômeno multidimensional e não pode ser combatida apenas com o MC, sendo apenas um dos remédios para seu tratamento.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA de Fomento de Alagoas (AFAL). Disponível em: <<http://www.desenvolve-al.com.br/>>. Acesso em: 19 maio 2012.

AKERLOF, George A. The Market for “Lemons”: Quality Uncertainty and the Market Mechanism. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 84, n. 3, p. 488-500, 1970.

AMBROZIO, Antonio Marcos Pinto. Microfinanças: Alcance versus sustentabilidade. *Visão do Desenvolvimento*. BNDES, n. 67, jul. 2009.

ANTHONY, Denise. Cooperation in Microcredit Borrowing Groups: Identity, Sanctions, and Reciprocity in the Production of Collective Goods. *American Sociological Review*, v. 70, n. 3, p. 496-515, 2005.

ANTHONY, Denise; HORNE, Christine. Gender and Cooperation: Explaining Loan Repayment in Micro-Credit Groups. *Social Psychology Quarterly*, v. 66, n. 3, p. 293-302, 2003.

ARMENDÁRIZ de AGHION, Beatriz. On the design of a credit agreement with peer monitoring. *Journal of Development Economics*, v. 60, n. 1, p. 79-104, 1999.

ARMENDÁRIZ de AGHION, Beatriz; GOLLIER, Christian. Peer Group Formation in an Adverse Selection Model. *The Economic Journal*, v. 110, n. 465, p. 632-43, 2000.

ARNOTT, Richard; STIGLITZ, Joseph E. Moral Hazard and Non-Market Institutions: Dysfunctional Crowding Out or Peer Monitoring. *The American Economic Review*, v. 81, n. 1, p. 179-90, 1991.

AQUINO, Jakson Alves de. As teorias da ação social de Coleman e de Bourdieu. *Humanidades e Ciências Sociais*, v. 2, n. 2, p. 17-29, 2000.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). Relatório de Inclusão Financeira. 2010. 128p.

\_\_\_\_\_. Resolução BACEN nº 2.627, de 02 de agosto de 1999. Dispõe sobre a constituição e o funcionamento de sociedades de crédito ao microempreendedor. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 20 ago. 2012.

\_\_\_\_\_. Circular BACEN nº 2.915, de 05 de agosto de 1999. Estabelece procedimentos relativo à autorização e ao funcionamento a de sociedade de crédito ao microempreendedor. In: ROSALES, Ramóm. Marco Jurídico para as Instituições de Microcrédito. Seminário Internacional BNDES Microfinanças, BNDES. 2000. 20p.

\_\_\_\_\_. Circular BACEN nº 2.898, de 29 de fevereiro de 2000. Cria no COSIF atributo para as sociedades de credito ao microempreendedor. In: ROSALES,

Ramóm. Marco Jurídico para as Instituições de Microcrédito. Seminário Internacional BNDES Microfinanças, BNDES. 2000. 20p

\_\_\_\_\_. Resolução BACEN nº 2.874, de 26 de julho de 2001. Dispõe sobre a constituição e o funcionamento de sociedades de crédito ao microempreendedor (SCM). Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 20 ago. 2012.

\_\_\_\_\_. Resolução BACEN nº 3.190, de 23 de junho de 2003. Delibera que 2% do valor do depósito compulsório das cooperativas de crédito e dos bancos devem ser destinados a operações de microcrédito, cujos valores não devem ultrapassar R\$ 1.000 por operação, a uma taxa de juros de 2% ao mês. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/>>. Acesso em: 01 jun. 2012.

\_\_\_\_\_. Resolução BACEN nº 3.156, de 17 de dezembro de 2003. Altera a Resolução 3.110, de 2003, que dispõe sobre a contratação de correspondentes no País. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 20 ago. 2012.

\_\_\_\_\_. Resolução BACEN nº 3.106, de 25 de junho de 2003. Dispõe sobre os requisitos e procedimentos para a constituição, a autorização para funcionamento e alterações estatutárias, bem como para o cancelamento da autorização para funcionamento de cooperativas de crédito. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 20 ago. 2012.

\_\_\_\_\_. Resolução BACEN nº 3.454, de 30 de maio de 2007. Dispõe sobre as condições para captação de depósitos a prazo. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 20 ago. 2012.

\_\_\_\_\_. Resolução BACEN nº 3.567, de 29 de maio de 2008. Dispõe sobre a constituição e o funcionamento de sociedades de crédito ao microempreendedor e à empresa de pequeno porte. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 20 ago. 2012.

BANCO do Cidadão. Disponível em: <<http://www.bancodocidadao.com.br/>>. Acesso em: 08 mar. 2011.

BANCO da mulher. Disponível em: <<http://www.bancodamulher.org.br/>>. Acesso em: 10 set. 2011.

BANCO Palmas. Disponível em: <<http://www.bancopalmas.org.br/>>. Acesso em: 23 mai. 2012.

BARAN, Paul A. Sobre a economia política do atraso. In: AGARWALA, A.N.; SINGH, S.P. (Org.). A economia do subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2010. p.107-122.

BARONE, Francisco Marcelo; LIMA, Paulo Fernando; DANTAS, Valdi; REZENDE, Valéria. Introdução ao Microcrédito. Brasília, 2002. 65 p.

BARROS, Ricardo Paes de; CAMARGO, José Márcio. Porca Miséria II – As causas da pobreza no Brasil. PUC - Rio, Texto para discussão nº 320. Rio de Janeiro, 1994. 29 p.

BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane. Os determinantes da desigualdade no Brasil. IPEA, Texto para discussão nº 377. Rio de Janeiro: IPEA, 1995. 62 p.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. O combate à pobreza no Brasil: dilemas entre políticas de crescimento e políticas de redução da desigualdade. In: HENRIQUES, R. (Org.). Anais do Seminário Desigualdade e Pobreza no Brasil. Rio de Janeiro, IPEA, ago. 1999.

\_\_\_\_\_. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 15, n. 42, fev. 2000.

\_\_\_\_\_. A Estabilidade Inaceitável: Desigualdade e Pobreza no Brasil. IPEA, Texto para discussão nº 800. Rio de Janeiro, 2001. 29p.

BARROS, Ricardo Paes de; CORSEUIL, Carlos Henrique; LEITE, Phillippe G. Mercado de trabalho e pobreza no Brasil. In: Ricardo Henrique (Org.). Desigualdade e Pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. p. 177-229.

BARROS, Ricardo Paes de; SILVA, Mirela de Carvalho Pereira da; FRANCO, Samuel. Pobreza multidimensional no Brasil. IPEA, Texto para discussão nº 1227. Rio de Janeiro, 2006. 40p.

BESLEY, Timothy; COATE, Stephen. Group Lending, repayment incentives and social collateral. Journal of Development Economics, v. 46, n. 1, p. 1-18, 1995.

BHATT, Nitin; TANG, Shui-Yan. The Problem of Transaction Costs in Group-Based Microlending: An Institutional Perspective. World Development, v. 26, n. 4, p. 623-37, 1998.

\_\_\_\_\_. Making Microcredit Working in the United States: Social, Financial and Administrative Dimension. Economic Development Quarterly, v. 15, n. 3, p. 229-41, 2001.

BID. Regulamentação das microfinanças. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://www.iadb.org>>. Acesso em: abril 2011.

BRASIL. Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. In: ROSALES, Ramóm. Marco Jurídico para as Instituições de Microcrédito. Seminário Internacional BNDES Microfinanças, BNDES. 2000. 20p

\_\_\_\_\_. Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. In: ROSALES, Ramóm. Marco Jurídico para as Instituições de Microcrédito. Seminário Internacional BNDES Microfinanças, BNDES. 2000. 20p

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça. Regulamenta os procedimentos para a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público. Portaria nº 361, de 27 de julho de 1999. Disponível em: <<http://www.geranegocio.com.br/html/geral/microcredito/mcred.html#7>>. Acesso em: 15 jun. 2011.

\_\_\_\_\_. Medida Provisória nº 1.914-4, de 28 de Julho de 1999. Estabelece a nulidade das disposições contratuais que menciona, inverte, nas hipóteses que prevê, o ônus da prova nas ações intentadas para sua declaração, e altera o art. 1º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985. In: ROSALES, Ramóm. Marco Jurídico para as Instituições de Microcrédito. Seminário Internacional BNDES Microfinanças, BNDES. 2000. 20p

\_\_\_\_\_. Medida Provisória nº 1.894-24, de 23 de novembro de 1999. Dispõe sobre a instituição de sociedades de crédito ao microempreendedor, altera dispositivos das Leis nºs 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 8.029, de 12 de abril de 1990, e 8.934, de 18 de novembro de 1994, e dá outras providências. In: SOARES, Marden Marques; MELO SOBRINHO, Abelardo Duarte de. Microfinanças - O Papel do Banco Central do Brasil e a Importância do Cooperativismo de Crédito. 2ª edição, revista e ampliada. BCB, Brasília, 2008. 184p.

\_\_\_\_\_. Medida provisória nº 1965-11, de 3 de fevereiro de 2000. Excluem do alcance da lei da usura as Sociedades Civas de Interesse Público e as Sociedades de Crédito para o Microempreendedor. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/medpro/2000/medidaprovisoria-1965-12-2-marco-2000-371666-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 02 jun. 2011.

\_\_\_\_\_. Medida provisória nº 2113-32, de 21 de junho de 2001. Inclui as OSCIP como beneficiárias de doações nos termos e condições estabelecidos pelo inciso II do parágrafo 2º da Lei nº 9249, de 1995. Disponível em: <<http://www.geranegocio.com.br/html/geral/p20-m.html#lei13>>. Acesso em: 08 jul. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005. Criou o PNMPO e permitiu que as SCMs prestassem outros serviços financeiros além do crédito. In: SOARES, Marden Marques; MELO SOBRINHO, Abelardo Duarte de. Microfinanças - O Papel do Banco Central do Brasil e a Importância do Cooperativismo de Crédito. 2ª edição, revista e ampliada. BCB, Brasília, 2008. 184 p.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.524, de 24 de setembro de 2007. Autoriza as SCMs a trabalharem com empresas de pequeno porte. Passaram a ser denominadas Sociedades de

Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte, mas manteve-se a sigla SCM. In: SOARES, Marden Marques; MELO SOBRINHO, Abelardo Duarte de. Microfinanças - O Papel do Banco Central do Brasil e a Importância do Cooperativismo de Crédito. 2ª edição, revista e ampliada. BCB, Brasília, 2008. 184p.

BRUTON, Henry J. Modelos de crescimento e economias subdesenvolvidas. In: AGARWALA, A.N.; SINGH, S.P. (Org.). A economia do subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2010. p.241-61.

BUCHMANN, Gabriel; NERI, Marcelo Côrtes. O Grameen brasileiro - Avaliação do Desempenho Econômico dos Clientes do CrediAMIGO. In: XXXVI Encontro Nacional de Economia, 2008, Salvador. Anais. Bahia, ANPEC, 2008. 20 p.

CAVALCANTI, Clóvis. Celso Furtado e a Persistência do Subdesenvolvimento. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos e REGO, José Marcio (Org.). A grande esperança em Celso Furtado. São Paulo: Ed. 34, 2001. p. 61-76.

CENTRO de Apoio aos Pequenos Empreendimentos (CEAPE). Disponível em: <<http://www.ceape.org.br/>>. Acesso em: 20 dez. 2011.

CHRISTEN, Robert Peck; RHYNE, Elisabeth; VOGEL, Robert; MCKEAN, Cressida. Maximizing the outreach of microenterprise finance: An analysis of successful microfinance programs (USAID Program and Operations Assessment Report No. 10). Washington, DC. 1995.

CLARK, Colin. Crescimento populacional e padrões de vida. In: AGARWALA, A.N.; SINGH, S.P. (Org.). A economia do subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2010. p. 67-86.

COLEMAN, James S. Social Capital in the Creation of Human Capital. The American Journal of Sociology. Supplement: Organizations and Institutions: Sociological and Economic Approaches to the Analysis of Social Structure, v. 94, p. 95-120, 1988.

CORAGGIO, José Luis. Desarrollo regional, espacio local y economía social. Versión revisada de la ponencia presentada en el Seminario Internacional "Las regiones del Siglo XXI. Entre la globalización y la democracia local", organizado por el Instituto Mora, México, 9-10 de junio de 2005.

\_\_\_\_\_. El papel de la Economía Social y Solidaria en la Estrategia de Inclusión Social. Ponencia presentada en el Seminario "Pensando en alternativas para el desarrollo", Taller sobre Inclusión Social en América Latina y Ecuador., organizado por FLACSO y SENPLADES, Quito, 10-13 de diciembre de 2007.

\_\_\_\_\_. La Economía social y solidaria como estrategia de desarrollo en el contexto de la integración regional latinoamericana. Reconstrucción de una parte de la

ponencia apresentada en el 3er Encuentro Latinoamericano de Economía Solidaria y Comercio Justo organizado por RIPESS en Montevideo, 22-24 octubre 2008.

\_\_\_\_\_. Economía social y solidaria: El trabajo antes que el capital., Alberto Acosta y Esperanza Martínez (Editores), Abya Yala, Quito, 2011. 412 p.

COSTA, Achyles B.; COSTA, Beatriz M. Cooperação e capital social em arranjos produtivos locais. In: XXXIII Encontro Nacional de Economia, 2005, Natal. Anais. Rio Grande do Norte, ANPEC, 2005.

CREDIAMIGO. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br/>>. Acesso em: 09 jan. 2012.

CULL, Robert; DEMIRGUC-KUNT, Asli; MORDUCH, Jonathan. Financial performance and outreach: A global analysis of lending microbanks. *Economic Journal*, v. 117, n. 2, p. 107-33, 2007.

DUM, E. G.; ARBUCKLE JUNIOR, J. G.; PARADA, M. R. De C. Extending microfinance approaches into the agricultural sector: a review of key concepts. Columbia: University of Missouri, 1998. 53p.

ELAHI, Khandakar Q.; DANOPOULOS, Constantine P. Microcredit and the Third World: perspectives from moral and political philosophy. *International Journal of Social Economics*, v. 31, n. 7, p. 643-54, 2004.

FERREIRA, Thiago Paiva. O papel dos Bancos Comunitários e da moeda social no combate à exclusão financeira: O caso do Banco Palmas. 2010. 74 f. Monografia (Graduação em Economia). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade Federal de Alagoas, 2010.

FREY, Klaus. Capital social, comunidade e democracia. *Política e Sociedade*, nº 2, p. 175-87, abril de 2003.

FURTADO, Celso. Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968. 266 p.

\_\_\_\_\_. Raízes do Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 220 p.

GERANEGÓCIO. Origem do Microcrédito. Disponível em: <<http://www.geranegocio.com.br>>. Acesso em: 15 jul. 2011.

GHATAK, Maitreesh. Group lending, local information and peer Selection. *Journal of Development Economics*, v. 60, n. 1, p. 27-50, 1999.

GHATAK, Maitreesh; GUINNANE, Timothy W. The economics of lending with joint liability: theory and practice. *Journal of Development Economics*, v. 60, n. 1, p. 195-228, 1999.

GINÉ, Xavier; KARLAN, Dean S. Peer Monitoring and Enforcement: Long Term Evidence from Microcredit Lending Groups With and Without Group Liability. Working paper, 2008. Disponível em: <<http://karlan.yale.edu/p/bulak.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2011.

GONZÁLEZ-VEGA, Cláudio. Visão geral das microfinanças. Rio de Janeiro: BNDES, (Anais do Seminário Internacional BNDES de Microfinanças), p. 24-3, 2001.

GREENE, William H. Econometric analysis. 5. ed. New Jersey: Prentice Hall. 2003.

GUJARATI, Damodar N. Econometria Básica. São Paulo: MAKRON Books, 2000.

HAYASHI, Fumio. Econometrics, Princeton University Press, 2000.

HERMANN, Jennifer. Microcrédito como Política de Geração de Emprego e Renda: possibilidades e limites. In: SICSÚ, João; PAULA, Luiz Fernando de; MICHEL, Renault (Org.). Novo-Desenvolvimento: um projeto nacional de crescimento com equidade social. Barueri: Manole, Rio de Janeiro: Konrad Adenauer, 2005. p. 271-99.

HOFFMANN, Rodolfo. Mensuração da desigualdade e da pobreza no Brasil. In: Ricardo Henriques (Org.). Desigualdade e Pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. p. 81-107.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Produto Interno Bruto. Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 set. 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. Ipeadata social. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/>>. Acesso em: 10 out. 2011.

\_\_\_\_\_. Sobre a Recente Queda da Desigualdade de Renda no Brasil. Brasília: Ipea, 2006. Nota Técnica. 61 p.

KABEER, Khalid. Innovations in Reducing Costs and Enhancing Productivity: Field Treasury Systems. In: Meeting of the Microcredit Summit Campaign. Nova Scotia: Microcredit Summit Campaign, 2006. Disponível em:<<http://www.microcreditsummit.org>>. Acesso em: 15 dez. 2011.

KABOSKI, Joseph P.; TOWNSEND, Robert M. Policies and impact: an analysis of village-level microfinance institutions. Journal of the European Economic Association, v. 3, n. 1, p. 1-50, 2005.

KAGEYAMA, Angela; HOFFMANN, Rodolfo. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. Economia e Sociedade, Campinas, v. 15, n. 1 (26), p. 79-112, 2006.

KARNANI, Aneel. Microfinance Misses its Mark. Stanford Social Innovation Review, September 2007, Summer 2007. Disponível em:< <http://www.ssireview.org>>. Acesso em: 10 nov. 2011.

KRAYCHETE, Elsa Sousa. Entre o microcrédito e a “bancarização”: impasses para a constituição de um mercado de microfinanças adequado às necessidades dos microempreendedores. Trabalho apresentado no IX Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Madrid-España de 2 a 5 de Novembro, 2004. 8p.

KUMAR, Anjali. Brasil: Acesso a Serviços Financeiros. Rio de Janeiro: IPEA; Washington, DC: Banco Mundial, 2004. 627 p.

KUZNETS, Simon. Os países subdesenvolvidos e a fase pré-industrial nos países avançados: uma tentativa de comparação. In: AGARWALA, A.N.; SINGH, S.P. (Org.). A economia do subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2010. p. 163-80.

LEISMANN, Edison Luiz; CARMONA, Charles Ulises Montreuil. Sustentabilidade financeira das instituições de microfinanças brasileiras: análise das cooperativas de crédito singulares. Revista de Economia e Sociologia Rural (RESR), v. 48, n. 4, p. 635-72, 2011.

LHACER, Priscilla Maria Villa. Acesso ao Crédito pela População de Baixa Renda: A Experiência do Microcrédito e o Mecanismo de Aval Solidário. 2003. 107 f. Dissertação (Mestrado em Economia). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, 2003.

LIMA, Shanna Nogueira. Microcrédito como política de geração de emprego e renda. Revista do BNDES 32, p. 47-76, dezembro 2009.

LIMA, Roberto A. de S.; SHIROTA, Ricardo. Influência do Capital Social no Mercado de Crédito Rural. Revista de Economia e Sociologia Rural (RESR), Rio de Janeiro, v. 43, n. 1, p. 63-80, jan/mar 2005.

MARQUES, Vinicius Silveira, et al. Microcrédito no Rio de Janeiro: Uma análise do caso BNDES-VIVACRED. Revista de Informação Contábil (RIC), v. 5, n. 3, p. 21-42, Jul/Set/2011.

MEIER, Gerald M. O problema do desenvolvimento econômico limitado. In: AGARWALA, A.N.; SINGH, S.P. (Org.). A economia do subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2010. p.87-106.

MEYER, Richard L. Track record of financial institutions in assisting the poor in Asia. Manila: Publications Unit, Dec. 2002. 34p. (ADB Institute Research Paper, 49)

MORDUCH, Jonathan. The role of subsidies in microfinance: evidence from the Grameen Bank. Journal Development Economics, v. 60, n. 1, p. 229-48, 1999a.

\_\_\_\_\_. The Microfinance Promise. Journal of Economic Literature, v. 37, n. 4, p. 1569-1614, 1999b.

\_\_\_\_\_. The microfinance schism. World Development, v. 28, n. 4, p. 617-29, 2000.

MYINT, H. Uma interpretação do subdesenvolvimento econômico. In: AGARWALA, A.N.; SINGH, S.P. (Org.). A economia do subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2010. p.123-159.

NAVAJAS, Sergio; SCHREINER, Mark; MEYER, Richard; GONZALEZ-VEGA, Claudio; RODRIGUEZ-MEZA, Jorge. Microcredit and the Poorest of the Poor: Theory and evidence from Bolivia. World Development, v. 28, n. 2, p. 333-46, 2000.



NERI, Marcelo. Políticas estruturais de combate à pobreza no Brasil. In: Ricardo Henriques (Org.). Desigualdade e Pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. p. 503-26.

\_\_\_\_\_. Desigualdade, Estabilidade e Bem-Estar Social. EPGE/FGV, Ensaios Econômicos nº 637, 2006. 39 p.

NICHTER, Simeon; GOLDMARK, Lara; FIORI, Anita. Entendendo as Microfinanças no Contexto Brasileiro. PDI/BNDES, 2002.

PIMENTEL, Vinícius; KERSTENETZKY, Celia Lessa. Microcrédito: por que os bancos privados não bancam? Faculdade de Economia/UFF. Texto para discussão nº 242, jul. 2008. 32p.

OLIVARES-POLANCO, Francisco. Commercializing microfinance and deepening outreach? Empirical evidence from Latin America, *Journal of Microfinance*, v.7, n.2, p. 47-69, 2005.

PORTOSOL – Instituição Comunitária de Crédito. Disponível em: <<http://www.portosol.com/>>. Acesso em: 22 jan. 2012.

PUTNAM, Robert D. The prosperous community: social capital and public life. *The American Prospect*, Washington/DC, v. 4, n. 13, p. 11-18, 1993.

\_\_\_\_\_. Bowling Alone: America's Declining Social Capital. *The Journal of Democracy*, v. 6, n. 1, p. 65-78, 1995.

RAO, V. K. R. V. Investimento, renda e o multiplicador numa economia subdesenvolvida. In: AGARWALA, A.N.; SINGH, S.P. (Org.). A economia do subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2010. p. 229-40.

RAZETO, Luis. Los Caminos de la Economía Solidaridad. Ediciones Vivarium, Santiago de Chile, 1993. 131 p.

\_\_\_\_\_. O Papel central do trabalho e a economia de solidariedade. *Revista Proposta*, n. 75, dez/fev 1997/98.

\_\_\_\_\_. La Economía Solidaria: Concepto, Realidad y Proyecto. *Revista Persona y Sociedad*, Volumen XIII, n. 2, Agosto de 1999, Santiago de Chile.

ROCHA, Sonia. Desigualdade Regional e Pobreza no Brasil: A Evolução 1981-1995. *Nova Economia*, v. 7, n. 2, p. 85-108, 1997.

\_\_\_\_\_. Pobreza no Brasil: o que há de novo no limiar do século XXI? 2000a, 21p.

\_\_\_\_\_. Estimção de Linhas de Indigência e de Pobreza: Opções Metodológicas no Brasil. In: Ricardo Henriques (Org.). Desigualdade e Pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2000b. p. 109-27.

ROCHA, Sonia. Pobreza no Nordeste: A década de 1990 vista de perto. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 34, n. 1, p. 7-41, jan-mar, 2003.

\_\_\_\_\_. Pobreza e Indigência no Brasil – algumas evidências empíricas com base na PNAD 2004. *Revista Nova Economia*, v. 16, n. 2, p. 265-99, Maio-ago. 2006.

ROSENBERG, Richard. Microcredit interest rates. 2002. Disponível em: <<http://www.cgap.org/p/site/c/template.rc/1.9.2696/>>. Acesso em: 18 dez. 2011.

OSTOW, W. W. A decolagem para o crescimento autossustentado. In: AGARWALA, A.N.; SINGH, S.P. (Org.). *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2010. p. 181-211.

SCHREINER, Mark. Informal finance and the design of microfinance. *Development in Practice*, v. 11, n. 5, p. 637-40, 2001.

SHANKAR, Savita. Transaction costs in group Microcredit in India. *Management Decision*, v. 45, n. 8, p.1331-42, 2007.

SHETTY, Naveen K. Microfinance for Micro Enterprise Development: An Inquiry for a New Paradigm. *Journal of Financial Economics*, v. 6, n.1, p. 88-98, 2008.

SILVA, Mirela de Carvalho Pereira da; BARROS, Ricardo Paes de. Pobreza multidimensional no Brasil. In: XXXIV Encontro Nacional de Economia, 2006, Salvador. Anais. Bahia, ANPEC, 2006. 20p.

SILVEIRA FILHO, Jaime Albuquerque. Microcrédito na Região Metropolitana do Recife: Experiência Empreendedora do CEAPE. 2005. 95f. Dissertação (Mestrado em Economia). Centro de Ciências Sociais e Aplicadas – CCSA, Universidade de Pernambuco, 2005.

SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2002.

SOARES, Marden Marques; MELO SOBRINHO, Abelardo Duarte de. *Microfinanças - O Papel do Banco Central do Brasil e a Importância do Cooperativismo de Crédito*. 2ª edição, revista e ampliada. BCB, Brasília, 2008. 184 p.

STIGLITZ, Joseph E. Peer monitoring and credit markets. *The World Bank Economic Review*, v. 4, n. 3, p. 351-66, 1990.

STIGLITZ, Joseph E.; WEISS, Andrew. Credit Rationing in Markets with Imperfect Information. *The American Economic Review*, v. 71, n. 3, p. 393-410, 1981.

TEJADA, César Augusto Oviedo; JACINTO, Paulo de Andrade; BEZERRA, Luciane Araujo; OLIVEIRA, Joyciliene Amorim. *A Pobreza em Alagoas: Evolução e Determinantes (1981-2005)*. Sober, 2007. Universidade Estadual de Londrina. 20 p.

TODARO, Michael P.; SMITH, Stephen C. Economic Development. England: Pearson Education, 2009. 861 p.

VAN TASSEL, Eric. Group lending under asymmetric information. *Journal Development Economics*, v. 60, n. 1, p. 3-25, 1999.

VARIAN, Hal R. Monitoring agents with other agents. *Journal of Institutional and Theoretical Economics*, v. 146, n. 1, p. 153-74, 1990.

VIVACRED. Disponível em: <<http://www.vivacred.com.br/>>. Acesso em: 18 set. 2011.

VINER, Jacob. A economia do desenvolvimento. In: AGARWALA, A.N.; SINGH, S.P. (Org.). A economia do subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2010. p. 45-65.

WALLICH, Henry C. Algumas notas para uma teoria do desenvolvimento derivado. In: AGARWALA, A.N.; SINGH, S.P. (Org.). A economia do subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2010. p. 215-28.

WOOLCOCK, Michael. Social Capital and Economic Development: Toward a Theoretical Synthesis and Policy Framework. *Theory and Society*, v. 27, n. 2, p. 151-208, 1998.

WOLLER, Gary M.; DUNFORD, Christopher; WOODWORTH, Warner. Where to microfinance? *International Journal of Economic Development*, v. 1, n. 1, p. 29-64, 1999.

YUNUS, Muhammad. O Banqueiro dos Pobres. São Paulo: Ática, 2000, 344p.

\_\_\_\_\_. "Expanding microcredit outreach to reach the millennium development goal: some issues for attention", paper presented at the International Seminar on Attacking Poverty with Microcredit, Dhaka, 8-9 January, 2003.

\_\_\_\_\_. What is microcredit? 2006. Disponível em: <<http://www.grameen-info.org/bank/WhatisMicrocredit.htm>>. Acesso em: 22 fev. 2011.